

# DIÁLOGO GLOBAL

10.2

**3 edições por ano em 17 idiomas**

Falando de sociologia  
com Alain Caillé

Sari Hanafi

Protestos e  
movimentos

Ngai-Ling Sum  
Michalis Lianos  
Jorge Rojas Hernández  
Gunhild Hansen-Rojas  
Rima Majed

Mídia e capitalismo  
digital

Marlen van den Ecker  
Marisol Sandoval  
Sebastian Sevigani  
Mark Andrejevic  
Jack Linchuan Qiu  
Tanner Mirrlees  
Mandy Tröger

Perspectivas  
teóricas

Francis Nyamnjoh

Sociologia das  
Filipinas

Louie Benedict R. Ignacio  
John Andrew G. Evangelista  
Filomin C. Gutierrez  
Phoebe Zoe Maria U. Sanchez

COVID-19:  
Pandemia e crise

Geoffrey Pleyers  
Klaus Dörre  
Sari Hanafi

Seção aberta

- > Espaço urbano generificado em Bangladesh
- > Internacionalismo trabalhista e livre circulação de capital
- > Portugal enfrenta a extrema direita

REVISTA



International  
Sociological  
Association  
**isa**

VOLUME 10 / EDIÇÃO 2 / AGOSTO DE 2020  
<https://globaldialogue.isa-sociology.org/>

**DG**



## > Editorial

**A** pandemia e crise do COVID-19 dominam as discussões e desenvolvimentos em muitos países ao redor do mundo. Os chamados pontos críticos ou brechas entre os países do Norte e do Sul globais mostram como as desigualdades sociais são importantes. Não são apenas os cuidados de saúde que serão motivo de preocupação nos próximos anos, mas também os desenvolvimentos econômicos, sociais e políticos pela frente. Em alguns países, a crise econômica representa uma profunda crise social em andamento, e/ou a democracia é posta em risco por políticas restritivas. Com esta edição, o *Diálogo Global* inicia uma série sobre a pandemia e seu significado para a sociedade e a sociologia e convida autores de diferentes países e regiões a contribuir com suas idéias. Para iniciar esta série, três autores compartilham suas reflexões sobre o COVID-19 e seus efeitos.

Em nossa seção 'Falando de Sociologia', Sari Hanafi realiza uma entrevista com Alain Caillé, co-fundador do movimento e do manifesto de convívio. Caillé critica o ponto de vista neoliberal, descreve as raízes do "convivialismo" e mostra por que e como ele funciona como um "significante vazio", reunindo pessoas que esperam e se esforçam para criar um "mundo pós-neoliberal".

Nos últimos anos, assistimos a muitos protestos contra tendências antidemocráticas, desenvolvimentos neoliberais e os efeitos de desigualdades econômicas e sociais impulsionadas pelo mercado. Novos movimentos sociais e formas de protesto surgiram e desafiaram a política do establishment em muitas regiões do mundo. Nosso primeiro simpósio – com contribuições de Ngai-Ling Sum, Michalis Lianos, Jorge Rojas Hernández, Gunhild Hansen-Rojas e Rima Majed - lança luz sobre a situação em Hong Kong, França, Chile, Líbano e Iraque.

O segundo simpósio destaca como a mídia e a comunicação, juntamente com a busca pelo lucro, moldam nossa sociedade. Os artigos reunidos por Marlen van den Ecker e Sebastian Sevignani cobrem diferentes aspectos e efeitos da digitalização e comercialização da comunicação – incluindo usuários de mídias sociais atuando como trabalhadores não remunerados, o papel dos dados na propriedade e acumulação capitalistas, os novos trabalhadores digitais na China e, também, a reestruturação dos sistemas de mídia – e mostram como esses processos andam de mãos dadas com a transformação do capitalismo em diferentes partes do mundo.

A seção "Perspectivas teóricas" também aborda o assunto das tecnologias de informação e comunicação. Francis Nyamnjoh reflete sobre a ideia de seres humanos da África Ocidental e Central incorporados em uma ontologia da "incompletude e composição de ser humano" e mostra como isso é afetado pelo uso de tecnologias.

Para a nossa seção focada na sociologia de um país ou região em particular, Filomin Gutierrez assumiu a responsabilidade de convidar colegas das Filipinas a apresentar importantes questões e descobertas sociológicas. O resultado é uma impressionante coleção de peças de estudos urbanos, sociologia pública e muito mais.

Os artigos incluídos em nossa Seção Aberta abordam importantes tópicos sociológicos, como o gênero do espaço aberto, o internacionalismo trabalhista, o capitalismo financeiro e a reação ao populismo de direita. ■

Brigitte Aulenbacher e Klaus Dörre,  
editores do *Diálogo Global*

> O *Diálogo Global* pode ser encontrado em 17 idiomas no [website da ISA](#).

> Submissões devem ser enviadas a [globaldialogue.isa@gmail.com](mailto:globaldialogue.isa@gmail.com).

**ISA** International  
Sociological  
Association

**DIÁLOGO  
GLOBAL**



## > Equipe editorial

**Editores:** Brigitte Aulenbacher, Klaus Dörre.

**Editores assistentes:** Johanna Grubner, Christine Schickert.

**Editor associado:** Aparna Sundar.

**Editores executivos:** Lola Busuttil, August Bagà.

**Consultor:** Michael Burawoy.

**Consultor de mídia:** Juan Lejárraga.

### **Conselho editorial:**

Sari Hanafi, Geoffrey Pleyers, Filomin Gutierrez, Eloísa Martín, Sawako Shirahase, Izabela Barlinska, Tova Benski, Chih-Jou Jay Chen, Jan Fritz, Koichi Hasegawa, Hiroshi Ishida, Grace Khunou, Allison Loconto, Susan McDaniel, Elina Oinas, Laura Oso Casas, Bandana Purkayastha, Rhoda Reddock, Mounir Saidani, Ayse Saktanber, Celi Scalón, Nazanin Shahrokni.

### **Editores regionais**

**Mundo árabe:** (Tunísia) Mounir Saidani, Fatima Radhouani, Habib Haj Salem; (Argélia) Souraya Mouloudji Garrouddji; (Marrocos) Abdelhadi Al Halhouli, Saida Zine; (Líbano) Sari Hanafi.

**Argentina:** Magdalena Lemus, Pilar Pi Puig, Martín Urtasun.

**Bangladesh:** Habibur Haque Khondker, Hasan Mahmud, US Rokeya Akhter, Juwel Rana, Toufica Sultana, Asif Bin Ali, Khairun Nahar, Kazi Fadia Esha, Muhaimin Chowdhury, Helal Uddin, Md. Eunus Ali, Mostafizur Rahman, Jhulik Saha, Maria Sardar, Tahmid Ul Islam.

**Brasil:** Gustavo Taniguti, Angelo Martins Junior, Andreza Galli, Dmitri Carboncini Fernandes, Gustavo Dias, José Guirado Neto, Jéssica Mazzini Mendes.

**Casaquistão:** Aigul Zabirova, Bayan Smagambet, Adil Rodionov, Almash Tlespayeva, Kuanysh Tel, Almagul Mussina, Aknur Imankul.

**França/Espanha:** Lola Busuttil.

**Índia:** Rashmi Jain, Nidhi Bansal, Pragya Sharma, Manish Yadav.

**Indonésia:** Kamanto Sunarto, Hari Nugroho, Lucia Ratih Kusumadewi, Fina Itriya, Indera Ratna Irawati Pattinasarany, Benedictus Hari Juliawan, Mohamad Shohibuddin, Dominggus Elcid Li, Antonius Ario Seto Hardjana, Diana Teresa Pakasi, Nurul Aini, Geger Riyanto, Aditya Pradana Setiadi.

**Irã:** Reyhaneh Javadi, Niayesh Dolati, Abbas Shahrabi, Sayyed Muhammad Mutallebi, Faezeh Khajehzade.

**Japão:** Satomi Yamamoto.

**Polónia:** Justyna Kościńska, Magdalena Kamela, Aleksandra Lubińska, Adam Müller, Jonathan Scovil, Aleksandra Biernacka, Jakub Barszczewski, Agnieszka Szypulska, Iga Łazińska, Aleksandra Senn, Sara Herczyńska, Zofia Penza-Gabler, Iwona Bojadzjewa, Weronika Peek.

**Romênia:** Raluca Popescu, Raisa-Gabriela Zamfirescu, Diana Alexandra Dumitrescu, Iulian Gabor, Bianca Mihăilă, Alexandra Mosor, Mioara Paraschiv, Maria Stoicescu.

**Rússia:** Elena Zdravomyslova, Anastasia Daur, Valentina Isaeva.

**Taiwan:** Wan-Ju Lee, Tao-Yung Lu, Po-Shung Hong, Yu-Min Huang, Bun-Ki Lin, Yu-Chia Chen.

**Turquia:** Gül Çorbacioğlu, Irmak Evren.



Nos últimos anos, muitos países ao redor do mundo viram o surgimento de movimentos sociais e manifestações de massa. Esses **protestos e movimentos**, que foram expressos principalmente nas ruas, abordaram diferentes questões e demandas contra tendências antidemocráticas, desenvolvimentos neoliberais e os efeitos de desigualdades econômicas e sociais impulsionadas pelo mercado. Este simpósio inclui quatro artigos que refletem as formas específicas desses movimentos e protestos sociais no Líbano, Iraque, França, Chile e Hong Kong.



Esta seção fornece informações sobre a **sociologia das Filipinas**. Os membros da Sociedade Sociológica das Filipinas (PSS) discutem suas pesquisas sociológicas com foco em questões como urbanização e governança, movimento LGBT, violência na guerra contra as drogas, sociologia pública entre os pobres e marginalização da região de Mindanao.



Com esta edição, o Diálogo Global inicia uma série sobre a **COVID-19** para discutir o significado e as consequências da pandemia para diferentes países e regiões, para a sociedade como um todo e para a sociologia. Nesta seção, três sociólogos apresentam suas ideias sobre os desafios e responsabilidades que a sociologia tem atualmente.



O **Diálogo Global** é possível graças à generosa contribuição da **SAGE Publications**.

## > Nesta edição

Editorial 2

### > FALANDO DE SOCIOLOGIA

O manifesto convivialista: uma nova ideologia política.  
Entrevista com Alain Caillé  
**Por Sari Hanafi, Líbano** 5

### > PROTESTOS E MOVIMENTOS

Desenvolvimentos globais e movimentos locais  
**Por Johanna Grubner, Áustria** 8

Protesto de Hong Kong 2019-20: uma visão neofoucaultiana  
**Por Ngai-Ling Sum, Reino Unido** 9

Política experiencial e os coletes amarelos  
**Por Michalis Lianos, França** 12

Despertar social contra desigualdades neoliberais  
**Por Jorge Rojas Hernández e Gunhild Hansen-Rojas, Chile** 15

Compreendendo os levantes de outubro no Iraque e Líbano  
**Por Rima Majed, Líbano** 18

### > CAPITALISMO DIGITAL

Mídia e comunicação no capitalismo digital: perspectivas críticas  
**Por Marlen van den Ecker e Sebastian Sevigani, Alemanha** 20

Exploração digital: conectando comunicação e trabalho  
**Por Marisol Sandoval, Reino Unido e Sebastian Sevigani, Alemanha** 22

Automatizando o capitalismo  
**Por Mark Andrejevic, Austrália** 25

A temporalidade e a criação da classe trabalhadora digital chinesa  
**Por Jack Linchuan Qiu, Hong Kong** 27

Rivalidade EUA-China? As indústrias de tecnologia digital e cultural  
**Por Tanner Mirrlees, Canadá** 29

Um mercado livre para uma imprensa pós-socialista livre?  
**Por Mandy Tröger, Alemanha** 31

### > PERSPECTIVAS TEÓRICAS

TICs como *juju*: inspirações africanas  
**Por Francis Nyamnjoh, África do Sul** 33

### > SOCIOLOGIA DAS FILIPINAS

Fazendo sociologia pública nas Filipinas  
**Por Filomin C. Gutierrez, Filipinas** 36

Estudos urbanos nas Filipinas: a sociologia como âncora  
**Por Louie Benedict R. Ignacio, Filipinas** 37

Navegando em conflitos por meio de uma lente *queer*  
**Por John Andrew G. Evangelista, Filipinas** 39

Narrativas dissonantes da guerra às drogas nas Filipinas  
**Por Filomin C. Gutierrez, Filipinas** 41

Fazendo a sociologia pública funcionar nas Filipinas  
**Por Phoebe Zoe Maria U. Sanchez, Filipinas** 43

Integrando Mindanao na sociologia filipina  
**Por Mario Joyo Aguja, Filipinas** 45

### > COVID-19: PANDEMIA E CRISE

Sociologia global na pandemia  
**Por Geoffrey Pleyers, Bélgica** 47

COVID-19: Primeiras lições da atual pandemia  
**Por Klaus Dörre, Alemanha** 49

Sociologia no mundo pós-corona  
**Por Sari Hanafi, Líbano** 51

### > SEÇÃO ABERTA

Espaço urbano generificado em Bangladesh  
**Por Lutfun Nahar Lata, Austrália** 53

Internacionalismo trabalhista e livre circulação de capital  
**Por Raquel Varela, Portugal** 55

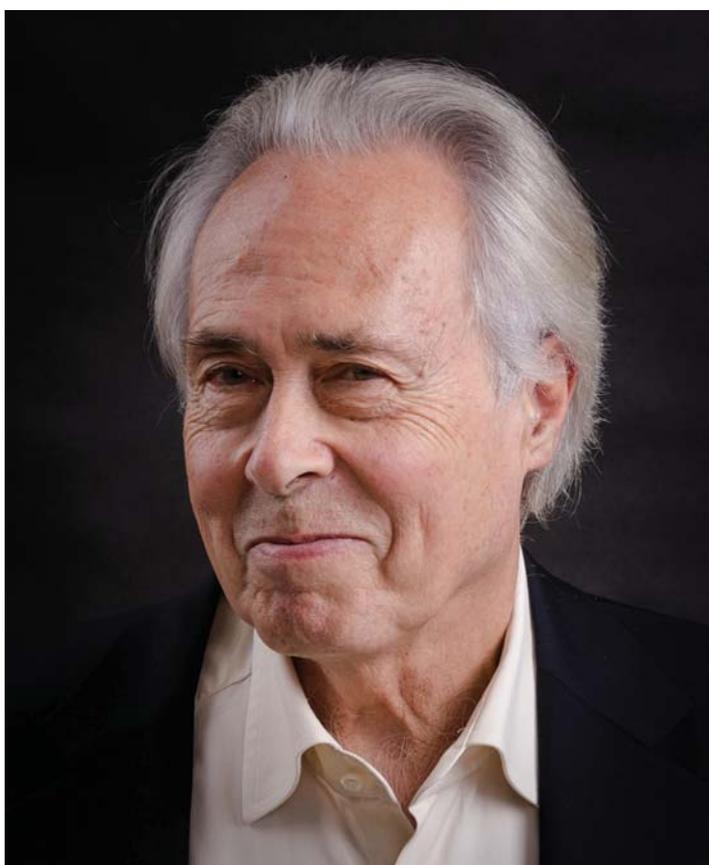
Portugal enfrenta a extrema direita  
**Por Elísio Estanque, Portugal** 57

“Os jovens estão cada vez mais conscientes da iminência de perigos ecológicos, mas não percebem claramente que não seremos capazes de enfrentá-los sem questionar a hegemonia do neoliberalismo e sem dar nova vida à imaginação democrática”

**Alain Caillé**

# > O manifesto convivialista: uma nova ideologia política

## Entrevista com Alain Caillé



**Alain Caillé** é Professor Emérito de Sociologia na Universidade de Paris Ouest Nanterre La Défense e editor do *La Revue du MAUSS* (Movimento Anti-Utilitário em Ciências Sociais). Ele é conhecido por suas críticas radicais à economia contemporânea e ao utilitarismo nas ciências sociais. Ele é o criador do Manifesto Convivialista. Por ocasião do lançamento da segunda versão deste manifesto (*Internationale convivialiste, Second Manifeste convivialiste. Pour un monde post-néolibéral*, fevereiro 2020), **Sari Hanafi**, Presidente da Associação Sociológica Internacional (ISA) conduziu esta entrevista com ele.

| Alain Caillé. Crédito: Alain Caillé.

**SH:** Você poderia apresentar o Manifesto Convivialista aos nossos leitores?

**AC:** Antes de falar sobre seu conteúdo, vale a pena notar que este Segundo Manifesto Convivialista é co-assinado por quase 300 intelectuais (economistas, filósofos, sociólogos, ativistas comunitários) e personalidades artísticas de 33 países diferentes. Eles formam o embrião de uma espécie de Internacional Convivialista (o nome que foi escolhido para designar o autor coletivo do Manifesto). Uma Internacional, totalmente informal, sem escritório, sem organização (apenas boa vontade) e sem financiamento, mas que tem atuado em estender o manifesto muito além dos 300 signatários iniciais, para outros intelectuais,

ativistas e artistas e, acima de tudo, para provocar uma mudança decisiva na opinião pública mundial. Por várias décadas, vivemos sob a influência, sob a hegemonia, como diria Gramsci, da ideologia neoliberal que nos impede de imaginar um mundo que não seja o nosso, inteiramente submetido às injunções de um capitalismo rentista e especulativo. Por sua própria natureza, isso gera desigualdades vertiginosas que, dia após dia, esvaziam os ideais democráticos de seu conteúdo. Exceto nos países que estão tentando se livrar de seus ditadores, há cada vez menos “crença” nesses ideais, especialmente entre os jovens. Isto é obviamente catastrófico. A democracia está agora ameaçada em quase todo o mundo, assim como na Europa nos anos 30. Com isso, tudo o que faz parte do

>>

pensamento crítico, começando pela sociologia, corre o risco de desaparecer.

### **SH: Por que a ideologia neoliberal é tão poderosa?**

**AC:** É apoiada, é claro, por recursos materiais, econômicos, financeiros, militares, policiais, midiáticos e, às vezes, até criminais. Mas há também outro fator, menos percebido, mas essencial, que é a razão de ser do convivialismo: até hoje, não há ideologia alternativa, nem conjunto de idéias, conceitos, teorias e valores mais ou menos coerentes, cujo nome poderia reunir todos aqueles, incontáveis em número, que aspiram a algo que não seja um mundo governado apenas pela lógica financeira e especulativa. Um mundo, como sabemos bem, que está prestes a cair em desastres climáticos e ambientais irremediáveis. Nos países ricos, os jovens estão cada vez mais conscientes da iminência desses perigos ecológicos, mas não vêem, ou não percebem claramente, que não seremos capazes de enfrentá-los sem questionar a hegemonia do neoliberalismo e sem, para isso, dando nova vida à imaginação democrática.

De uma maneira ideal, digamos que a ideologia neoliberal está organizada em torno das seis proposições a seguir: 1) Não há sociedades, apenas indivíduos. 2) A ganância é boa. 3) Quanto mais rica é uma sociedade, melhor ela é, porque todos serão beneficiados por um efeito de gota a gota. 4) O único modo desejável de coordenação entre seres humanos é o mercado livre, incluindo o mercado financeiro e especulativo auto-regulado. 5) Não há limites. Mais necessariamente significa melhor. 6) Não há alternativa. O que é surpreendente é que nenhuma dessas proposições tem consistência teórica ou empírica real. E, no entanto, não temos certeza do que se opor a elas.

### **SH: Como você explica isso?**

**AC:** Se permanecermos impotentes diante do neoliberalismo, é porque as grandes ideologias políticas modernas, das quais somos herdeiros: liberalismo, socialismo, comunismo, anarquismo (e que as combinamos como desejamos) não são mais capazes de lidar com os problemas que temos que enfrentar hoje. Há pelo menos três razões para isso: 1) Todas essas ideologias, pelo menos em suas principais variantes, baseiam-se na premissa de que os seres humanos são, antes de tudo, seres de necessidade e que os conflitos entre eles são causados por escassez material, levando a dedução de que o primeiro imperativo é produzir cada vez mais. 2) Essa “solução” poderia fazer sentido desde que a natureza parecesse inesgotável e infinitamente explorável (desde que não estivéssemos sob a ameaça de estagnação secular [uma condição em que há um crescimento insignificante em uma economia de mercado] que muitos economistas diagnosticam). Agora sabemos que esse não é o caso. 3) Ao nos perceber como criaturas necessitadas, essas ideologias ignoram que a outra fonte de conflito, pelo menos tão importante quanto a escassez material, é o desejo de

reconhecimento. Como resultado, eles não nos dizem nada sobre as possíveis maneiras pelas quais diferentes culturas e religiões podem coexistir, entre ou dentro dos países – sem mencionar as relações entre homens e mulheres.

O termo “convivialismo” pode, portanto, ser visto, no mínimo, como um significante vazio (o equivalente à *mana* de acordo com Lévi-Strauss...) simbolizando a esperança de uma nova ideologia política na qual todos aqueles que aspiram a construir um mundo pós-neoliberal pode se reconhecer, cada um colocando sob esse termo suas próprias aspirações e interesses.

### **SH: Mas o termo “convivialismo” é a melhor escolha terminológica para nomear uma nova ideologia política?**

**AC:** Essa é a palavra certa? E o neoliberalismo é realmente o problema? É a palavra certa? Em inglês e francês, convivialidade é a arte de comer com os amigos e divertir-se juntos. A palavra convívio tem, portanto, uma conotação levemente “agradável”, que repele alguns de nossos possíveis apoiadores. No entanto, não conseguimos pensar em um termo melhor para uma filosofia de convivência (de convivialidade) que nos ajude a perguntar como as pessoas podem e devem cooperar, “opondo-se sem se matar” (como Marcel Mauss colocou). Esse é o problema certo? Alguns dos estudiosos que contatamos desistiram de assinar, dizendo que o problema crucial hoje não é a hegemonia do neoliberalismo, mas a ascensão do populismo. Este último é de fato um resultado da hegemonia neoliberal, seu outro lado de certa forma. Só é preciso reler *A Grande Transformação* de Karl Polanyi para se convencer disso.

### **SH: Quais são os princípios fundamentais do convivialismo?**

**AC:** “Convivialismo” não é apenas um significante vazio, um símbolo de esperança. De minha parte, fico feliz pelo fato de que personalidades intelectuais extremamente diversas - de inspiração bastante liberal ou socialista para alguns, comunistas ou anarquistas para outros, para não mencionar diferentes tradições religiosas - conseguiram concordar com cinco valores ou princípios finais, que não posso detalhar aqui: os princípios de natureza comum, humanidade comum, socialidade comum, individuação legítima e oposição criativa (“cooperar, opondo-se e sem matar uns aos outros”). Esses cinco princípios desenham um espaço axiológico comum que circunscreve o campo de possíveis escolhas políticas legítimas. Eles se temperam. Mas todos eles estão subordinados a um imperativo que pode ser considerado categórico: o domínio necessário contra o excesso e a arrogância. A humanidade tem muito pouco tempo para aprender a controlar sua propensão à arrogância. Talvez a tarefa prioritária da sociologia seja ajudá-la.

### **SH: A sua sociologia constitui um chamado para conectar a sociologia à filosofia moral?**



**AC:** Entre outras coisas, sim. Não consigo ler os grandes clássicos da sociologia, Marx, Tocqueville, Weber, Durkheim etc., além de filósofos morais e políticos, embora de um tipo bastante peculiar. Filósofos que, ao contrário de Hobbes ou Rousseau (que disseram: “deixemos de lado todos os fatos”), estão preocupados com os fatos e sua historicidade. Eles também estão preocupados com a antropologia. Como podemos entender nosso presente sem ver o que resta de formas sociais passadas? Daí meu interesse em Marcel Mauss, que nos mostra como as sociedades se organizaram para distribuir reconhecimento aos seus membros na proporção de seus dons ou de sua participação no campo daquilo que a tradição fenomenológica chama de doação. Um campo em que mana é a expressão mais conhecida. Sem essa dimensão da filosofia moral, os clássicos não falariam conosco e não mais nos interessariam. Uma sociologia que se limitaria a querer estabelecer fatos – uma tarefa infinita (que fatos? Como? Por quê?) ficaria seca e se condenaria à insignificância.

**SH: Entre os empresários morais estão as autoridades religiosas. Você planeja discutir/colaborar com eles?**

**AC:** Minha convicção é que nossa única chance de evitar os desastres (ecológicos, econômicos, financeiros, sociais, políticos e morais) que nos ameaçam é uma consciência global da magnitude e urgência das questões em jogo. Contra os danos gerados pelo capitalismo financeiro e especulativo que agora é dominante (você deve ter notado que não estou dizendo nada sobre o capitalismo em geral ...), devemos conseguir mobilizar uma opinião pública majoritária no maior número possível de países. Não estou dizendo que será fácil ou que temos grandes chances de sucesso, mas é óbvio que não teremos nenhum êxito sem o apoio de autoridades religiosas. É por isso que o *Segundo Manifesto* cita passagens bastante longas de uma declaração, *Fraternidade Humana pela Paz Mundial e a convivência comum*, co-assinada em 4 de fevereiro de 2019 pelo Papa Francisco, em nome dos cristãos, e pelo grande Imã de al-Azhar (Egito), Ahmad al-Tayyeb, em nome dos muçulmanos. E não vejo por que autoridades morais protestantes, budistas, judeus etc, não poderiam ser juntar a ele. Talvez devêssemos tentar criar rapidamente algo como uma Assembleia Mundial da Humanidade Comum, composta por representantes da sociedade civil mundial, da filosofia, das chamadas ciências “exatas”, das ciências humanas e sociais, e das diferentes correntes éticas, espirituais e religiosas que se reconheceriam nos princípios do convívialismo. Parece-me

que a ISA (Associação Sociológica Internacional) poderia desempenhar um papel eminente aqui.

**SH: A reflexão sobre este manifesto foi verificada quanto à sua utilidade/validade para o Sul Global? Alguma pesquisa foi realizada nesses países?**

**AC:** Eu responderia que sim e não. Sim, porque um número significativo de signatários vem do que você chama de Sul Global e porque vários amigos do Sul foram associados à iniciativa do convívialismo desde o primeiro Manifesto (2013). E não, infelizmente, porque a maior parte do trabalho de redação e esboços foi realizada no Norte. Um passo importante agora é o de uma apropriação e enriquecimento da reflexão convívialista do Sul. Estão sendo feitas traduções para o português e o espanhol (além de inglês, alemão, italiano e japonês), e os amigos devem levá-las para a Argentina, Brasil, México, mas também, espero, para a Índia, África etc. A tradução para o árabe seria particularmente importante, por muitas razões. Mas vamos direto ao ponto. Eu diria que este segundo manifesto estabelece as bases para um consenso pós-neoliberal sobre questões ecológicas, econômicas e políticas cruciais. Isso já é bom. Mas ainda há muito trabalho a ser feito para integrar todos os debates realizados pelas perspectivas pós-coloniais, de gênero, subalternas e culturais. Este seria um Terceiro Manifesto Convívialista (que também acabaria precisando de renovação), ou pelo menos o que poderíamos chamar de Suplemento aos Manifestos Convívialistas. E aqui a contribuição do Sul será totalmente indispensável.

**SH: Você está otimista com a disseminação do convívialismo?**

**AC:** Parece-me que o Segundo Manifesto Convívialista lança as bases da filosofia política que precisamos urgentemente agora. Mas uma filosofia política não faz uma política. Para ir além, é necessário, agora, que os “empreendedores políticos” se apoderem dele e mostrem em cada país em termos concretos o que quase todo mundo (funcionários, trabalhadores precários, pequenos comerciantes ou empreendedores, populações segregadas etc.) ganharia com o convívialismo. Se, em todas essas categorias sociais, mais pessoas começarem a pensar e dizer entre si “sou um convívialista”, teremos a chance de evitar os desastres que nos esperam. ■

**SH: Obrigado Alain, desejo a você tudo de bom para seu Manifesto Convívialista.**

Contato com  
Alain Caillé <[alaincaille90@gmail.com](mailto:alaincaille90@gmail.com)>

# > Desenvolvimentos globais e movimentos locais

Por **Johanna Grubner**, Universidade Johannes Kepler, Áustria e editora assistente do *Diálogo Global*

**A**ntes da eclosão da Covid-19 e da promulgação de restrições quanto ao movimento e ao direito de realizar reuniões e aglomerações sociais, muitos países ao redor do mundo viram um aumento de protestos sociais, organizados em marchas e manifestações. Esses protestos, que foram expressos principalmente nas ruas, abordaram diferentes questões e demandas. Este simpósio inclui cinco artigos que refletem as formas específicas desses movimentos e protestos sociais no Líbano, Iraque, França, Chile e Hong Kong.

O simpósio começa com um artigo de Ngai-Ling Sum, que examina os protestos que ocorreram nas ruas de Hong Kong em junho de 2019. Sum interpreta o protesto sob uma visão neofoucaultiana e mostra como, em condições autoritárias iliberais, ele espiralou em um movimento social, como a luta foi expressa através da crescente afirmação de seu controle pelo soberano, usando violência policial desproporcional, e como a biopolítica afirmativa dos insurgentes da linha de frente culminou na proteção da vida contra a (quase) morte.

Em novembro de 2018, os protestos dos coletes amarelos surgiram por toda a França, iniciando uma nova estrutura

e prática de movimento social. Em seu artigo, Michalis Lianos nos dá uma visão dessa forma espontânea e não partidária de movimento que desafia nosso entendimento sociológico da organização, arquitetura e sucesso da ação política coletiva e da reflexividade.

Após 40 anos de política neoliberal e protestos em andamento no Chile, uma nova consciência emancipatória se desenvolveu entre os chilenos, provocando protestos massivos e criativos em outubro de 2019. Jorge Rojas Hernández e Gunhild Hansen-Rojas descrevem a crise social do país decorrente do neoliberalismo, uma oportunidade histórica única que o Chile está enfrentando e os protestos sociais que levaram à convocação de um referendo sobre a criação de uma nova constituição.

Encerramos este simpósio com o exame de Rima Majed sobre os levantes ocorridos no Iraque e no Líbano, em outubro de 2019. Majed analisa essas revoltas em termos do processo revolucionário que surgiu no sistema político conhecido como democracia consociativa. Em busca de um “nós” perdido, os atores sociais precisam manter seu foco social e político na demanda por justiça socioeconômica, enquanto rejeitam o sistema de compartilhamento de poder sectário. ■

# > Protesto de Hong Kong 2019-20: uma visão neofoucaultiana

Por Ngai-Ling Sum, Universidade de Lancaster, Reino Unido



Manifestantes se protegendo com guarda-chuvas do gás lacrimogêneo da polícia em Hong Kong, 2019. Foto por Joe Lee.

O protesto de junho de 2019 em Hong Kong foi ocasionado por um projeto de lei de extradição que, se aprovado, permitiria o repatriamento de cidadãos/visitantes de Hong Kong à China continental para processo criminal sob seu regime de sistema de leis (e não pelo estado de direito). Isso acende o medo local de Hong Kong perder seu “alto grau de autonomia” sob a estrutura do “um país dois sistemas”. Esta última foi garantida pela Declaração Conjunta Sino-Britânica de 1984 e pela Lei Básica da China, de 1990, quando Hong Kong foi devolvida à China continental como Região Administrativa Especial (RAE), em 1997. Nesse contexto, Hong Kong é investida de poder executivo e legislativo, um judiciário independente, bem como o direito a um chefe executivo nomeado pelo governo central com base em eleições ou consultas realizadas localmente.

Desde 2003, esse medo de perder autonomia vem se acelerando, com a vida soberana da China continental ganhando mais avanços. Exemplos incluem o lançamento

da legislação pró-China, que variou do projeto de lei anti-subversão do Artigo 23, em 2003, até o projeto de lei do hino nacional [chinês] em 2019. Essas medidas foram acompanhadas pelo retrocesso dos elementos democráticos de Hong Kong, como a rejeição da eleição direta para o Chefe do Executivo em 2015 e a desqualificação de seis legisladores pró-democracia da posse em 2017. Essa invasão pela vida de um país foi ainda mais acentuada pelo rápido rastreamento do Projeto de Extradição de 2019. O governo da RAE, com o apoio do governo central chinês, até pulou o exame legislativo habitual na fase do comitê e levou o projeto diretamente à aprovação da legislatura pró-China. Diante dessa urgência, primeiro um milhão e depois dois milhões de pessoas participaram de marchas pacíficas nos dias 9 e 16 de junho, respectivamente. Com respostas oficiais atrasadas e brutalidades policiais, os protestos perduram regularmente. Os manifestantes tinham cinco demandas: retirar o Projeto de Extradição; parar de descrever os manifestantes como “desordeiros”; emitir uma anistia para todos os manifestantes presos; conduzir

>>

uma investigação independente sobre brutalidade policial; e conceder sufrágio universal para as eleições do Chefe do Executivo e do Conselho Legislativo de Hong Kong. O projeto foi finalmente retirado em 4 de setembro de 2019. No entanto, devido à brutalidade policial recorrente e à recusa da Chefe do Executivo em atender às quatro outras demandas dos manifestantes (veja a Tabela 1), a resistência se transformou em um movimento social.

Ao analisar esse protesto como um movimento social, este artigo apresenta uma perspectiva neofoucaultiana que se concentra na biopolítica soberana da vida / morte. Para Foucault, o soberano se vê como tendo o direito de governar um território e se envolve na biopolítica da vida / morte para manter sua própria segurança. Os graus de soberania variam nas sociedades modernas e são mais visíveis em contextos autoritários iliberais do que nos democráticos. Com o início da “vida de um país” em Hong Kong, o governo da RAE se envolve em regime de co-soberania com o regime de partido único da China continental na manutenção da estabilidade / segurança de Hong Kong. Os manifestantes de Hong Kong vivem à margem dessa co-regra autoritária e têm pouco espaço para manobra. Sua biopolítica de resistência envolve, assim, insurgentes da linha de frente armando suas vidas para a (quase) morte; e apoiadores que garantem a proteção da vida dos insurgentes contra a (quase) morte.

**> Biopolítica insurgente: o armamento da vida para a (quase) morte**

Diante da intensificação e avanço em Hong Kong, por parte da China Continental, em direção à uma vida “soberana de um país” e do desencadeamento do protesto de 2019, a polícia (e a lei) desempenham papéis soberanos na biopolítica de: a) vida de protesto debilitante nas ruas; b) infligir medo por meio de prisão, acusação e julgamento; e c) causar danos corporais através de violência desproporcional. Com o governo central chinês condenando os manifestantes como “quase terroristas” e a Chefe do Executivo de Hong Kong não respondendo às cinco demandas (veja a Tabela 1), o protesto passou de pacíficos a meios mais fortes/violentos (veja a Tabela 2). A polícia de choque, com o apoio do chefe do Executivo, reagiu mais violentamente com gás lacrimogêneo, prisões arbitrárias violentas, espancamentos

**Tabela 1: Cinco demandas dos manifestantes de Hong Kong, 2019**

Revogar a lei de extradição
Parar de descrever os manifestantes como “vândalos”
Emitir anistia para todos os manifestantes presos
Investigação independente sobre brutalidade policial
Conceder sufrágio universal para as eleições do Chefe do executivo de Hong Kong e do Conselho Legislativo

**Tabela 2: Formas pacíficas e poderosas de protesto**

Natureza do protesto	Exemplos
Meios pacíficos	Manifestações, cadeias humanas, canções/reuniões em locais públicos, criação de pôsteres/estatutos, muros/túneis de Lennon defensoria internacional e etc.
Meios não-pacíficos	Latas de spray, canetas laser, combate nas ruas, bombas de gasolina, barricadas, abusos públicos / privados, tijolos, incêndio criminoso em estabelecimentos comerciais pró-China, cerco a universidades e etc.

brutais, canhões de água alteradas quimicamente e até tiros. Eles inseriram infiltrantes e rotularam os manifestantes como “baratas” que podem ser apagadas para manter a segurança. Isso degenerou no cenário de “violência gera mais violência” e os manifestantes começaram a experimentar medo/desesperança pessoal e pública

Os manifestantes da linha de frente resistem armando sua vida em resposta à violência policial desproporcional e ao seu medo do futuro – deles e de Hong Kong. A recusa em serem deslocadas fornece um terreno fértil para o crescimento de uma identidade com Hong Kong. Alguns insurgentes estão preparados para sacrificar suas vidas como querem defender a vida autônoma de Hong Kong, conforme estabelecido nos Dois Sistemas. No combate do tipo zona de guerra com a polícia, alguns até colocaram seus testamentos (e notas não suicidas) em suas mochilas. As reflexões pessoais incluem “Desisto da vida pela sociedade de Hong Kong”, “Defendo Hong Kong com meu sangue” e “Uso a morte em troca de liberdade”. Essas formas de armar a vida na biopolítica insurgente de Hong Kong são apaixonadamente enquadradas em termos de esperança/medo, choque, raiva, lágrimas, sangue e (quase) morte. A resistência envolve a biopolítica de trauma psicológico, auto-sacrifício, medo de lesões físicas, prisão, detenção, acusação, desaparecimento e suicídios.

**> Biopolítica afirmativa: a proteção da vida contra a (quase) morte**

A biopolítica insurgente dos manifestantes está convidando esforços afirmativos para proteger a vida. Protagonistas anteriores ao Movimento dos Guarda-Chuvas de 2014 descobriram que os líderes poderiam ser processados e presos. Essa experiência contribuiu para o atual movimento funcionando sem um líder formal. Ela adota uma estratégia sem líderes e utiliza as táticas difusas de “ser água” e ajuda mútua. Isso é facilitado pelo uso de aplicativos da Internet como o Telegram e o Airdrop para compartilhar informações e coordenar ações / decisões entre si.

O movimento é financiado por doações digitais e reforçado por grupos de ajuda mútua que cruzam as





Uma demonstração em massa em Hong Kong em 2019. Foto de Virginia Pak.

linhas ocupacionais, geracionais, de gênero e raciais. Esses apoiadores se reúnem para proteger a vida dos insurgentes da (quase) morte. Um exemplo é a campanha Proteger as Crianças, iniciada por um grupo de “cabelos grisalhos” (idosos) para manter os olhos atentos e proteger os jovens da linha de frente. Alguns optam por ficar entre a polícia e as linhas de frente; enquanto outros exibem cartazes com declarações como “Não atire em nossos filhos”. Essas ações de proteção à vida também são apoiadas por cadeias de suprimentos biopolíticas que fornecem doações, refeições, água, máscaras (para proteção de identidade / segurança), guarda-chuvas, proteção de dados, transporte gratuito, ajuda médica, assistência social, consultoria jurídica e casas abertas para abraçar as linhas de frente.

Outras biopolíticas afirmativas incluem: a) construção de uma cadeia humana de trinta milhas em ambos os lados do porto de Hong Kong para simbolizar o desejo de liberdade; b) organizar o luto público pelos mortos para facilitar a cura da alma e a renovação de compromissos em comum; c) finalizar e gravar novas músicas como Glory for Hong Kong dentro de cinco dias para aumentar o moral e unir o movimento; e d) criação de novos sindicatos e apoios eleitorais para consolidar a energia dos protestos nas ruas. Práticas semelhantes para melhorar a vida podem ser encontradas (trans) localmente e (trans) nacionalmente. Os adeptos de Hong Kong juntam as mãos à diáspora/apoiadores para empreender advocacia

internacional e diplomacia de pessoas para pessoas que visam comunidades locais, legislaturas nacionais, mídia global e organizações internacionais a “apoiarem Hong Kong” nesta luta.

### > Observações finais

Este artigo adota uma abordagem neofoucaultiana ao protesto de Hong Kong 2019-20. Dado ao fato de que ocorre em condições autoritárias iliberais do regime de co-soberania entre o governo da RAE de Hong Kong e o regime de partido único da China continental, a perspectiva da biopolítica soberana é importante para entender esse protesto. Ele destaca a conjuntura de 2019, quando a implantação mais completa da vida de um país em Hong Kong é acompanhada pela recusa de alguns cidadãos de dois sistemas em renunciar ao seu “alto grau de autonomia”. Essa luta de um país e dois sistemas é expressa por meio da crescente afirmação de seu controle pelo soberano com o uso de violência policial desproporcional. Isso ocorre com a biopolítica insurgente de vida / morte dos manifestantes que coexiste com os atos biopolíticos afirmativos dos apoiadores nessa luta pela política de deslocamento de Hong Kong. ■

Contato com Ngai-Ling Sum <[n.sum@lancaster.ac.uk](mailto:n.sum@lancaster.ac.uk)>

Agradecimentos:  
Gostaria de agradecer a Brigitte Aulenbacher, Bob Jessop, Virginia Pak, Joe Lee e Lancaster Stands With Hong Kong Group por seu apoio na redação deste artigo e no fornecimento de fotografias.

# > Política experiencial e os coletes amarelos<sup>1</sup>

Por Michalis Lianos, Universidade de Rouen, França



Forte presença policial em uma manifestação em Paris em 2019. Foto por Michalis Lianos.

**O**s coletes amarelos surgiram de modo inesperado. A sociedade francesa desconhecia profundamente o potencial que tal movimento poderia ter. É bem sabido que instituições políticas estabelecidas e a mídia difamaram o movimento. Não era de surpreender, já que as classes baixas brancas eram vistas como um amortecedor inerte e obtuso entre as minorias raciais segregadas e as várias camadas da classe média. O que é surpreendente é um movimento espontâneo e apartidário ter emergido e rompido com a arquitetura estabelecida da estratificação política em uma sociedade pós-industrial. Certamente, isso se relaciona à rara conjuntura de um novo partido político (“*La République En Marche*”) que venceu as eleições

presidencial e parlamentar na França e um presidente que nunca havia sido eleito para qualquer cargo anteriormente. As esperanças de melhoria eram altas, assim como foi a decepção subsequente.

O movimento apareceu na esfera pública nacional em 17 de novembro de 2018. Duas semanas depois, ganhou as manchetes globais. Neste ínterim, uma transformação espetacular estava em andamento. Desde a centelha inicial vinculada ao imposto sobre o combustível, os Coletes Amarelos avançaram rapidamente para questionar toda a arquitetura política das sociedades contemporâneas. Eles agora exigiam o estabelecimento de um referendo iniciado pelos cidadãos como ferramenta para dar controle total

>>



Um manifestante declara sua posição, Paris, 2019.  
Foto de Michalis Lianos.

ao “povo” sobre decisões importantes em todas as áreas da governança. Simultaneamente, eles afirmaram que eram “o povo” e que eram humilhados e supostamente deveriam viver em silêncio à beira da pobreza, ignorados pelas “elites”, mesmo encarnando o coração da sociedade francesa. Esse sentimento de legitimidade social foi particularmente reforçado por sua autorrepresentação “apolítica” e “pacifista”, uma vez que a maioria nunca havia participado de uma manifestação e era indiferente ou hostil aos partidos políticos. Eles ficaram chocados e ofendidos ao se depararem com uma repressão policial violenta, porque se consideravam cidadãos cumpridores da lei, exercendo pela primeira vez o seu direito de protestar.

Além de seu significado enquanto movimento de protesto, os Coletes Amarelos iniciaram um novo estágio na estrutura e prática dos movimentos sociais. Seus inúmeros aspectos originais desafiam uma série de suposições sobre a natureza, organização e sucesso da ação política coletiva.

Irei discorrer brevemente sobre cinco pontos em sequência para ilustrar o interesse sociológico dessas inovações:

### 1. Rejeição a todos os vínculos com partidos políticos e movimentos constituídos

A parte mais impressionante desse fenômeno é sua espontaneidade. Os Coletes Amarelos não se uniram sob uma abordagem ou teoria política específica. Eles sequer compartilharam uma vaga perspectiva política. Contudo, eles instintivamente acharam que todas as estruturas de “formatação” política não deveriam ser confiáveis. Qualquer um possuindo ou buscando poder estava aos seus olhos corrompido, era corruptível ou, na melhor das hipóteses, estaria interessado em promover primariamente seus próprios interesses, não os do “povo”. Isso não quer dizer que eles tenham se voltaram para o “populismo”. Pelo contrário, eles proibiram não apenas o autoritarismo, mas até mesmo a hierarquia no interior do movimento. Eles quase imediatamente se tornaram uma estreita comunidade de indivíduos, uma “família”, como costumavam se chamar, de pessoas que zelosamente guardavam seu direito de decidir separadamente sobre cada questão quando concordavam ou discordavam. Espontaneamente eles fugiram de qualquer estrutura ou plataforma sociopolítica estabelecida.

### 2. Pluralidade ideológica

Os movimentos sociais são bastante conhecidos por sua propensão à homogeneidade ideológica. Embora tensões e antagonismos sempre se desenvolvem em um movimento, é quase certo que essas tensões girem em torno do controle de uma estrutura unificadora de ideologia e consequente ação. Os coletes amarelos são mais uma vez uma flagrante exceção a essa lei de homogeneidade. Eles não somente não convergiram para uma ideologia política específica, mas também conseguiram construir uma base pluralista para suas demandas. Isso tornou-se possível uma vez que mantiveram decididamente a política partidária afastada de seu movimento e porque aceitaram espontaneamente a convivência entre si, ainda que frequentemente discordassem sobre questões específicas. A explicação deles foi experimental. Eles estavam “na mesma merda” e o que importava era sua semelhança objetiva e a vontade de mudar essa condição. Suas explicações para essa condição podem ter diferido, mas eles sempre tiveram a ver com um sistema em que os poderosos não respeitavam o “povo” o suficiente para garantir uma vida decente.

### 3. Arquitetura neuronal e autonomia

O movimento se organizou em torno de grupos parcialmente sobrepostos que surgiram on-line ou espacialmente. Cada participante esteve envolvido em discussões, debates, assembleias e ações de protesto por meio de um ou mais grupos on-line ou de uma ou mais rotatórias de trânsito.



O desenvolvimento dessa estrutura neuronal que cobria inteiramente a França (inclusive seus territórios coloniais remotos) era uma característica vital dos coletes amarelos. Sua consciência da autonomia individual oferecida pela Internet refletia-se na escolha da rotatória como ponto de convergência da comunidade. A premissa conceitual em ambos os casos é que os pontos autônomos de interseção garantem que apenas a rede, enquanto tal, detenha poder. Não existe um pico de governo ou uma base de execução.

#### **4. Democracia direta**

Naturalmente, essas características formaram uma base simbólica voltada para uma política em que a participação constante e igual era vista como uma pré-condição e não um objetivo utópico. De modo impressionante, um movimento de manifestantes de primeira viagem, moderadamente educados e de classe baixa, afirmou de imediato que sistemas representativos de participação e decisão são obsoletos e perigosos. Eles utilizaram duas maneiras poderosas de expressar essa afirmação. Em primeiro lugar, proibiram qualquer representação do movimento por qualquer pessoa, em qualquer nível. Escolheram apenas caso a caso “porta-vozes” de rotatória, apesar da imensa pressão de todas as instituições políticas para elegerem representantes permanentes. Nunca houve ninguém que pudesse falar em nome dos Coletes Amarelos e qualquer tentativa de fazê-lo representou traição ao movimento. Em segundo lugar, eles decidiram que toda a estrutura política das sociedades contemporâneas deveria mudar. Exigiram a introdução de referendos iniciados pelos cidadãos em todos os domínios. E, por fim, decidiram que as “elites” apenas executariam suas decisões.

#### **5. Tolerância à incerteza**

Atualmente (23 de fevereiro de 2020) estamos na 67ª semana do movimento Coletes Amarelos. Esse é sem dúvida o movimento mais duradouro de todos os protestos políticos da história recente. Os Coletes Amarelos nunca tiveram uma utopia específica a qual estivessem seguindo e um plano político para implementar. Pelo contrário, eles permaneceram reciprocamente abertos sobre suas prioridades e ideias pluralistas. Isso lhes permitiu atingir um nível sem precedentes de reflexividade coletiva. Eles se concentraram em avançar em direção à mudança política geral, ao invés de tomar parte do poder em um sistema estabelecido. Ao fazê-lo, não se importaram com a incerteza do resultado. Como costumavam dizer quando os entrevistei, “Devemos continuar. Vamos ver qual o resultado disso”.

Mesmo não tão numerosas, algumas reuniões, marchas e protestos do Colete Amarelo continuam em vários lugares da França. Todos se perguntam qual será o impacto duradouro do movimento. De qualquer modo, é seguro tirar uma conclusão. Os Coletes Amarelos provaram que um novo nível de reflexividade política coletiva é possível. Eles estabeleceram um novo elo entre experiência individual, comunidade e política como uma prefiguração da democracia direta em larga escala. ■

1. Este artigo é baseado em extensa pesquisa empírica desde o início do movimento Coletes Amarelos. Para uma análise mais aprofundada, ver [aqui](#), [aqui](#), ou [aqui](#).

Contato com Michalis Lianos <[michalis.lianos@univ-rouen.fr](mailto:michalis.lianos@univ-rouen.fr)>

# > Despertar social

contra desigualdades neoliberais

Por **Jorge Rojas Hernández**, Centro de Recursos Hídricos para Agricultura e a Mineração (CRHIAM), Chile, e **Gunhild Hansen-Rojas**, Universidade de Concepción, Chile



Bater em panelas e frigideiras para chamar a atenção fez parte dos protestos no Chile. Foto de Diego Correa / flickr.com. Alguns direitos reservados.

**O**s atuais protestos sociais do Chile (*estallido social*) são criativamente acompanhados por grafites, murais, músicas, poesias, canções, encontros e debates coletivos. O descontentamento historicamente acumulado pelos chilenos é, deste modo, expresso em um novo tipo de estética. Décadas de insatisfação, abuso social, discriminação e injustiça social são denunciadas em *slogans* como: “O Chile despertou!”, “...até que a dignidade humana se torne um hábito cotidiano!”, “O Chile enterrará o neoliberalismo!”

>>

“Perdi meu medo!”, “Chega de abuso!”, “Fora com fundos de pensão privados!”, “O mercado não protege os direitos sociais!”, “Não estamos em guerra!”, “Nova Constituição!”, “Não haverá acordo político sem nós, mulheres!”, “Precisamos de uma nova democracia!”, “Educação gratuita para todos!”, “Direito à água pública e gratuita!”, “Meu maior medo é que tudo continue igual!”, “Normalidade é o problema!”, “Pelo direito de viver em paz!”.

### > Um despertar doloroso

Em 18 de outubro de 2019, o Chile mudou. A raiva reprimida foi liberada de maneira massiva e criativa. Agora, após quatro meses de protestos contínuos, um novo espírito republicano que é irreversível pode ser sentido. Após 40 anos, os chilenos estão se conscientizando dos efeitos negativos do predominante modelo neoliberal mercantilista e não regulamentado: desigualdade social, privatização de serviços básicos, de pensões, da educação, da saúde e de recursos naturais. O governo respondeu com violência policial. Mais de 400 pessoas perderam a visão devido ao uso de armas de fogo e mulheres foram estupradas. Tortura e milhares de prisões arbitrárias ocorreram. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e outras organizações internacionais confirmaram que os direitos humanos estão sendo massivamente violados e pediram ao governo chileno para agir proativamente.

Esse despertar da sociedade chilena não é espontâneo, mas o resultado de um processo complexo de experiências negativas acumuladas e de insatisfação social. Após 40 anos, o sistema neoliberal está esgotado e culminou em uma crise que revelou os danos irreversíveis dos quais o país terá dificuldade em se recuperar. Por meio de protestos e de uma nova enxurrada de informações, uma nova consciência emancipatória está se desenvolvendo entre os chilenos.

### > Desigualdades sociais e ecológicas e movimentos sociais

As desigualdades sociais e estruturais no Chile cresceram mais rapidamente do que as promessas do mercado: baixos salários, pensões desumanas, privatização do sistema de saúde e de educação e um aumento subsequente das taxas relacionadas a esses serviços, precariedade do trabalho, serviços básicos muito caros e privatizados, custos incrivelmente altos de vida e uma concentração extrema da riqueza. Ademais, os jovens têm dificuldade de entrar no mercado de trabalho, a discriminação contra as mulheres ainda existe e os direitos dos povos indígenas ainda não são reconhecidos. Pouca participação pública, problemas ambientais e vulnerabilidade às mudanças climáticas, assim como escassez de água e recursos, resultam em problemas adicionais relacionados à prestação de serviços básicos.

Tais políticas de privatização e de individualização

necessariamente levam a uma perda de significado e a incertezas sobre o futuro. Protestos e o surgimento de novos movimentos sociais são o resultado: 2006 assistiu à “Revolta dos Pinguins” – movimento de estudantes do ensino médio que exigiu um melhor sistema de ensino público. Um outro movimento estudantil influente e massivo, com demandas por educação universitária gratuita, foi formado em 2011. Ambos tiveram ampla repercussão pública. Em 2018, surgiu o movimento “Não + APF” contra o sistema privatizado de pensões que surgiu. Movimentos étnicos e especialmente os representantes das comunidades Mapuche estão exigindo seu reconhecimento na constituição, o retorno de terras e certa autonomia como minorias étnicas. Há também novos movimentos ambientais e de protesto contra a construção de megaprojetos que resultam na perda de ecossistemas e habitats. O megaprojeto Hydro-Aysen na Patagônia se tornou o símbolo mais importante desse movimento. Além disso, protestos de cidadãos contra políticas ambientais são vistos nas chamadas zonas abandonadas (ou zonas de sacrifício), nos municípios de Quintero, Puchuncaví e Coronel, que são extremamente contaminados pela alta densidade industrial e possuem enorme morbidade. O ano de 2019 também ficou marcado pelo movimento de mulheres contra o abuso sexual e pela igualdade de gênero. Esses exemplos mostram que a sociedade chilena foi gradualmente abalada, percebendo os lados sombrios do celebrado modelo e começou a se organizar de forma proativa a partir de baixo.

### > Reformas sociais e contrato/pacto social

Na atual situação, o Chile necessita de profundas reformas sociais em direção a um estado de bem-estar social que compense as deficiências existentes e atenda às demandas dos manifestantes. Uma associação de várias organizações sociais, a *Mesa de Unidad Social*, exigiu um pacto social com a participação ativa da sociedade civil sob o lema “sem justiça social, não haverá paz”. Em 22 de dezembro de 2019, a maior parte dos municípios chilenos organizou uma bem-sucedida pesquisa com os cidadãos acerca dos problemas urgentes da população no qual mais de 2,5 milhões de chilenos participaram ativamente dos seguintes resultados: 91,3% querem uma nova constituição; 89,9% estão dispostos a participar de um referendo em abril de 2020; a grande maioria é a favor de uma assembleia constituinte eleita democraticamente. O referendo também apontou três prioridades: melhores pensões, um melhor sistema de saúde e acesso garantido a um sistema público de educação aperfeiçoado. Um pacto social seria, portanto, uma contribuição essencial para solucionar a atual crise do modelo neoliberal.

Tais demandas sociais já faziam parte das democracias do século XX, mas foram parcialmente desmanteladas pelas estratégias neoliberais globais. Como mostram os desenvolvimentos e discussões globais atuais, essas



realizações históricas do estado de bem-estar social devem ser retomadas no século XXI e reintegradas às políticas atuais para garantir a qualidade de vida das pessoas, neutralizar o populismo de direita e garantir o desenvolvimento dos países.

### > **Crise de legitimação do Estado e dos partidos políticos**

A crise social revelou as fraquezas do estado criadas pelo neoliberalismo. O neoliberalismo sempre exigiu um estado mínimo, privatização e individualização da sociedade. O governo conservador do Chile está sob forte pressão e reage com violência, declaração de estado de emergência e opressão, sem diferenciar claramente os amplos e pacíficos protestos democráticos de cidadãos dos saques, do incêndio criminoso e da violência destrutiva de pequenos grupos isolados.

Nesse contexto, em dezembro de 2019, o Centro de Estudos Públicos publicou os seguintes resultados da pesquisa sobre a confiança dos chilenos em suas instituições: apenas 5% confiam no governo, 3% no parlamento, 2% nos partidos políticos e 8% no judiciário. A grande maioria das pessoas rejeita a violência como forma de protesto, assim como a violência policial. Uma nova constituição é defendida por 67%, e 56% acreditam que essa nova constituição é um instrumento importante para resolver os problemas atuais. São a favor de líderes capazes de promover o diálogo e o consenso social e político 87%. De acordo com os entrevistados, as três questões a seguir precisam ser tratadas com urgência pelo governo: 64% citaram pensões, 46% saúde e 38% educação. A pesquisa destaca a legitimidade da democracia como sistema político.

### > **Por uma nova constituição e uma democracia renovada**

Em 15 de novembro de 2019, os intensos e permanentes protestos sociais levaram o governo e a oposição a concordarem com um referendo em 25 de outubro de 2020 para tratar da criação de uma nova constituição. Os representantes que formularão essa nova constituição serão eleitos em 11 de abril de 2021 e devem atender a três critérios importantes: equilíbrio entre homens e mulheres, não afiliação a partidos políticos e representação de minorias indígenas.

A partir desse plebiscito e de estratégias associadas para o futuro, o Chile tem uma oportunidade histórica única de resolver problemas políticos e sociais existentes de maneira pacífica e democrática com a participação de todos os atores sociais. Contudo, um obstáculo potencial é a recusa do setor conservador em apoiar esse processo com o objetivo de impedir uma nova constituição, a modernização das instituições e dos sistemas de pensão, saúde e educação, e assim manter as estruturas de poder e de mercado existentes. Espera-se que as demandas dos movimentos dos cidadãos sejam refletidas em um processo pacífico e democrático e em um plebiscito bem-sucedido com ampla participação de todos os setores. ■

Contato com:

Jorge Rojas Hernández <[jrojas@udec.cl](mailto:jrojas@udec.cl)>

Gunhild Hansen-Rojas <[hansen-rojas@udec.cl](mailto:hansen-rojas@udec.cl)>

# > Compreendendo os levantes de outubro no Iraque e no Líbano

Por **Rima Majed**, Universidade Americana de Beirute, Líbano, e membro dos Comitês de Pesquisa da ISA sobre Forças Armadas e Resolução de Conflitos (RC01), Racismo, Nacionalismo, Indigeneidade e Etnia (RC05), Sociologia Política (RC18), Mulheres, Gênero e Sociedade (RC32), Classes Sociais e Movimentos Sociais (RC47), Movimentos Sociais, Ação Coletiva e Mudança Social (RC48)



Uma manifestação em Beirute durante a revolta de outubro no Iraque, 2019. Fonte: Wikimedia Creative Commons.

Outubro de 2019 testemunhou a erupção de mobilizações em massa sem precedentes no Iraque e no Líbano. Feito um incêndio, os protestos se espalharam rapidamente pelos dois países e atraíram centenas de milhares, se não milhões, de manifestantes em poucos dias. No centro das demandas estavam questões ligadas ao desemprego, tributação injusta, corrupção generalizada, falta de serviços básicos como água e eletricidade e má governança. Apesar de não ter sido a primeira vez que tais demandas foram manifestadas nas ruas, os protestos de outubro de 2019 foram claramente diferentes em escopo e magnitude de qualquer movimento anterior. No Líbano, assim como no Iraque, esses levantes foram rapidamente apelidados de “revoluções” – indicando forte ruptura com as ondas de mobilização anteriores, como os protestos de 2011 e 2015 nos dois países.

Embora esses levantes possam não se enquadrar na definição tradicional de “revoluções” da literatura do movimento social – já que não derrubaram o regime por completo – é importante pensar em termos de um processo revolucionário, em vez de revoluções como eventos que são bem-sucedidos ou falhos. Como efeito, os levantes de outubro do Iraque e do Líbano ocorreram no contexto de mais de uma década de mobilização cíclica em ambos os países, em que o ano de 2015

constituiu um ponto de virada essencial com mobilizações antirregime baseadas em demandas socioeconômicas, para além da lente demasiadamente enfatizada da política de identidade. Ademais, essas “explosões sociais” revolucionárias eclodiram claramente no contexto de uma “segunda onda de levantes árabes” que começou no final de 2018 no Sudão e na Argélia e conseguiu derrubar dois ditadores.

Todavia, o que torna os casos iraquiano e libanês comparáveis entre si e diferentes dos do resto da região árabe desde 2011 é o sistema político que os manifestantes desses dois países estão tentando derrubar. Apesar de as revoluções no mundo árabe terem ocorrido em países com regimes autoritários ou monarquias, Líbano e Iraque são os únicos casos em que surgiram revoltas no âmbito de um sistema político conhecido como democracia consocial – um acordo de compartilhamento de poder baseado em identidade (sectária e étnica) onde o regime não tem uma “cabeça” clara a ser decepada. Isso – juntamente com o neoliberalismo, o clientelismo sectário (conhecido como *muhasasa*) e o legado das guerras civis e da violência – tornou mais difícil discernir o caminho desses levantes.

## > Sectarismo versus nacionalismo: falta de compreensão?

Desde outubro de 2019, as principais praças do Líbano e do Iraque têm ficado repletas de manifestantes agitando a bandeira nacional e cantando o hino nacional, uma ação frequentemente adotada por manifestantes nesses países para expressar rejeição às divisões sectárias e étnicas e destacar “coexistência” e “unidade nacional”, apesar da diversidade. Todavia, o nacionalismo é necessariamente o oposto do sectarismo?

Décadas de literatura sobre sectarismo e nacionalismo



demonstram que os dois fenômenos não são necessariamente opostos, haja vista que o nacionalismo tem sido frequentemente empregado com uma conotação sectária. Por exemplo, o nacionalismo árabe tem sido regularmente associado a um tom sunita, enquanto o nacionalismo libanês historicamente a uma conotação cristã. Contudo, ainda é generalizado no nível social implantar o nacionalismo como sinal de rejeição ao sectarismo. Os levantes no Iraque e no Líbano enfrentaram claramente a questão do sectarismo por meio do anseio por uma “nação imaginada” como remédio.

No Iraque, o movimento começou no início de outubro, após um pedido de mobilização de um grupo sob o nome de *Nazel Akhod Haqqi* (Estou me Mobilizando para Tomar o Meu Direito). Os principais slogans nas praças do Iraque foram “o povo quer derrubar o regime”, ecoando o famoso cântico de 2011, e “queremos uma pátria”. Ao exigir uma “pátria” ou um “país” ou “nação”, os manifestantes indicavam o desejo de um Estado capaz de servir seus cidadãos e proporcionar um sentimento de pertença para além da fragmentação sectária e étnica.

No Líbano, um processo semelhante de repensar a “nação” foi observado. Durante o levante que começou após uma decisão governamental de impor novos impostos – incluindo um para chamadas via WhatsApp –, as praças foram rapidamente preenchidas com bandeiras nacionais e o hino libanês foi ouvido repetidamente. Ao passo que os principais slogans também incluíam o famoso “o povo quer derrubar o regime”, um slogan mais personalizado foi acrescentado: “Tudo Significa Tudo”, referindo-se à rejeição ao sistema sectário de compartilhamento de poder e à denúncia de todos os líderes, independentemente de sua pertença sectária. Assim como no Iraque, a rejeição ao sectarismo foi expressa através do desejo de se livrar de todos os líderes sectários e de construir um “país”, um “estado” e uma “nação” que proteja seus cidadãos e os trate de maneira igual e justa.

Embora muitos acreditem que os níveis de corrupção e desigualdade nos dois países são resultado do sistema sectário, essa abordagem negligencia o importante papel do sistema econômico (neoliberalismo) na criação da crise que levou a esses levantes. Hoje, um grande desafio para os movimentos no Iraque e no Líbano é combater ao mesmo tempo os dois pilares de seus regimes sectário-neoliberais: manter o foco na demanda por justiça socioeconômica e em um estado de bem-estar, ao mesmo tempo em que rejeita o sistema de poder sectário compartilhado.

### > Neoliberalismo e descontentamento: em busca de um “nós” perdido

O neoliberalismo floresceu no Líbano pós-guerra (pós-1990) e no Iraque pós-invasão (pós-2003). O retrocesso

do Estado e o aumento do clientelismo sectário foram associados a uma cultura política neoliberal que se concentrava principalmente no individualismo. Essa cultura política não apenas moldou o estado e a sociedade em geral, mas também refletiu na natureza do ativismo e da dissidência que surgiram.

Muito embora diversos ativistas tenham participado ativamente de movimentos e campanhas sociais nas últimas décadas, é notório que algumas das maiores e mais eficazes iniciativas foram amplamente estruturadas em torno do indivíduo. Por exemplo, uma das principais campanhas eleitorais que surgiram das mobilizações de 2015 no Líbano foi *Beirute Madinati* (Beirute, Minha Cidade). Ao invés de enfatizar um coletivo “nosso” que repensa a cidade como um espaço compartilhado para todos e que desafia a lógica individualista do neoliberalismo, o nome enfatiza uma relação individual com a cidade. Do mesmo modo, após o colapso financeiro de 2019, ativistas do levante libanês espalharam grafites em janelas de bancos dizendo “Devolva meu dinheiro”, em vez de “devolva nosso dinheiro”. Apesar da raiva coletiva contra os bancos ser clara, a cultura política que molda o ativismo ainda é produto do próprio sistema contra o qual está lutando.

Muitas campanhas também enfatizaram uma abordagem legal e baseada em direitos que parecem estar apartados das realidades do Líbano e do Iraque. Nos dois países, os sistemas legal e judicial são muito fracos e corruptos, e as pessoas confiam pouco neles. Portanto, a linguagem de “direitos” e “obrigações” não ocupa um espaço central nos imaginários políticos das pessoas nesses países. Todavia, vários movimentos e campanhas políticas importantes centraram os “direitos” individuais como locus de seu ativismo. Alguns exemplos incluem a campanha mencionada anteriormente no Iraque “Estou me Mobilizando para Tomar o Meu Direito”; ou o grupo político bastante ativo no levante libanês chamado “*Li Haqqi*” (Pelo Meu Direito). Essa ênfase nos direitos individuais dialoga com o desejo de um Estado-nação moderno e fantasiado, em que as instituições estatais conseguem preservar os direitos individuais igualmente para além da corrupção e do clientelismo sectário.

Outra consequência do sistema sectário-neoliberal no Iraque e no Líbano tem sido a ausência de organizações políticas ou sindicatos que representam uma alternativa política que possa servir de suporte para a transição do levante para um novo sistema político. Com a recente disseminação do COVID-19 nos dois países, o surgimento e a organização de um “nós” perdido é prioridade para derrotar um sistema claramente incapaz de proteger a sociedade, quer seja de desastres econômicos ou de pandemias de saúde. ■

Contato com Rima Majed <[rm138@aub.edu.lb](mailto:rm138@aub.edu.lb)>

# > Mídia e comunicação no capitalismo digital: perspectivas críticas

Por **Marlen van den Ecker**, Universidade Friedrich Schiller de Jena, Alemanha e **Sebastian Sevigani**, Universidade Friedrich Schiller de Jena e Universidade de Paderborn, Alemanha



No capitalismo digital, os usuários geralmente funcionam como trabalhadores não remunerados. Foto de Alex Kotliarskiy / unsplash.com.

**A** tecnologia de mídia contemporânea se desenvolve e é utilizada para comunicação dentro de condições sociais frequentemente chamadas de “capitalismo digital”. Diferente dos diagnósticos da “sociedade pós-industrial”, “informacional” ou mesmo “global do conhecimento”, “capitalismo digital” expressa que a mudança social mostra simultaneamente importantes continuidades em relação às relações sociais básicas de exploração econômica, alienação cultural e dominação política.

O capitalismo digital ocorre de maneira diferente em todo o globo: enquanto em uma parte do mundo o capitalismo

digital promove a formação de classes criativas e de conhecimento e estimula o consumismo, em outra, milhões de pessoas ganham a vida extraindo matérias-primas necessárias ou montando componentes sob condições adversas. Porém, há unidade na diversidade: os usuários servem como uma nova classe explorada para plataformas de mídia social ou fabricantes de mídia digital. As tecnologias de vigilância estão ameaçando os direitos pessoais dos cidadãos. Os interesses dirigidos pelo capital impedem os potenciais democráticos e subversivos da mídia auto-organizada.

Com a crescente relevância da tecnologia de mídia digital, a sociologia crítica da mídia e da comunicação oferece



insights para nossa compreensão das mudanças sociais em geral e até desempenha um papel pioneiro em nossa disciplina. Ela contribui para a sociologia do trabalho e industrial quando explica novas ondas de racionalização, (des)qualificação e reorganização da atividade laboral e das cadeias de valor. Interage com a sociologia econômica e do consumo quando investiga o papel crucial da big data, dos algoritmos, da publicidade direcionada e das plataformas digitais como novos mercados. Colabora com a sociologia cultural e política quando chega a um denominador comum acerca das indústrias da cultura digital e da atual transformação das esferas públicas. E estimula a teoria social quando aponta para a imprecisão da relação entre comunicação e trabalho no interior de fenômenos digitais como o “prosuming”<sup>1</sup>.

Espera-se que as ideias críticas ofertadas nos artigos deste simpósio deem lugar a novas iniciativas capazes de remontar até as raízes dessas questões.

Visto que a pesquisa social crítica existente parece ter pouco a dizer com relação à mídia e à comunicação e, por outro lado, a pesquisa em comunicação geralmente deixa de lado os problemas de exploração via trabalho digital, Marisol Sandoval e Sebastian Sevignani vinculam comunicação e trabalho ao refletirem sobre a “exploração digital”. Frequentemente se esquece que a produção da cultura de mídia global contemporânea depende de comunicação e cooperação – controladas e gerenciadas pelas gigantes do ramo tecnológico. Como usuários de plataformas de mídia social, atuamos como trabalhadores digitais não remunerados dessas empresas, pois elas se alimentam dos rastreamentos de dados das pessoas.

O estudioso australiano Mark Andrejevic também explora a lógica dos modelos de negócios orientados por dados. Seu artigo trata da tendência crescente de dados gerados automaticamente e do papel de sua acumulação e propriedade capitalistas. Ao invés de perguntar se sistemas automatizados devem ser empregados, Andrejevic questiona como eles foram projetados até o momento.

Escrevendo de Hong Kong, Jack Linchuan Qiu discute a possibilidade da formação de uma nova classe trabalhadora digital. O exemplo da China sugere que as tecnologias governamentais de vigilância são realmente poderosas no exercício do controle social em termos de espacialidade. Não obstante, Qiu ressalta que, ao focar em diferentes padrões temporais, a classe trabalhadora digital pode revelar seu potencial subversivo quando se engaja em ações disruptivas coletivas, como desaceleração do trabalho, sabotagem ou greve. A luta de classes dos trabalhadores digitais consiste em pressionar por novas maneiras de obter soberania temporal.

Mesmo sendo comumente enquadrada dessa maneira, nosso colega canadense Tanner Mirrlees duvida que a China seja um sério rival para os EUA. Ele destaca que os EUA não apenas possuem o maior poder econômico e militar: suas tecnologias digitais e indústrias culturais também superam em muito os concorrentes chineses em termos de tamanho, alcance e lucros na atualidade.

O artigo final, fornecido por nossa querida colega Mandy Tröger, nos ensina uma lição de história sobre as transformações pós-socialistas do sistema de mídia após a reunificação alemã. Na primavera de 1990, inúmeras iniciativas na República Democrática Alemã a favor de uma imprensa livre e democrática na Alemanha Oriental foram rapidamente dominadas por inúmeros grupos políticos e econômicos da Alemanha Ocidental que construíram estruturas de mercado em interesse próprio. Isso serve como excelente exemplo de como, ao longo da história, as infraestruturas da mídia com potencial democrático foram minadas repetidamente por interesses econômicos privados. ■

Contato com:

Marlen van den Ecker <[marlen.van.den.ecker@uni-jena.de](mailto:marlen.van.den.ecker@uni-jena.de)>

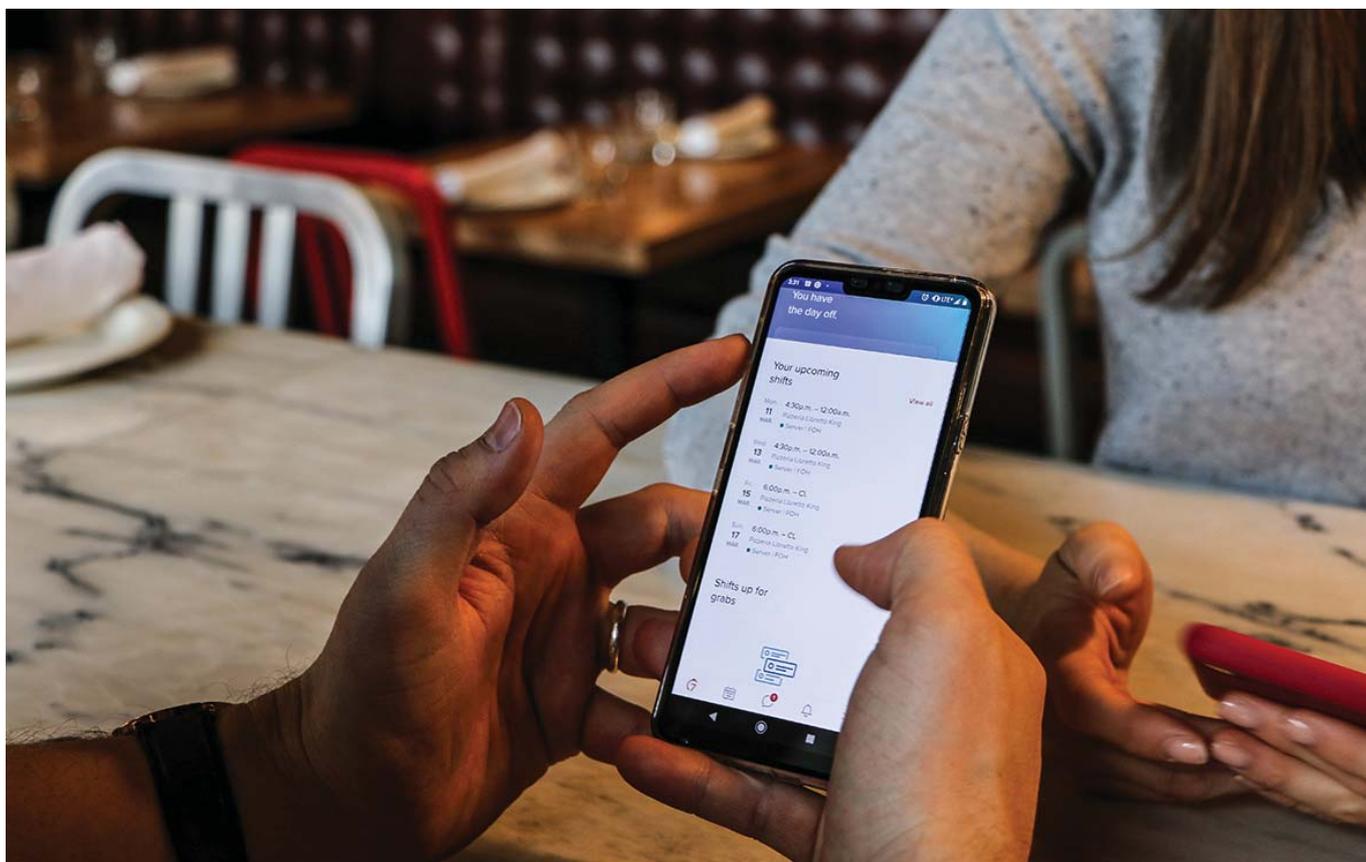
Sebastian Sevignani <[sebastian.sevignani@uni-jena.de](mailto:sebastian.sevignani@uni-jena.de)>

1. (Nota do Tradutor) “Prosuming” é uma expressão derivada do neologismo inglês “prosumer”, que, por sua vez, remete à junção dos termos “producer” (produtor) e “consumer” (consumidor). Portanto, “prosuming” é, grosso modo, a ação realizada por aquele que simultaneamente compra e, de forma direta ou indireta, contribui para a readequação de produtos existentes ou a criação de outros.

# > Exploração digital:

## conectando comunicação e trabalho

Por **Marisol Sandoval**, Universidade de Londres, Reino Unido, e **Sebastian Seignani**, Universidade Paderborn e Universidade de Jena, Alemanha



Ao analisar a mídia e a comunicação, o papel do trabalho é muitas vezes esquecido. Foto de 7shifts / unsplash.com. Creative Commons.

**A** sociologia crítica da mídia e da comunicação enfrenta um dilema teórico e prático: na medida em que para a teoria social crítica, inspirada no pensamento marxiano e marxista, a atividade produtiva é essencial para compreender o ímpeto da transformação social, a comunicação e a mídia tendem a permanecer como questões marginais. A pesquisa crítica em comunicação, por outro lado, analisa ideologias e efeitos da mídia, mas geralmente negligencia o trabalho. Parece que a influente distinção de Jürgen Habermas entre ação

&gt;&gt;

instrumental e comunicativa como duas esferas separadas da vida social assombra não apenas os principais estudos da sociologia da mídia e da comunicação, mas também restringe a tradição crítica. Isso traz sérias limitações para entender a mídia e a comunicação na era da digitalização. Por essa razão, defendemos uma abordagem integrativa que se baseia em uma tradição crítica de pesquisa humanista. Nós propomos três maneiras pelas quais a comunicação e o trabalho estão praticamente e teoricamente interligados.

### > Condições de trabalho na mídia

Uma primeira e talvez mais óbvia maneira de conectar comunicação e trabalho é levando a sério as condições de trabalho que sustentam a cultura da mídia contemporânea em escala global. Após os críticos descreverem corretamente o trabalho como um ponto cego da pesquisa em mídia e comunicação, vários estudos ao longo da última década investigaram as condições de trabalho de uma variedade de profissões do setor de mídia e cultura, incluindo jornalismo, design, moda, mídia e arte. Esses estudos atestam que, por trás da ética da meritocracia, juventude, abertura, criatividade, autonomia e autorrealização que rodeia essas indústrias, existem desigualdades estruturais de raça, classe e gênero, contratos precários, trabalho não remunerado e uma cultura de longas jornadas, estresse laboral, ansiedade, autoculpa, competitividade e individualismo.

Uma análise mais detida sobre as cadeias de suprimentos de produção cultural global revela uma segunda camada mais profunda de como a cultura de mídia está estruturalmente ligada à produção física. A cultura midiática contemporânea seria impensável sem o trabalho de milhares de trabalhadores industriais montando computadores e produtos eletrônicos em plantas industriais ao redor do mundo. A pesquisa sobre o trabalho de fabricação de eletrônicos aponta fortemente que a cultura digital moderna é estruturalmente sustentada por uma indústria que perpetua condições de trabalho que se assemelham aos primórdios do capitalismo industrial. Escândalos à parte – como a série de suicídios de trabalhadores na Foxconn, fornecedor da Apple em 2010 –, as realidades cotidianas desses trabalhadores permanecem em grande parte escondidas sob as cintilantes superfícies de aparelhos modernos e campanhas publicitárias que enfatizam a leveza e a inovação. Olhar, por exemplo, para jornalistas, designers e artistas como trabalhadores, e ao mesmo tempo enquadrar a manufatura de eletrônicos como trabalho industrial e comunicativo, mostra que mídia, arte e comunicação nunca foram meramente fenômenos superestruturais, mas estão profundamente integradas às economias e às estruturas de exploração capitalistas.

### > Comunicar para produzir

Segundo, pode-se argumentar que, para produzir, é necessário se comunicar e cooperar. Toda produção ocorre dentro de relações de produção comunicativas e mediadas. Neste ponto, a sociologia da mídia e da comunicação interage com a sociologia do trabalho e pesquisa sobre como o trabalho é organizado e controlado. Tecnologias de mídia e comunicação recentes, como e-mails, *smartphones* e plataformas digitais, criam uma cultura do “sempre conectado”, contribuem para estender a quantidade total de horas de trabalho e integram novas formas de trabalho, muitas vezes não remuneradas, nas cadeias de valor. Elas também intensificam o trabalho, tornando sua divisão e recomposição no local de trabalho e entre empresas mais eficientes e flexíveis para os interesses dinâmicos do capital. Para determinadas forças de trabalho, aplicativos de mídia como o Slack amparam uma mudança em direção a formas de trabalho cada vez mais autônomas, orientadas ao diálogo e exploratórias, que transferem as tarefas tradicionais de gerenciamento para os trabalhadores do conhecimento e para os projetistas. Várias formas de aplicativos de feedback algorítmicos e ferramentas de avaliação são utilizadas para garantir que esse trabalho comunicativo e cooperativo “autônomo” ainda possa ser controlado e dirigido por aqueles que possuem os meios de produção comunicativos.

### > Comunicação como forma de produção

Uma terceira opção para relacionar comunicação e trabalho é um tanto contraintuitiva: a própria comunicação pode ser vista como trabalho e produção. Isso se torna plausível se imaginarmos a comunicação tendo a mesma estrutura que o trabalho e se nós os integramos em uma estrutura comum enquanto atividade objetivante. Os seres humanos usam cooperativamente ferramentas e materiais (brutos) para produzir objetos e, assim – confrontando a soberania por vezes resistente do mundo material – eles desenvolvem e refinam sua subjetividade. Este é o ponto de partida de uma antropologia marxista: considerar os seres humanos como seres sociais ativos, objetivantes e que se apropriam e aprendem. Ao invés de objetivar a capacidade de alguém em objetos materiais, a comunicação envolve trabalhar com sinais e símbolos, utilizando os meios de comunicação (Raymond Williams), ou seja, outros sinais, símbolos e mídia, para produzir informações. A origem latina da palavra informação – “*in-formare*”, que significa formar ou imprimir e também informar alguém – expressa isso perfeitamente. Sinais objetivados ou significados codificados (de Stuart Hall e dos Estudos Culturais Britânicos) têm de ser apropriados ou decodificados e isso tem efeitos: em vez de estruturar o mundo material, a comunicação estrutura a regulação psíquica do comunicador e a de outros sujeitos. As pessoas somente conseguem se comunicar trabalhando os signos e toda interação, seja ela a mais imediata, é de fato mediada por esse mundo simbólico-material.

&gt;&gt;

Pense, por exemplo, nos usuários atraídos para os “jardins murados” das plataformas de mídia sociais monopolizadas, como Facebook, Instagram, Weibo, Snapchat, TikTok e outros. Dentro da nova estrutura proposta, eles estão se comunicando ativamente, mas também explorando os prosumers. Suas objetivações comunicativas deixam continuamente rastros de dados que são valorizados pelo capital da mídia social dentro de seus modelos de negócios baseados em vigilância. Sem a atividade de comunicação dos usuários da Internet e uma desapropriação de suas objetivações, não haveria mercadoria vendida para a indústria de publicidade e nem lucro para as mídias sociais comerciais. No âmbito dessa relação social desigual e exploradora entre trabalho/comunicação e capital, o último se esforça para nos fazer usar a mídia digital de maneira mais frequente e intensa; o que direciona e canaliza nossa atividade comunicativa na direção dos anúncios e do consumismo. Assim, a atividade do usuário é subsumida ao capital; o capital (mídia social) é uma atividade comunicativa “morta”, controlada por classes sociais ricas para explorar ainda mais os demais.

Contudo, os interesses de lucro por trás do capital da mídia social não apenas exploram a comunicação e reproduzem relações sociais desiguais em seu próprio favor; isso também se espalha para uma forma mais

geral de alienação digital. Na era da big data e dos algoritmos, que são treinados a partir de nossa atividade comunicativa, é difícil sustentar e até imaginar uma forma de autodeterminação informacional humana sem desafiar profundamente a economia política subjacente do capitalismo digital. A expropriação das objetivações comunicativas e a alienação da atividade comunicativa já começaram a nos tornar objetos, e não sujeitos, da era digital.

Ao estender a análise da cultura da mídia para além do conteúdo e dos efeitos da mídia, a abordagem integrativa humanista que estamos propondo nos deixa melhor posicionados para compreender as complexidades do capitalismo comunicativo e criticar a distribuição desigual do trabalho cultural global. Isso igualmente nos permite prestar atenção em possíveis momentos de solidariedade que surgem da experiência comum de exploração e alienação sob o capital da mídia global. Investigar as maneiras pelas quais a comunicação e o trabalho são moldados pelas contradições do capitalismo global e como eles podem contribuir para transformá-lo continua sendo uma tarefa contínua para uma sociologia crítica da mídia e da comunicação. ■

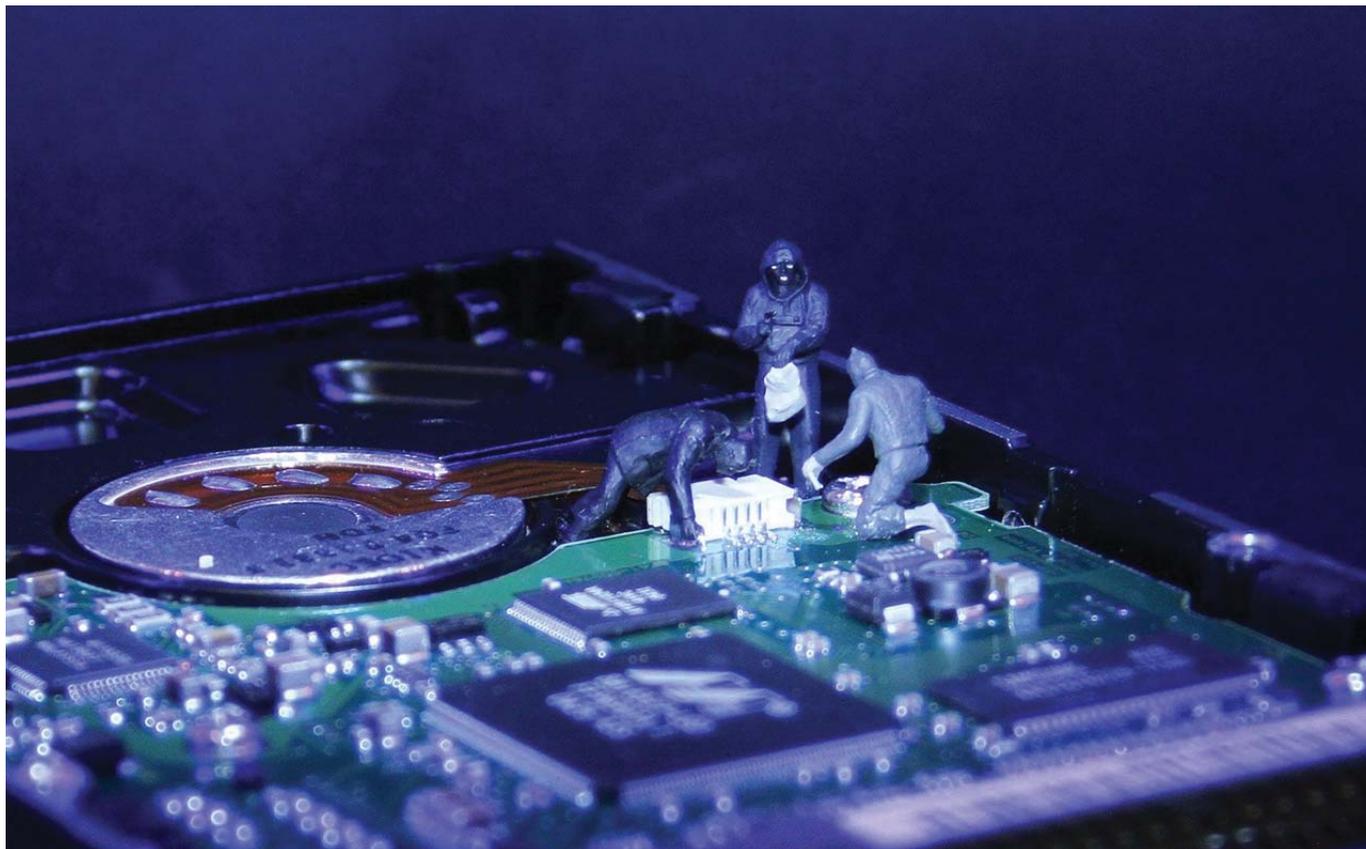
Contato com:

Marisol Sandoval <[marisol.sandoval.1@city.ac.uk](mailto:marisol.sandoval.1@city.ac.uk)>

Sebastian Seivignani <[sebastian.seivignani@uni-jena.de](mailto:sebastian.seivignani@uni-jena.de)>

# > Automatizando o capitalismo

Por Mark Andrejevic, Monash University, Australia



25

Automação: criando um mundo material dedicado a servir os seres humanos? Foto de Franck V./unsplash.com. Creative Commons.

**A** noção de “automação” em abstrato, desassociada das relações sociais, convida a fantasias de um mundo material a serviço do homem: casas que, espontaneamente, atendem às nossas necessidades, fábricas que trabalham para nós, espaços que nos respondem abrindo portas, tocando música, até nos pegando quando caímos. Situadas nas relações sociais contemporâneas, no entanto, as formas concretas de automação parecem um pouco mais distópicas, à beira da alienação encarnada. Sabemos que nossas próprias atividades, filtradas por sistemas automatizados, moldam nosso ambiente de informações - a música que flui através de nossas plataformas, as notícias que fluem através de nossos feeds, os resultados em

nossas páginas de pesquisa - embora não saibamos como. Também sabemos que os sistemas automatizados estão, em muitos casos, avaliando o desempenho de nosso local de trabalho, nossa capacidade de crédito e nossas chances de vida.

A automação está assumindo um papel cada vez mais importante nas esferas da sociedade por causa das infraestruturas interativas que estamos construindo para nós mesmos. Elas geram tantos dados, automaticamente, que a única maneira de usá-los é processando-os - também automaticamente. À medida que a informação digital reconfigura nosso mundo, a automação necessariamente a acompanhará.

&gt;&gt;

Portanto, a questão crucial enfrentada por quem estuda a mídia é a forma adotada pela automação, à medida que ela se ajusta às prioridades do capital. Essa é a pergunta que precisava ser feita sobre a interatividade, quando uma vez, não muito tempo atrás, foi anunciada em abstrato como uma precursora da democracia e do empoderamento em massa.

Essa é a questão que agora precisamos abordar em relação à “promessa” da automação - que, por coincidência, deslocou a interatividade, termo cujo uso atingiu o pico na virada do milênio, mas que entrou em declínio. A questão não é nova – é o tema recorrente da crítica à economia política, cuja persistência obscurece àquela do capitalismo. Se as consequências da *Cambridge Analytica* e a recente reação contra o “capitalismo de vigilância” tiverem algum impacto construtivo, isso deverá assumir a forma de um foco ressuscitado no arranjo político-econômico do poder – e, no contexto da mídia, dos sistemas automatizados que moldam nosso ambiente de informações. A questão não é se automatizar, mas *como*.

Responder a essa pergunta requer um envolvimento com a lógica da automação sob condições da propriedade e acumulação capitalistas. Dada a velocidade com que a tecnologia está se desenvolvendo, uma abordagem potencialmente produtiva é discernir as lógicas que moldam as inúmeras maneiras pelas quais a automação será usada para consolidar o poder e aprimorar o controle. A vantagem dessa abordagem é que ela rastreia conexões entre desenvolvimentos recentes e identifica tendências e orientações futuras. O objetivo, é claro, é antecipar em vez de reagir: imaginar a possibilidade de moldar as tecnologias de acordo com as prioridades compartilhadas, em vez de renunciar o controle da próxima geração a Zuckerbergs e Bezoses.

Podemos começar identificando três tendências interligadas de automação nas condições atuais e considerando suas implicações: preempção, ausência de estrutura e operacionalismo.

Preempção refere-se ao gerenciamento de risco e oportunidade com base na promessa preditiva de coleta e mineração automatizadas de dados. Essa lógica é cada vez mais familiar: a *Amazon* prevê a possibilidade de nos enviar produtos antes que saibamos que os queremos (desejo antecipado); o policiamento preditivo imagina a possibilidade de impedir o crime em seu momento de emergência. Novos sistemas de segurança automatizados prometem detectar um soco no momento em que são lançados, mas antes de aterrissar. O milissegundo entre esses dois momentos marca o intervalo da preempção automatizada: o momento em que o sistema poderá algum dia responder antes que o soco possa sair.

A preempção, em todos esses contextos, depende da sensorização e coleta automatizada de dados. Conhecer o desejo do consumidor e a intenção do criminoso antes que ele saiba, significa aprender o máximo possível sobre ele por meio de sensores incorporados e coleta abrangente de dados. A preempção é, portanto, inseparável do monitoramento onipresente e de espectro total: coletando tudo e mantendo-o para sempre.

A ausência de estrutura descreve ao mesmo tempo a tentativa (impossível) de redobrar o mundo na forma digital (isto é, de não deixar nada de fora, nada além do quadro) e a reorientação perpétua dos dados. Encontramos nossas estruturas convencionais de relevância de dados interrompidas quando somos informados de que o navegador web usado para preencher uma solicitação de emprego é um melhor indicador do desempenho futuro do trabalho do que qualquer coisa inserida no formulário ou que nossa caligrafia ou o número de chamadas que fazemos para nossas mães pode demonstrar nossa credibilidade. As explicações narrativas caem pelo caminho em tais contextos, porque tentam reimpôr um quadro descrevendo porque uma variável específica pode ser relevante. Mas elas seguem a máquina correlacional, que imagina que pode dispensá-las inteiramente. Como Chris Anderson colocou em seu obituário pela explicação: “Fora todas as teorias do comportamento humano, da linguística à sociologia. Esqueça taxonomia, ontologia e psicologia. Quem sabe por que as pessoas fazem o que fazem? O ponto é que elas fazem isso, e podemos rastrear e medir com fidelidade sem precedentes. Com dados suficientes, os números falam por si”.

Seguindo o trabalho de Harun Farocki sobre imagens “operativas”, podemos descrever isso como “operacionalismo”: informações que não precisam mais ser interpretadas porque agem. Ou seja, resultam em um produto sem a necessidade de interpretação: quem usa o navegador certo ou a capitalização adequada recebe o emprego ou o empréstimo. Quem se encaixa no padrão é preso, promovido ou alvejado.

Essas lógicas – de preempção, falta de estrutura e operacionalismo – aplicam-se a todo o espectro de processos automatizados, de anúncios direcionados a ataques de drones exclusivos - da venda à matança. Elas identificam a localização do poder nas mãos de quem tem acesso aos dados e ao poder de processamento. A coleta automática de dados requer processamento automatizado e facilita a resposta automatizada. Ao mesmo tempo, essas lógicas marcam um local de resistência: o desafio colocado por nossa finitude irreduzível. O objetivo do poder é obscurecer o fato de que a ambição da falta de estrutura é, ao mesmo tempo, grande e impossível - o que significa que não podemos ter uma preempção perfeita nem dispensar explicações. ■

Contato com: Mark Andrejevic <[Mark.Andrejevic@monash.edu](mailto:Mark.Andrejevic@monash.edu)>

# > A temporalidade e a criação da classe trabalhadora digital chinesa

Por Jack Linchuan Qiu, Universidade Chinesa de Hong Kong



As tecnologias digitais tornaram-se onipresentes. Eles podem ser usadas para controlar, mas também para se revoltar. Foto de Owen Winkel / unsplash.com. Creative Commons.

**C**om a ajuda de plataformas de mídia digital, serviços baseados em localização e inteligência artificial (IA), o governo chinês fortaleceu dramaticamente o controle social sobre o movimento espacial de seu povo e a evolução da geografia de suas cidades e campos. Este artigo, no entanto, sustenta que, se desviarmos a atenção da espacialidade para a temporalidade enquanto examinamos o fazer e desfazer da classe trabalhadora digital da China, podemos ver que Pequim está perdendo o controle. A classe é entendida aqui nos sentidos marxista e weberiano, que correspondem aproximadamente a “tempos de revolução” e “tempos de consumo”, respectivamente.

A revolução e o consumo são dois modos opostos de temporalidade: o primeiro é perturbador, coletivo, anticapitalista, prospectivo, heroico e hiper-histórico - que chamo de “tempo de pico”, emprestado do “*The World is Spiky*” [O mundo é espinhento], de Richard Florida; o segundo é contínuo, individualista, neoliberal, presentista, profano e a-histórico, que chamo de “tempo plano”, seguindo a tese de Thomas Friedman, “O Mundo é Plano”.

Escolhi focar na população da classe trabalhadora da China porque, em comparação com outros grupos sociais, eles tendem a viver em temporalidades mais plurais. Eles, portanto, fornecem um museu mais abrangente de ordens temporais que coexistem enquanto ocorrem conflitos internos, permitindo um exame dinâmico da interação entre tempo de pico e tempo plano.

Tempo de pico e tempo plano formam os dois polos de um campo magnético imbuído de várias temporalidades que pertencem, na estrutura de Raymond Williams, ao residual, ao dominante e ao emergente. Embora o tempo plano seja o dominante entre a maioria dos trabalhadores em sua vida cotidiana cada vez mais digitalizada, o tempo de pico, em seus momentos mais ou menos fragmentários, espreguiça entre o residual e/ou emerge como força de mudança, perfurando buracos na superfície lisa do tempo plano, também conhecido como “tempo atemporal” à la Manuel Castells. Embora o tempo de pico ajude a luta coletiva e a transformação da classe trabalhadora digital em uma classe para si, o tempo plano dificulta a formação de classes, incentivando os trabalhadores a viverem em condições atomizadas, sonhando os sonhos de outras pessoas e esquecendo que suas identidades podem levar a algo único: trabalhar solidariedade de classe.

O pico e o plano também são semelhantes. Na China, ambos correm contra a linearidade temporal que caracteriza os regimes passados, sejam eles confucionistas (valorizando a regressão), budistas (reencarnações circulares) ou modernistas (progressivos, mas previsíveis). Enquanto o tempo plano não é regressivo, nem progressivo, nem circular, o tempo de pico é definido por sua margem irregular que resulta da colisão entre progresso e regressão, criada através do que Stuart Hall chama de “política sem garantias”.

Tanto o tempo de pico quanto o tempo plano são poderosos por causa de sua sincronicidade. Pense nos ataques de caminhoneiros em todo o país contra o *Yunmanman* (plataforma de transporte de caminhões de longa distância da China) em 2018, semelhante às lutas contra o Uber nas cidades ocidentais mas, neste caso, no nível nacional; ou o carnaval anual do comércio eletrônico, o “Dia dos Solteiros”, todo 11 de novembro, quando consumidores chineses de



várias classes sociais se entregam a uma espetacular onda de compras on-line. Os trabalhadores podem viver em um período plano de 360 dias do ano, mas passam os cinco dias restantes em períodos de pico, geralmente devido a causas estruturais que acionam ações agênticas.

O vetor chave que distingue os sentidos dos tempos acima mencionados – pico ou plano, confucionista ou budista ou modernista – é o que Judy Wajcman chama de “soberania temporal”; isto é, que detém o poder supremo para definir a temporalidade. Qual é a unidade básica de tempo? Como as unidades se relacionam? Qual é a totalidade temporal significativa?

Enquanto os confucionistas presumem os sentidos tradicionais do tempo como soberanos transcendentais, a temporalidade modernista é expressa no contexto chinês através do estatismo, seja social-estatal ou capitalista de estado. O Partido Comunista Chinês (PCC) é o soberano temporal modernista mais óbvio. No entanto, tanto o tempo de pico quanto o tempo plano desafiam o regime temporal liderado pelo Estado, criando um vácuo a ser preenchido por atores não estatais: corporações para o tempo plano e ativistas para o tempo de pico.

Naturalmente, a temporalidade nunca é estática, especialmente na China hoje caracterizada por secularização, individualização e crescente mobilidade. Embora exista certa novidade trazida por *smartphones* e *cybercafés*, há, de fato, mais continuidade histórica do que ruptura, considerando as experiências coletivas da classe trabalhadora chinesa desde o início do século XX.

Geralmente, os trabalhadores precisam acompanhar o fluxo do tempo que os padrões lhes impõem - o tempo industrial de sua fábrica; o tempo fixo da empresa que opera suas mídias sociais. Mas, de vez em quando, quando há uma lesão no trabalho, quando surgem queixas coletivas contra abuso gerencial, quando o surto de coronavírus interrompe a economia, as ameaças existenciais que a classe trabalhadora digital enfrenta geram um senso de tempo alternativo pelo qual ninguém menos que os próprios trabalhadores se tornam os soberanos temporais. Desaceleração do trabalho. Parada. Sabotagem. Golpes selvagens. A luta de classes nesta era digital é sobre o estabelecimento de regimes alternativos de tempo de propriedade do trabalhador: tempo de pico.

A ascensão do tempo plano é um fenômeno global. Fazendas de conteúdo com inteligência artificial produzem notícias falsas, memes nacionalistas do mercado de vírus, criando o que Adam Greenfield chama de “cotidiano pós-humano”. O tempo plano é duplo: para os consumidores, deveria ser “natural”, ditado pelas leis da ciência de dados e de Wall Street. Para as empresas de TI, o mesmo tempo, uma vez capturado, é de propriedade privada das empresas, que manipulam e monetizam o tempo como matéria-prima

para a acumulação de capital.

Mas há algo peculiar quando a tendência global se enraíza na China: a retirada inesperada do Estado. A China está entre as máquinas estatais mais poderosas do mundo na nacionalização do tempo, não apenas por escolas e meios de comunicação, mas também por mobilizações políticas regulares durante e após a era maoísta. Desde a reforma de comercialização de Deng Xiaoping em 1992, o PCC continua sendo central no planejamento espacial por meio de mega-infra-estruturas que começaram a atingir toda a Eurásia, África e Américas. No entanto, sob Xi Jinping, as autoridades curiosamente falharam em manter o controle da temporalidade.

O partido do Estado tentou. Mas, apesar dos esforços do Estado, o poder supremo de manipular a temporalidade mudou decididamente das autoridades públicas para as empresas privadas. Para os trabalhadores, nenhuma campanha liderada pelo governo chegou perto do festival de compras “Dia dos Solteiros”. O tempo estático persiste em um status quase residual. Todos os dias, no horário nobre da TV, a exibição ritualística de Xi Jinping, a figura divina, se torna surrealmente trivial - uma única cena de multidões batendo palmas para Xi pode durar vários minutos - indicando que o tempo estatista modernista foi esvaziado, diminuído pelo tempo plano.

Para os trabalhadores chineses, 2004 marcou o retorno do tempo revolucionário na era da Internet. Três lutas, nas províncias de Shaanxi, Sichuan e Guangdong violaram a linha de controle de informações estabelecida pelas autoridades locais usando fóruns e blogs *online*. Desde então, tornou-se comum os rebeldes operários equipados com mídia digital reivindicarem sucessos, parciais ou totais, sobre seus chefes e censores autoritários, como visto, por exemplo, durante a greve da Honda Locks de 2010, a greve da fábrica de calçados de Yue Yuan, em 2014, e a luta em Jasic de 2018.

Permitam-me concluir com uma referência ao “tempo messiânico” de Giorgio Agamben versus o “tempo cronológico”, seu par de temporalidades que se assemelham à justaposição entre tempo de pico e tempo plano. Ele escreveu: “o tempo messiânico não é exterior ao tempo cronológico: é, por assim dizer, uma parte (*una porzione*) do tempo cronológico, uma porção que passa por um processo de contração que o transforma inteiramente”. Para a classe trabalhadora digital da China, o tempo messiânico já está ocorrendo. Com a ampla disseminação da mídia digital e a predominância do tempo plano, a gênese do tempo revolucionário costuma ser invisível aos olhos. Mas o pico é dobrado dentro do plano. É precisamente nesses momentos de esquecimento que as revoluções acontecem a qualquer momento. ■

Contato com Jack Linchuan Qiu <[jacklqiu@gmail.com](mailto:jacklqiu@gmail.com)>

# > Rivalidade EUA-China?

## As indústrias de tecnologia digital e cultural

Por Tanner Mirrlees, Ontario Tech University, Canadá



O domínio econômico e cultural dos Estados Unidos chegou ao fim?  
Fonte: Wikimedia Creative Commons.

Desde o final da Guerra Fria até a Guerra ao Terror, liderada pelos EUA, os EUA eram o maior império do mundo e sem nenhum rival até atingir o muro da Grande Recessão. Hoje em dia, porém, o presidente dos EUA, Donald Trump, os estrategistas de política externa dos EUA e até a opinião pública consultada pelo Centro de Pesquisa Pew enxergam a China como uma ameaça ao controle dos EUA sobre a ordem global. Manchetes de notícias como “EUA Versus China: uma nova era de competição de grandes potências, mas sem fronteiras” (*New York Times*) e “À medida que a rivalidade EUA-China esquenta, os dias de não escolher lados podem em breve acabar para o Sudeste Asiático” (*South China Morning Post*) enquadram os EUA e a China como “rivais”. Mas eles são? O Império dos EUA tem sido sustentado por três pilares de poder estrutural: poder econômico global, supremacia militar e popularidade tecnológica e cultural. Enquanto a economia e as forças armadas da China estão crescendo rapidamente e as campanhas chinesas de “soft power” estão decolando, a China ainda não é um rival genuíno. Em 2019, o Império dos EUA suportou e superou a China econômica e militarmente, especialmente em termos de tecnologia digital e indústrias culturais.

De acordo com a lista da Forbes Global das 2000 maiores empresas públicas do mundo, a sede de 575 empresas é nos EUA, enquanto a China é o lar de 309 empresas. Das 20 maiores empresas globais, dez são americanas e cinco são chinesas. O dólar, e não o renminbi, é a reserva mundial e

a moeda mais usada, e o PIB nominal dos EUA é de cerca de US\$ 19,39 trilhões, significativamente maior que os US\$ 12,24 trilhões da China. O orçamento de defesa de US\$ 684,6 bilhões dos EUA supera os gastos de US\$ 185 bilhões da China e as riquezas desse baú de guerra fluem para os cofres da Boeing, Lockheed Martin e General Dynamics, os maiores produtores e exportadores de armas do mundo. Desde a Base Aérea de Daegu, na Coreia do Sul, até a Base Aérea de Spangdahlem, na Alemanha, centenas de bases militares dos EUA cruzam muitos países; recentemente, elas se expandiram na região indo-pacífica para cercar e conter fisicamente a China. Em comparação, a presença militar global da China é minúscula, com apenas uma base estrangeira em Djibuti, a uma grande distância dos EUA.

Aumentando o poder econômico e militar global dos EUA estão as indústrias culturais e de tecnologia digital, cujo tamanho, alcance, lucros e poder são muito maiores que os da China. Considere o seguinte: 65 das 154 maiores empresas mundiais de tecnologia são americanas, enquanto 20 são chinesas. Oito das dez primeiras são americanas (Apple, Microsoft, Alphabet-Google, Intel, IBM, Facebook, Cisco Systems e Oracle) e apenas uma é chinesa (Tencent Holdings). As duas maiores empresas de telecomunicações do mundo são a AT&T e a Verizon, com sede nos EUA. A terceira maior é a China Mobile. O Vale do Silício também abriga mais de 14 dos 20 sites mais visitados, incluindo o monopólio do mecanismo de pesquisa Google, a superpotência de redes sociais Facebook, a plataforma

>>

de compartilhamento de vídeos YouTube, bem como o microblog digital (Twitter), enciclopédia (Wikipedia), streaming de entretenimento (Netflix), e-mail (Outlook e Yahoo), compartilhamento de fotos (Instagram), fóruns de discussão (Reddit) e pornografia (Pornhub e Xvideos). As empresas de internet da China estão crescendo, mas possuem apenas dois dos sites mais visitados do mundo (Baidu e qq.com).

Os “cinco grandes” estúdios de Hollywood - Walt Disney Studios e 20th Century Studios (de propriedade da Walt Disney Company), Warner Bros. (de propriedade da AT&T-WarnerMedia), Universal Pictures (de propriedade da Comcast-NBC Universal) e Paramount Pictures (de propriedade da Viacom CBS) – não são estúdios chineses, e governam as bilheteiras globais. Em 2019, as bilheteiras totais de Hollywood fecharam em US\$ 42,5 bilhões, um recorde histórico: as bilheteiras norte-americanas retornaram US\$ 11,4 bilhões e as bilheteiras internacionais, US\$ 31,1 bilhões. O governo da China protege e promove o crescimento de uma indústria de entretenimento nacionalmente próspera, e a maioria dos principais filmes e programas de TV da China é “fabricada na China”. A China não é vítima do imperialismo cultural dos EUA, mas a relação comercial cultural entre a China e os EUA é desequilibrada, ponderada a favor deste último. Os filmes de Hollywood anualmente ganham muito dinheiro nas bilheteiras chinesas, enquanto os filmes chineses raramente são exibidos nos cinemas dos EUA e não são fonte de retornos comparáveis. O filme de maior bilheteria de 2019, *Vingadores: Ultimato*, estabeleceu mais de 30 recordes de bilheteria na China, enquanto o maior sucesso de bilheteria da China, *Terra à Deriva*, não registrou nenhum nos EUA. Simplificando, o entretenimento global da China não é páreo para o lucro e o apelo cultural internacional de Hollywood.

A cada ano, o Vale do Silício e Hollywood adicionam bilhões ao PIB dos EUA. Além disso, as plataformas de mídia digital atendem à necessidade do capitalismo de criar consumidores e persuadi-los a continuar comprando mercadorias. O Google é o maior vendedor de anúncios digitais do mundo, respondendo por 31,1% dos gastos com anúncios em todo o mundo, ou US\$ 103,73 bilhões. O Facebook é o próximo, com US\$ 67,37 bilhões em receita líquida de anúncios, seguido pelo Alibaba, da China, com US\$ 29,20 bilhões e, depois, pela Amazon, com US\$ 14,1 bilhões. Os filmes e programas de TV de Hollywood também atendem às exigências de publicidade do capitalismo. São, antes de tudo, mercadorias experimentais e culturais, produzidas por estúdios para serem vendidas a distribuidores e distribuídas para serem vendidas a expositores em todos os tipos de mercados de exibição e streaming. De US\$ 20 a US\$ 150 milhões são gastos em Hollywood para comercializar em cada uma de suas obras. Mas os anunciantes globais também pagam Hollywood para colocar mercadorias de marca em suas histórias. Com 288 milhões de dólares em promoções conectadas,

o *Homem-Aranha: Longe de Casa* estabeleceu um recorde de entretenimento de marca: assista ao Homem-Aranha lutando contra o Mysterio e desfrute da Audi, Pepsi e United Airlines! A terceira temporada de *Stranger Things* incorporou cerca de US\$ 15 milhões em promoção de produtos, com elogios à sinergia da Coca-Cola, Burger King e KFC.

A tecnologia digital e as indústrias culturais dos EUA são movidas pela lógica capitalista, mas suas operações também se interligam com as ambições geopolíticas dos EUA. O Departamento de Estado dos EUA incentiva o livre comércio cultural e digital e políticas rigorosas de propriedade intelectual para reforçar o Vale do Silício e Hollywood em todos os países em que tocam. A agência de segurança nacional dos EUA (NSA) utiliza o modelo de “capitalismo de vigilância” da *Big Tech* para produzir e monitorar populações globais como perfis de dados e faz análises preditivas da ameaça que representam aos Estados Unidos. Para reforçar o “soft power” dos EUA, o Escritório de Diplomacia e Assuntos Públicos dos EUA realiza campanhas pró-América em todas as mídias, antigas e novas. O Departamento de Defesa dos EUA operacionaliza a Internet e as plataformas de mídia social como “armas” e “espaços de batalha” para a “guerra cibernética” e contrata empresas como Amazon, Google e Microsoft para realizar pesquisas e desenvolvimentos militarizados na Internet das Coisas e Inteligência Artificial (IA). Todos os ramos da segurança de estado dos EUA estão inseridos nas indústrias culturais e, rotineiramente, ajudam na produção de filmes e programas de TV com temas de segurança em Hollywood. A CIA ajudou a produzir *The Americans*, um drama de TV da Guerra Fria; um ex-agente, Joe Weisberg, foi um de seus criadores. O Departamento de Defesa co-criou com Hollywood vários “produtos de *militainment* [entretenimento militar]”, como *Tom Gun: Maverick*, *Capitão Marvel* e *Transformers*.

As convergências do século XX e do século XXI entre as lógicas capitalistas da tecnologia digital e das indústrias culturais dos EUA e as ações geopolíticas do estado de segurança dos EUA são examinadas em mais detalhes em meu livro *Hearts and Mines: The Empire's Culture Industry* [Corações e Mentes: A Indústria Cultural do Império] (2016) e no volume co-editado, *Media Imperialism: Continuity and Change* [Imperialismo: Continuidade e Mudança] (2019). Em resumo, as agências estatais dos EUA e as indústrias culturais e de tecnologia digital estão construindo, protegendo e promovendo um sistema global de estados aliados integrados, pressionados pelo Vale do Silício e por Hollywood, superintendidos pelo regime de segurança militar dos EUA e permeados pela cultura popular americana e suas plataformas. A China está expandindo seus recursos de soft power e seu arsenal de guerra cibernética, participando de campanhas de influência cultural. Mas a China ainda não é páreo para o Império dos EUA. ■

Contato com Tanner Mirrlees <[tanner.mirrlees@uoit.ca](mailto:tanner.mirrlees@uoit.ca)>

# > Um mercado livre para uma imprensa pós-socialista livre?

Por Mandy Tröger, Universidade Ludwig Maximilian de Munique, Alemanha



Manifestação em Berlim, novembro de 1989.  
Foto de Peter Zimmermann / Bundesarchiv.

**A** revista sindical da Alemanha Ocidental *Publizistik & Kunst* [Jornalismo & Arte] chamou de “corrida do ouro”, enquanto o *die tageszeitung* lembrou “dos primeiros dias do capitalismo”. Ambos se referiram ao desenvolvimento do mercado da imprensa na antiga República Democrática Alemã (RDA) na primavera de 1990. Os grupos políticos e econômicos da Alemanha Ocidental estavam construindo estruturas de mercado para seu próprio interesse, dificultando uma profunda reforma da mídia democrática.

Apenas cinco meses antes, em novembro de 1989, centenas de milhares de alemães orientais foram às ruas protestar contra a repressão estatal, exigindo mídia livre e democrática. Esses protestos derrubaram o Muro de Berlim e desencadearam uma onda de reformas progressivas também na mídia. Em 3 de outubro de 1990, a RDA ingressou na República Federal, reunindo a Alemanha. Embora muito se tenha escrito sobre a unificação, o período intermediário ficou fora da história. Este artigo mostra que o mercado da imprensa alemã estava efetivamente unido em maio de 1990.

## > Reforma

O objetivo inicial da reforma da mídia em novembro de 1989 era quebrar o monopólio da informação do Partido da Unidade Socialista (SED). O SED detinha cerca de 70% da produção total de jornais da RDA. Em dezembro de 1989, o Conselho de Ministros da RDA ratificou uma resolução que apoiava os grupos de oposição, garantindo-lhes igual acesso à mídia. Pouco depois, em 5 de fevereiro de 1990, a Lei sobre Liberdade de Opinião, Informação e Mídia proibiu a censura e declarou que a imprensa estava livre de monopolização política e econômica e, portanto, seria uma plataforma aberta para o debate público. Todas as pessoas e entidades legais na RDA tinham o direito de publicar, imprimir e distribuir mídia.

Isso foi seguido por uma explosão de empresas jornalísticas iniciantes: dezesseis jornais foram fundados apenas em fevereiro de 1990; em julho de 1990, eram cerca de 100. Em um país com apenas dezessete milhões de pessoas, essa onda de *startups* representava reformas estruturais e participação democrática. Enquanto isso, os jornais estabelecidos reivindicaram independência política

e passaram por reformas internas; debates sobre o que torna uma imprensa verdadeiramente livre estavam sendo realizados em redações, jornais e cartas ao editor.

Ao mesmo tempo, várias instituições foram fundadas apenas para reformar a mídia da RDA. Por exemplo, o Conselho de Controle de Mídia (MKR) não partidário e o Ministério da Política de Mídia (MfM) foram fundados em abril de 1990. Seu objetivo, segundo o Ministro da Mídia Gottfried Müller, em maio de 1990, era garantir uma “transição cultivada para a liberdade da mídia”, para não “simplesmente adotar ou imitar modelos e conceitos ocidentais”. O objetivo era encontrar novos modelos para uma imprensa livre.

### > Aquisição do mercado

Simultaneamente a essas iniciativas de reforma política, as empresas de mídia da Alemanha Ocidental começaram a explorar o mercado da Alemanha Oriental. Em dezembro de 1989, os editores distribuíram suas publicações na RDA. As exportações esporádicas logo se tornaram sistemáticas. Em meados de fevereiro, o Ministério do Interior da Alemanha Ocidental (IMC) admitiu que já havia necessidade de regulamentação: os impostos não eram pagos, os preços não eram fixos. O IMC, no entanto, “endossou explicitamente” essas “atividades de editores em áreas legais cinzentas”. Seu objetivo era garantir o fluxo de informações para influenciar a primeira eleição livre da RDA em março de 1990, fortemente financiada pelos interesses partidários da Alemanha Ocidental. Isso lançou as bases políticas para uma transição da imprensa moldada pelos interesses do mercado da Alemanha Ocidental.

Em 5 de março de 1990, as principais editoras Springer, Burda, Bauer e Gruner + Jahr (G + J) iniciaram importações sistemáticas. Elas instalaram sozinhas seu próprio sistema proprietário. Dividindo a RDA em quatro zonas de distribuição, elas distribuíram em conjunto principalmente suas próprias publicações, inundando o mercado da Alemanha Oriental. O que era ilegal de acordo com a lei federal, e causou consternação entre todos os órgãos políticos e civis da RDA. Como esse esquema começou apenas duas semanas antes da eleição, o governo da RDA não pôde agir. Tentativas de regulamentação foram rejeitadas ou ignoradas.

Pouco depois da eleição, esses editores pretendiam obter uma vantagem competitiva sobre os demais utilizando preços predatórios. O objetivo desse negócio de perder dinheiro era conquistar futuros leitores. Isso excluiu as

pequenas editoras da Alemanha Ocidental que não podiam pagar esses preços e colocou pressões adicionais nos jornais da Alemanha Oriental: instalações de impressão desatualizadas, escassez de papel e infraestruturas de distribuição não confiáveis dificultaram a concorrência. Além disso, em 1º de abril de 1990, a RDA encerrou os subsídios à imprensa. A maioria dos jornais dobrou ou triplicou seus preços e rapidamente se voltou para a publicidade, o que tornava necessária a perícia na Alemanha Ocidental. Isso - além dos investimentos de capital necessários - criou uma dependência inicial para os jornais da Alemanha Oriental.

### > Dois países, um mercado

Em abril de 1990, todos os jornais da Alemanha Oriental estavam em negociações de joint venture com as editoras da Alemanha Ocidental, visando uma vantagem competitiva no Oriente. Os objetos principais foram os quatorze antigos jornais regionais do SED, quase monopólios em suas respectivas regiões. Oficialmente, esses jornais assinaram acordos de intenções. Na realidade, no entanto, as editoras da Alemanha Ocidental estabeleceram relações comerciais que variavam desde a aquisição de anunciantes até a impressão de jornais e incluíam investimentos em ações. Somente em abril de 1991, no entanto, essas joint ventures foram transformadas em contratos legais pela agência de confiança *Treuhandanstalt* (THA) [Agência Fiduciária] do governo alemão. A THA entregou inalterados os antigos monopólios da imprensa estatal às principais editoras da Alemanha Ocidental que logo consolidaram ainda mais o mercado.

### > Morte de um sonho

O resultado foi a concentração da imprensa: dos 120 jornais fundados em 1990, dois anos depois, restavam aproximadamente 65 jornais de cerca de 50 editoras apenas. Em novembro de 1992, o número havia caído para 50 jornais de 35 editoras. Para o historiador Konrad Dussel, isso foi uma consequência da decisão do governo federal “contra qualquer experimento”. O que isso significou foi a morte do sonho democrático de 1989. Experiências, ideias e iniciativas de como repensar uma imprensa livre baseada nas experiências da RDA foram superadas. Isso torna o período de transição uma janela perdida de oportunidade e a unificação alemã uma mera expansão da ordem político-econômica ocidental. Uma imprensa soberana da Alemanha Oriental nunca se desenvolveu. ■

Contato com Mandy Tröger <[Mandy.Troeger@ifkw.lmu.de](mailto:Mandy.Troeger@ifkw.lmu.de)>

# > TICs como juju: inspirações africanas

Por **Francis Nyamnjoh**, Universidade da Cidade do Cabo, África do Sul



| Ilustração por Arbu.

**C**resci na África Ocidental e Central, onde acreditamos, organizamos e conduzimos nossas vidas com a noção de que tudo no mundo e na vida é incompleto: a natureza é incompleta, o sobrenatural é incompleto, os seres humanos são incompletos e a ação humana, bem como as realizações humanas também o são. Acreditamos que quanto mais cedo reconhecermos e previrmos a incompletude como a maneira normal de ser, melhor preparados estaremos. Também acreditamos que, devido à sua incompletude, as pessoas não são singulares e unificadas em sua forma e conteúdo, mesmo que sua aparência possa sugerir que são. E nem as coisas são. Fluidez, composição do ser, e capacidade

de estar presente em multiplicidades simultâneas no todo ou em fragmentos são características centrais da realidade e uma ontologia da incompletude. Além disso, a África Ocidental e Central é uma região onde as interconexões e interdependências são reconhecidas e celebradas, e usadas como modelo dominante e desejado para organizar as relações entre os seres humanos e entre os seres humanos e os mundos natural e sobrenatural.

## > Na incompletude

É no reconhecimento da incompletude que os seres humanos na África Ocidental e Central estão ansiosos para

>>

procurar maneiras de melhorar a si mesmos através de relacionamentos com outros seres humanos, e usam sua criatividade e imaginação para adquirir objetos mágicos que podem estendê-los nesses relacionamentos, assim como nas interações, com os caprichos das forças e agentes naturais e sobrenaturais. Tais objetos mágicos, que na linguagem da modernidade são chamados de tecnologias, são mais comumente conhecidos na África Ocidental e Central sob nomes locais que eu traduzi aproximadamente como *juju*. As cosmologias e ontologias que se prestam a tais crenças e práticas foram no passado e ainda continuam sendo descaracterizadas e depreciadas pelos estudantes modernos e observadores da África e até por alguns africanos como bruxaria, feitiçaria, paganismo, superstição e primitivismo. Paradoxalmente, nem mesmo a relevância das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) defendidas pela revolução digital é vista como um fator redentor de tais cosmologias e ontologias, crenças e lógicas de prática por aqueles que insistem em ver a modernização e o desenvolvimento como uma busca de soma zero.

No entanto, ambições de domínio e superioridade por meio da conquista e recusa de reconhecer dívidas e endividamentos à parte, torna-se evidente que o futuro pertence a tais crenças e práticas populares desconsideradas, informadas pela realidade da incompletude. Se os seres humanos comuns, no estado de natureza, são incompletos, todos os esforços para procurar se aperfeiçoar por meio de relacionamentos com outros seres humanos e por empréstimos e tecnologias, longe de torná-los completos, apontam para a humildade de serem compostos e o reconhecimento de seu endividamento para com outros - humanos, natureza e sobrenatural. A incompletude é uma condição duradoura, em que a busca por extensões, a fim de reparar o estado de incompletude, apenas faz com que se perceba a incompletude, ao se confrontar com todos os tipos de extensões que não foram dominadas. Além disso, as extensões tendem a funcionar apenas parcialmente e por algum tempo, e algumas delas realmente destroem o degrau final que se pensava ter alcançado. O fato de a completude ser uma ilusão que só pode desencadear ambições estereis de conquista e jogos de superioridade com soma zero, é um convite para explorar, contemplar e proporcionar um mundo de abertura, interconexões, fluidez e convívio; um mundo em que ninguém tem o monopólio do poder ou da impotência, um mundo em que humanos e coisas se complementam.

Uma ênfase nas interconexões e interdependências nos convida a abraçar a incompletude como um estado normal de ser e tornar-se, desarticulando sistematicamente as aspirações à superioridade de soma zero.

### > **Tecnologias digitais como *juju***

Como diz um dos provérbios de Chinua Achebe em seu livro *Arrow of God* (1964, publicado em português sob o título *A*

*Flecha de Deus*, 2011) sobre poder invisível, “[quando] vemos um passarinho dançando no meio do caminho, precisamos saber que o baterista está próximo do mato”. Para poder reivindicar atributos divinos de onisciência, onipotência e onipresença, os seres humanos devem procurar aprimorar-se com ativadores extraordinários – *juju*. Portanto, a crença generalizada na África Ocidental e Central de que, apesar de ordinários como seres humanos, nossa capacidade de ser onisciente, onipresente e onipotente pode ser significativamente aprimorada pelo *juju* (que inclui, mas não se limita a encantos, feitiços, misturas, poções, etc.) Tal *juju*, geralmente, é especialmente preparado por especialistas clarividentes ou espirituais que são conhecidos em contextos diferentes por nomes diferentes.

Assim, comparo as TICs, ou tecnologias digitais, ao que nós, na África Ocidental e Central, temos o hábito de nos referir como *juju*. Convido você como estudioso das humanidades digitais a ver na crença da região na incompletude e na composição de ser humano, bem como na capacidade de estar presente em todos os lugares ao mesmo tempo, uma indicação de que temos muito a aprender com o passado sobre a melhor forma de entender e aproveitar atuais avanços supostamente inovadores nas TICs. A ideia de tecnologias digitais possibilitando que seres humanos e coisas estejam presentes mesmo em sua ausência e ausentes mesmo em sua presença não é tão diferente da crença no que muitas vezes é rotulado e descartado como bruxaria e magia. Essa crença se presta a um mundo de infinitas possibilidades – um mundo de presença em multiplicidades simultâneas e poderes eternos para redefinir a realidade. O mundo popular da África Ocidental e Central - um mundo de flexibilidade, fluidez e incompletude que foi rejeitado pelas potências coloniais e continua sendo menosprezado pelos modernizadores – é aquele em que o tempo e o espaço não podem impedir o caminho da verdade e suas complexidades sutis. É um mundo que chegamos a entender muito melhor apenas mais recentemente com o advento de novas TICs, como a Internet, o telefone celular e o smartphone, junto com sua “mágica” e “bruxaria” de disponibilidade instantânea e acessibilidade, bem como sua propensão a facilitar o narcisismo, a autoindulgência e a manutenção das aparências. Em vez de pensar em dicotomias, a tradição de autoextensão da África Ocidental e Central através da imaginação criativa assume uma ontologia de interconexões que pode ser uma abordagem proveitosa para teorizar as interseções entre humanos e TICs.

Eu vejo o *juju* como uma tecnologia de autoativação e autoextensão - algo que nos permite ir além da nossa normalidade de ser, dando-nos potência para alcançar coisas que, de outra forma, não conseguiríamos se tivéssemos que confiar apenas em nossos recursos naturais, capacidades ou pontos fortes. É verdade que nossos corpos, se bem cultivados, podem se tornar *juju* fenomenais, permitindo-nos alcançar feitos extraordinários. Mas mesmo

esses organismos tecnicamente treinados, programados ou disciplinados provavelmente encontrarão desafios que requerem potência adicional. Em outras palavras, embora nosso corpo tenha o potencial de ser nosso primeiro *juju*, eles acabam exigindo *juju* adicional para que sejamos eficazes em nossas ações.

O fato de os *juju* frequentemente dependerem de uma rede complicada de interconexões para funcionar corretamente é uma complicação adicional e humilhante, e um impedimento a qualquer propensão à arrogância. Equipar-se ou estender-se com *juju* supostamente mais científicos e técnicos, como computadores (*desktops* ou *laptops*), telefones celulares (básicos ou inteligentes) e outros dispositivos móveis (*tablet*, *iPad*) ainda não é garantia de que eles não irão falhar justamente quando alguém mais precisar deles.

Talvez seja por essa razão que os homens e mulheres *juju* da África Ocidental e Central não evitam o uso de tecnologias modernas/científicas (*smartphones*, *tablets*, *iPad*, etc.) ao lado do que alguns preferem chamar de “eletrônicos africanos”. Eles usam essas misturas de *juju* tradicional e moderno para autoativação e extensão e para permitir que eles encontrem e atendam clientes em vários locais fora de suas aldeias, nas cidades e até em outros continentes.

A confiança em *juju*, encantos, feitiços e clarividência pode parecer primitiva e irracional, mas isso faz parte do repertório de potência do qual extraímos agência em vista do fato de nossa incompletude. Nesse sentido, como argumentado acima, os *juju* não são muito diferentes das tecnologias supostamente mais científicas, racionais e modernas de autoextensão com as quais estamos familiarizados (fotos, computadores, *internet*, telefones celulares, *smartphones*, mídia de massa, mídia social, livros, eletricidade, máquinas de lavar, inteligência artificial, armas nucleares etc.). Uma simples pesquisa no *Google* por palavras como marabu na França, Canadá ou Bélgica, por exemplo, levaria você não apenas a sites e detalhes de contato de marabu no Senegal, Mali ou Níger, mas a seus escritórios, agentes, números de telefone, e horários no exterior. No Camarões, por exemplo, não é incomum encontrar adivinhos convocando camarões diaspóricos em computadores, *smartphones* e *tablets* para aparecer e responder às aflições e dificuldades das relações preocupantes deixadas para trás.

### > **Juju: um mal necessário?**

Estamos testemunhando os poderes fenomenais, crescentes e perturbadores dos designers de *software* na era das tecnologias digitais e a potência crescente dos algoritmos.

Não é mais impensável que *hackers* instalem remotamente *spywares* em nossos *smartphones*, o que lhes permite acessar todo o nosso conteúdo, incluindo mensagens criptografadas, e permite que eles controlem remotamente o microfone e a câmera sem nosso conhecimento. Esses fabricantes de *spyware* não são diferentes de um meio espiritual nos arbustos da África Ocidental e Central, que atiram seus clientes e protegidos a frenesim intoxicantes de excesso de indulgência sem medo à vista dos outros.

Assim como a vida é cheia de hierarquias informadas e sustentadas por desigualdades, também existem desigualdades e hierarquias entre os *juju*. Quanto mais poderoso é o *juju*, maiores são as chances de ser, ver, fazer, sentir e cheirar coisas, tangíveis e intangíveis, além de influenciar e controlar outras pessoas, coisas, eventos e fenômenos. Um *juju* pode ser usado sozinho ou em combinação com outros, a fim de maximizar sua potência. Com um bom *juju* (por exemplo, o caso dos drones), não é preciso estar fisicamente presente para ser eficaz com aqueles que procuram influenciar o bem ou o mal, no amor ou no ódio. Nada esclarece isso melhor do que as capacidades de um *smartphone* com bons recursos (com aplicativos e contatos) - um dos *jujus* mais sensacionais em voga - com acesso a *Wi-Fi*, *hotspot* ou *Bluetooth* na era das mídias sociais, supraconectividade e o crescente imperativo de convívio.

No entanto, apesar de suas contradições e manipulabilidade, a vida seria muito comum, previsivelmente padronizada e rotinizada sem o emocionante senso de aventura e ambição que a eferescência criativa sempre em desenvolvimento no *juju* (técnicas e tecnologias) traz. A própria ideia de inovação criativa estaria morta, pois indivíduos e sociedades perderiam a capacidade de improvisar e se reinventar. Isso destaca a importância do *juju* na sociedade e nas relações sociais. Indivíduos e coletividades usam o *juju* para influenciar, persuadir e controlar situações e outros, e para superar e complicar as adversidades de maneiras que de outra forma não seriam possíveis sem o seu repertório de *juju*.

A onipresença do *juju* deve estar associada à ideia de que o poder, longe de estar concentrado nas mãos de poucos, é na verdade algo que vem e vai, geralmente sem aviso prévio. Por mais poderosa que seja uma pessoa, ela sempre procura se aprimorar com partes do corpo estendidas e sentidos extras, por um lado, e *juju* (técnicas e tecnologias), por outro. Isso deve nos sensibilizar para a necessidade de cultivar e defender uma disposição de levar o exterior para dentro e o interior para fora. ■

Contato com Francis Nyamnjoh <[francis.nyamnjoh@uct.ac.za](mailto:francis.nyamnjoh@uct.ac.za)>

# > Fazendo sociologia nas Filipinas

Por **Filomin C. Gutierrez**, Universidade das Filipinas, Filipinas e membro dos Comitês de Pesquisa da ISA em Sociologia do Desvio (RC29) e Mulheres, Gênero e Sociedade (RC32)



**E**ste volume do *Diálogo Global* apresenta reflexões de membros da Sociedade Filipina de Sociologia sobre várias questões como urbanização e governança, o movimento LGBTQ, violência na guerra às drogas, fazer sociologia pública entre os pobres, e marginalização da região do Mindanao. Vindos de três regiões, ou grupos distintos de ilhas do país, Luzon, Visayas e Mindanao, eles discutem seus respectivos interesses de pesquisa e refletem sobre os desafios que os sociólogos filipinos enfrentam atualmente.

Louie Benedict Ignacio aborda as questões da urbanização nas Filipinas, apontando para a dinâmica da metropolitanização da região metropolitana de Manila, uma expansão urbana de várias cidades que formam a região da capital nacional. A ascensão de condomínios fechados evoluiu de proporcionar segurança econômica a garantir segurança física para seus moradores privilegiados, à medida que a pobreza urbana aumentava e as favelas proliferavam. Ignacio apresenta as crises da urbanização como acompanhadas não apenas pelos problemas compartilhados de gestão de recursos e transportes, mas também pela segmentação social e questões de governança.

John Andrew Evangelista aborda a pertinência da lente *queer* ao se analisar as diferenças ideológicas por trás dos grupos no movimento LGBTQ nas Filipinas. Diversas lógicas ideológicas apresentaram várias reivindicações, que iam desde as que defendiam leis antidiscriminação e apelos para transformar o sistema econômico atual às interessadas nos aspectos festivos da parada do Orgulho. Ele argumenta que os espaços de contradição e conflito na construção da história do movimento LGBTQ mostram que as diferenças nos segmentos do movimento são produtos históricos e não interesses opostos.

Gutierrez apresenta a violência na guerra às drogas, que matou milhares de “personalidades da droga” nas Filipinas, por meio de narrativas dissonantes. O apoio do público filipino à campanha antidrogas contradiz queixas de violação de direitos humanos e narrativas de suspeitos de tráfico de drogas presos sobre violência policial, mas confirma a própria visão dos presos sobre a campanha como uma solução para o problema das drogas. Como o tópico se abre para diversas narrativas, dependendo do foco, os pesquisadores sociais devem olhar além do debate entre populismo penal - uma abordagem que defende medidas punitivas contra a criminalidade com base em sentimentos públicos - e elitismo penal - uma visão que privilegia a opinião científica ou de especialistas sobre o crime e considera os sentimentos públicos simplistas.

A parte de Phoebe Zoe Maria Sanchez critica o regime autoritário populista do presidente Rodrigo Duterte como uma extensão do fracasso da Revolução do Poder Popular em 1986 em realizar transições democráticas, e que apenas renovou, se não piorou, as características fascistas do Estado exibidas durante a ditadura de Marcos. Sanchez argumenta que a sociologia pública pode ganhar apoiando organizações dos pobres e libertando suas culturas de silêncio para fortalecer sua participação na sociedade civil e impactar as políticas estatais.

Finalmente, Mario Aguja escreve sobre a marginalização de Mindanao, no sul das Filipinas, frente à hegemonia da região metropolitana de Manila, no Norte, como centro de fato do poder econômico, político, militar e cultural. Ele problematiza essa relação centro-periferia para abordar a prática da própria sociologia. Enquanto questões de Mindanao, como o conflito entre muçulmanos e cristãos, taxas de pobreza extrema e extremismo violento, são tópicos convincentes para a análise sociológica, o discurso da sociologia filipina limitou-se a tópicos de interesse do centro. Para reverter esse viés, a Sociedade Filipina de Sociologia recentemente realizou um esforço decisivo, levando conferências anuais para Mindanao e colocando os sociólogos da região na vanguarda da conversa nacional. ■

Contato com Filomin C. Gutierrez <[fcgutierrez@up.edu.ph](mailto:fcgutierrez@up.edu.ph)>

# > Estudos urbanos nas Filipinas: a sociologia como âncora

Por **Louie Benedict R. Ignacio**, Universidade de Santo Tomás, Filipinas e membro dos Comitês de Pesquisa da ISA em Sociologia da Educação (RC04) e Desenvolvimento Regional e Urbano (RC21)



*Metro Manila, onde moradores informais são uma visão comum, é uma das áreas metropolitanas com a população mais densa do mundo. Foto de Rhon Paolo C. Velarde.*

**O**s estudos urbanos nas Filipinas, e a sociologia urbana em particular, tiveram um rápido crescimento a partir dos anos 80, quando a capital Manila e as cidades vizinhas começaram a se expandir econômica e politicamente. Antes da estruturação das comunidades e do avanço da tecnologia, as áreas agora repletas de arranha-céus, condomínios fechados e ruas movimentadas costumavam ser cobertas por campos verdes e sistemas conectados de água e rio. Porém, conforme a população nessas áreas aumentou, as necessidades das comunidades também evoluíram, na medida em que seu desenvolvimento não podia mais ser sustentado por seus próprios recursos. Essas mudanças viram a necessidade de uma governança mais complexa da vida econômica, política e social dos residentes. Elas também levaram a uma discussão variada sobre a vida na

cidade. Diferentes aspectos da vida da cidade, incluindo a habitação e o ambiente construído, a estratificação de moradores com base no status econômico, criminalidade e governança, todos pediram uma lente especializada na compreensão da cidade.

Politicamente, para abordar essas preocupações, o Estado transferiu algumas de suas funções para várias unidades do governo local, como a administração de assuntos locais. Nas Filipinas, esse processo de descentralização foi concedido pelo Código do Governo Local de 1991. Nos termos do artigo 24 do Código, o Estado devolveu suas funções às unidades do governo local, de modo que cada unidade se tornasse responsável por um conjunto mínimo de serviços e instalações a ser fornecido de acordo com as políticas, diretrizes e normas nacionais estabelecidas. De acordo com

>>



O rio Pasig se estende dentro do Metro Manila. A qualidade da sua água é considerada abaixo dos padrões habitáveis.

Foto de Rhon Paolo C. Velarde.

o artigo 25 do Código, as unidades do governo local devem fornecer serviços básicos, como instalações adequadas de comunicação e transporte, serviços de apoio e instalações para educação, polícia e proteção contra incêndios, e desenvolvimento comunitário.

Nas Filipinas, o conceito de metropolitização - áreas metropolitanas e governança metropolitana - foi concebido pela primeira vez no início da década de 1970 para coordenar os serviços em toda a área metropolitana para as três cidades e treze municípios recém-integrados nas proximidades da região metropolitana de Manila. O primeiro órgão governamental metropolitano das Filipinas foi estabelecido em 1975, em virtude do Decreto Presidencial nº 824: a Metro Manila Commission [Comissão da Região Metropolitana de Manila], servindo de 1975 a 1986. Suas funções eram coordenar serviços como gerenciamento de tráfego e transporte, controle de posseiros e preservação de um ambiente limpo e verde. Em 1995, em virtude da Lei da República nº 7924, foi criada a Metro Manila Development Authority (MMDA) [Autoridade de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manila], que envolve as funções de planejamento, supervisão, coordenação, regulamentação e integração de dezessete cidades e municípios em termos de prestação de serviços básicos. Os serviços básicos que o MMDA fornece incluem: descongestionamento de tráfego e eficiência de transporte; gerenciamento de trabalho; monitoramento de poluição; gestão de inundações e esgotos; renovação urbana, zoneamento e planejamento do uso da terra, saúde e saneamento; e segurança pública, que inclui operações de resgate.

Se o século XX foi caracterizado pelo domínio da urbanização, isso deu lugar no século XXI à metropolitização como a mais recente abordagem abrangente para governança e gestão urbanas. A urbanização veio junto com um aumento da pobreza urbana devido à renda e às oportunidades de emprego limitadas nas cidades, pois as populações urbanas continuaram a crescer naturalmente e através da migração do campo. Isso também deu origem à proliferação de favelas

nas cidades. A falta de abastecimento de água potável, saneamento e disposição de resíduos também foram problemas gerados pela rápida urbanização, resultando na degradação do meio ambiente. Infraestruturas e instalações de transporte inadequadas nas cidades levaram a um estado de engarrafamento que restringia o crescimento econômico. Por sua vez, todos esses problemas urbanos levaram ao colapso do tecido social das cidades desde o final dos anos 1970, que atingiu um pico no início dos anos 1990 desde a restauração da democracia nas Filipinas e tem consequências até o presente.

Minha pesquisa tentou examinar esse vasto campo de estudos urbanos, particularmente na região metropolitana de Manila. Primeiro, concentrei-me em como uma agência nacional interurbana como a MMDA lida com o problema urbano de gerenciamento de tráfego, argumentando que a dinâmica política entre funcionários da unidade do governo local e funcionários da agência nacional desempenhou um papel significativo na solução de uma questão tão complexa. Continuei focando em como um condomínio fechado na área urbana da região metropolitana de Manila emergiu, analisando particularmente como a função dos condomínios evoluiu de uma forma de segurança econômica para uma forma de segurança física e depois para ambas. Mais recentemente, examinei a dinâmica da provisão de segurança em um ambiente urbano, uma vez que os condomínios fechados, sendo entidades de propriedade privada governadas por associações de proprietários privados, fornecem a seus residentes um nível de segurança mais alto do que o governo local fornece ao público em geral. Esse fenômeno, visto através do neoliberalismo e da nova abordagem de gestão pública, resulta em minar a legitimidade das unidades do governo local, monopolizando a fonte de serviços e atraindo cada vez mais moradores urbanos de uma classe mais alta para patrocinar esse cenário residencial.

Dado o crescimento contínuo da população na região metropolitana de Manila - com um aumento constante de 1,7% ao ano, semelhante a outras megalópoles em todo o mundo - é ainda mais importante que as perspectivas usadas na compreensão das áreas urbanas sejam mais diversas. Os estudos urbanos nas Filipinas foram compartimentados em diferentes campos, como saúde, planejamento e desenho urbanos, política e governança, discrepância entre grupos socioeconômicos e até riscos e desastres. Para a região metropolitana de Manila, com sua população de 12,8 milhões de pessoas e uma das maiores densidades populacionais do mundo, a sociologia pode fornecer um enquadramento abrangente para entender a relação entre indivíduos e seu ambiente. A sociologia pode fornecer uma âncora para conectar preocupações e possíveis soluções fornecidas por pesquisas baseadas em evidências e imersão na cidade. ■

Contato com Louie Benedict R. Ignacio <[lignacio@ust.edu.ph](mailto:lignacio@ust.edu.ph)>

# > Navegando em conflitos por meio de uma lente queer

Por **John Andrew G. Evangelista**, Universidade das Filipinas Diliman, Filipinas, e membro do Comitê de Pesquisa da ISA sobre Mulheres, Gênero e Sociedade (RC32)



Como as Filipinas se parecem com um olhar queer? Fonte: Wikimedia Creative Commons.

**Q**uando surgiu pela primeira vez como um enquadramento através do qual a sociedade poderia ser examinada, a teoria *queer* direcionou nossa visão para o entendimento, se não a glorificação, da oposição. Para opor-se à ortodoxia do patriarcado e da heteronormatividade, escavou eventos, momentos, identidades e culturas que desafiam os binários rígidos de gênero e sexualidade. Pesquisou lógicas que subvertem as hierarquias existentes. Dentro desse quadro, ser *queer* é desconfiar de qualquer coisa que se assemelhe à normalidade.

O antropólogo Martin Manalansan engajou a concepção *queerness* fundamentando-a na confusão. A tarefa não é meramente celebrar atos e pensamentos subversivos. Em vez disso, a missão é ilustrar as várias maneiras pelas quais o desvio cruza e colide com o normal. *Queerness*, então, poderia ser entendido como aqueles espaços confusos onde lógicas aparentemente conflitantes se encontram. Isso fornece um enquadramento viável para dar sentido às condições sociais e históricas nas quais os atores confrontam e negociam significados, interpretações e até ideologias aparentemente contraditórias.

Em seu livro *Global Divas* (2003), Manalansan contou uma história convincente sobre um gay filipino vivendo em Nova York que parecia ter criado uma divisão espacial dentro de seu apartamento. De um lado, havia um altar com símbolos religiosos católicos, enquanto, do outro, havia fotos de homens nus. O legado religioso do colonialismo espanhol nas Filipinas viajou para uma cidade que oferece relativa liberdade às pessoas LGBTQ. Esse caso demonstrou *queerness* não apenas mapeando o encontro confuso entre homossexualidade e religião. Também trouxe à tona como

as condições sociais e históricas contribuem na criação de tal confusão.

## > Apanhados no meio

Como o apartamento bagunçado mencionado acima, os pesquisadores de *queerness* geralmente se encontram eles próprios em espaços de contradições e conflitos. Muitas vezes, eles se sentem como apanhados no meio de interpretações opostas. Em meu próprio trabalho sobre a história do movimento LGBTQ nas Filipinas, me vi no meio de diferentes tensões ideológicas entre ativistas. Não é segredo que os movimentos sociais nunca são monocromáticos. Carregando várias ideologias, os ativistas costumam ler e construir reivindicações de diversas maneiras. São esses tipos de tensão que pesquisadores de *queerness* como eu enfrentam à medida que entendemos os movimentos LGBTQ.

Meu envolvimento na organização LGBTQ filipina, tanto como pesquisador quanto como ativista, me familiarizou com as tensões entre os vários segmentos do movimento. Enquanto alguns enfatizaram a necessidade de leis, outros associaram as liberações de gênero e sexual à transição socialista. Outros reconheceram a homofobia e a misoginia como produtos da consciência individual, o que os levou a argumentar por uma educação sensível ao gênero. Finalmente, um segmento do movimento também reconheceu as interseções das questões. Assim, eles evitaram argumentos centrados em uma causa e uma solução.

Essas tensões podem ser entendidas dentro da lente *queer*. A existência de várias ideologias dentro do movimento caracteriza essencialmente o movimento como confuso, à medida que diversas lógicas ideológicas se encontram. Isso é particularmente observável durante as marchas do Orgulho na região metropolitana de Manila. Os manifestantes carregam várias reivindicações formadas dentro de ideologias específicas. Enquanto alguns estão pedindo a aprovação de leis específicas contra a discriminação, outros também destacam a necessidade de uma transformação do atual sistema econômico. Outros chegam a pedir a rescisão da contratualização do trabalho (prática de emprego a curto prazo), enquanto grupos estão visivelmente festejando e dançando.

Podemos entender essas tensões e confusões ao entender as condições sociais e históricas nas quais o movimento surgiu. As organizações LGBTQ começaram a se formar alguns anos após a queda do regime ditatorial de Marcos em 1986, resultante de protestos maciços e contínuos. Não mais preocupados com o objetivo final de derrubar o regime ditatorial, os ativistas começaram a se aventurar em vários apoios públicos a causas. A instituição da Constituição de 1987, centrada na proteção dos direitos civis, acelerou a formação de organizações legais que trabalham em uma ampla gama de questões, incluindo justiça sexual e de gênero, entre outras.

Junto com essa oportunidade de organização, havia uma divisão ideológica na esquerda filipina. Por um lado, um segmento sustentava que o feudalismo continuava sendo a força que alimentava a opressão. Por outro lado, alguns grupos se desviaram dessa leitura porque reconheciam aberturas políticas e se aproveitavam delas para lutar por uma agenda progressista. Também surgiram organizações que se recusaram a examinar questões de uma análise puramente de classe. Situados em vários segmentos da esquerda filipina, os ativistas LGBTQ foram socializados em diferentes convicções políticas, o que acelerou a variedade ideológica no interior do movimento.

### > A relevância do *queerness*

Em meio a essas vozes conflitantes, a teoria *queer* poderia ajudar a facilitar conversas dentro de um movimento polarizado por ideologias. A tendência de algumas organizações LGBTQ é recusar conversas com outras organizações, especialmente quando elas não se alinham às suas respectivas convicções. Essas atitudes e comportamentos decorrem em grande parte da lógica de que as diferenças ideológicas são essenciais, naturais e dadas. Alguns até me disseram que as tentativas de fazer uma ponte muitas vezes fracassam, pois as ideologias estão tão arraigadas que sempre impedem percepções positivas sobre grupos específicos.

Acho que a lente *queer* é um quadro viável de pensamento nesse contexto. Em vez de encarar as convicções políticas como naturalmente contraditórias, interpreto suas diferenças como produtos históricos. A relevância desse pensamento *queer* reside em sua capacidade de desenvolver empatia com ativistas portadores de diferentes ideologias. Atender ao chamado *queerness* é ser tático no curso das ações. Precisamos deixar de entender as contradições ideológicas como dadas e vê-las como produtos de histórias específicas. Somente então podemos adotar uma ideologia que funcione para o momento, sem ser sufocada pela utilização de outra, em caso de necessidade. ■

Contato com John Andrew G. Evangelista  
<[jgevangelista@up.edu.ph](mailto:jgevangelista@up.edu.ph)>

# > Narrativas dissonantes da guerra às drogas nas Filipinas

Por **Filomin C. Gutierrez**, Universidade das Filipinas, Filipinas e membro dos Comitês de Pesquisa da ISA em Sociologia do Desvio (RC29) e Mulheres, Gênero e Sociedade (RC32) (RC32)

**Q**uando Rodrigo Duterte assumiu a presidência nas Filipinas em julho de 2016, uma guerra contra as drogas foi imediatamente desencadeada nas comunidades filipinas. Esta campanha viu membros da Polícia Nacional das Filipinas convencendo os usuários de drogas a se renderem voluntariamente e prometerem cessar o hábito, com mais de um milhão de “personalidades das drogas” se rendendo em apenas seis meses à administração de Duterte. A campanha antidrogas era popularmente conhecida como *Oplan Tokhang*, um termo importante para *toktok* e *hangyo*, que significa “bater” e “suplicar”, respectivamente, na língua Cebuano. Desde 2016, *tokhang* se tornou um eufemismo para assassinato extrajudicial (AE) pelas autoridades ou por vigilantes antidrogas.

O crescente número de mortos na guerra às drogas atraiu críticas de grupos de direitos humanos. Fontes oficiais informaram que, em julho de 2019, cerca de 5.375 personalidades das drogas foram mortas em operações policiais. Grupos de direitos humanos estimam que o número total de mortos, que inclui AEs, atingiu mais de 25.000. O Tribunal Penal Internacional (TPI) começou a investigar Duterte por crimes contra a humanidade em fevereiro de 2018. Pesquisas de opinião pública da Social Weather Stations (SWS) [Estações Meteorológicas Sociais] no final de 2019 indicaram que 75% dos filipinos acreditavam que muitos abusos dos direitos humanos ocorreram como resultado de *Oplan Tokhang*.

A guerra às drogas gerou um enorme interesse entre os pesquisadores filipinos das ciências sociais, a maioria sensibilizada à perspectiva dos direitos humanos. Estimativas conflitantes do número de mortos, juntamente com avaliações contrastantes da extensão e gravidade do problema das drogas, combinaram os debates em torno da moral e da política da campanha anti-ilegal de drogas entre autoridades, grupos de direitos humanos e especialistas, incluindo pesquisadores sociais.

Narrativas de sofrimento dos presos e das viúvas dos mortos compõem o cenário de uma nova e violenta realidade filipina. Essa realidade é acompanhada pelo paradoxo da hiperestigmatização do uso de drogas pelo atual regime de justiça política e criminal em relação à “proliferação normalizada” de drogas, articulada pelo termo *talamak*

(crônico), comumente usado por pessoas presas, mídia e grande parte do público.

Nos meus próprios estudos, lutei para entender as narrativas dissonantes dos suspeitos de tráfico de drogas, envolvendo especificamente o estimulante metanfetamina (conhecido localmente como *shabu*). Eu entrevistei 27 homens na prisão, a maioria dos quais pertencentes à classe trabalhadora com idades compreendidas entre o começo da idade adulta e a idade adulta média-tardia, presos no primeiro ano de *Oplan Tokhang* por acusações relacionadas a drogas. Eles alegaram que haviam sido presos indevidamente, que policiais plantaram evidências e que foram maltratados ou torturados para confessar sua culpa. Eles descreveram sua situação como *walang kalaban-laban* (indefeso) contra a polícia que entrou à força em suas habitações. Apesar de sua trágica situação pessoal, muitos deles ainda apoiam a campanha antidrogas de Duterte, porque representa uma ação decisiva contra uma situação de agravamento das drogas que há muito tempo é ignorada.

Claramente, os “criminosos da droga” fazem parte do público “populista penal” que gerou apoio à presidência de Duterte em 2016. Um pânico moral sobre o crescente número de viciados em drogas e bairros inseguros sustentou o ressurgimento do populismo penal, um termo proposto por John Pratt como uma abordagem que adota medidas mais punitivas contra a criminalidade com base em sentimentos públicos e não em evidências empíricas ou opiniões de especialistas. Isso pode ser observado nas pesquisas de opinião pública divulgadas pela SWS no final de 2019, indicando que Duterte desfrutou de um índice de satisfação líquida de 72% dos filipinos, e sua guerra contra as drogas um índice de satisfação líquida de 70%.

Antes da presidência de Duterte, estudos de Gideon Lasco mostraram que os jovens de uma comunidade portuária das Filipinas usavam *shabu* como *pampagilas* (aprimorador de desempenho) para o seu trabalho no setor informal (por exemplo, vendedores, carregadores, profissionais do sexo). Da mesma forma, os participantes do meu estudo também confessaram usar o *shabu* para recuperar a força do cansaço, ficar acordados e assumir trabalhos ou que são difíceis de encontrar ou que possuem jornada de trabalho longa e imprevisível (por

**“O desafio da sociologia é que ela deve prestar atenção às estruturas que oferecem binários que reduzem a questão das drogas nas Filipinas a uma batalha entre os mocinhos contra os bandidos, os viciados contra aqueles que não são e os bons policiais contra os maus”**

exemplo, motoristas de caminhão e jipes, trabalhadores da construção civil). Eles se recusaram a ser chamados de “viciados” porque, em sua opinião, podem parar a qualquer momento que desejarem e não deixam que isso se torne um vício habitual. O fato de comprar usando seu próprio salário e não com dinheiro provindo de roubo, assalto ou qualquer outro crime confere a legitimidade de uma mercadoria de consumo no mercado aberto. O escopo da análise de seu uso, portanto, precisa ir além das noções de lazer ou retiro e das teorias subculturais do vício, em direção a sua função como meio principal de lidar com o estresse da pobreza e da precariedade econômica.

Apesar da defesa dos participantes de seus usos de drogas, o desfecho das minhas conversas com eles foi o reconhecimento de que *shabu* é um “destruidor de famílias”, “uma fonte de criminalidade”, “em última análise, o mal” e “um problema nacional”, que deve ser erradicado. Um aspecto fundamental das narrativas é que a polícia mal informada cometeu um erro ao capturá-los, em vez de atacar aqueles que são verdadeiramente culpados: viciados que cometem crimes hediondos para sustentar seu vício, traficantes famintos por dinheiro que os exploram e policiais corruptos que extorquem dinheiro dos viciados e vendedores ambulantes.

Minhas entrevistas preliminares com policiais sobre *Oplan Tokhang* também sugerem uma experiência incompreendida por grupos de direitos humanos e deturpada pela mídia. Eles falaram de sua convicção em cumprir o mandato e os ideais de proteger o país e seus cidadãos de uma ameaça às drogas “que parece não ter fim”. Embora reconheçam que as drogas preenchem um vácuo criado pela pobreza e que os traficantes exploram economicamente uma população viciada e empobrecida,

eles também consideram as personalidades das drogas como combatentes, armados, prontos para retaliar. Mais importante, eles olham reflexivamente para *Oplan Tokhang* como uma campanha que expôs a “verdadeira profundidade do problema das drogas” e como isso “corrompeu gravemente as fileiras da polícia”. Se uma história profunda – uma abordagem usada por Arlie Hochschild para capturar a experiência dos republicanos americanos de direita – pode ser contada a partir das narrativas de “traficantes de drogas”, isso pode render uma descrição duramente diferente da realidade filipina montada a partir das narrativas da polícia.

A pesquisa em ciências sociais sobre a guerra das drogas nas Filipinas pode de fato contribuir para o fornecimento de políticas baseadas em evidências, sejam elas a experiência metodológica de quantificar os níveis de dependência, reconceitualizando as tipologias de uso de drogas ou interpretando a opinião pública sobre criminalidade. O desafio da sociologia é que ela deve prestar atenção às estruturas que oferecem binários que reduzem a questão das drogas nas Filipinas a uma batalha entre os mocinhos contra os bandidos, os viciados contra aqueles que não são e os bons policiais contra os maus. Mais importante, os sociólogos que pesquisam a guerra às drogas devem ser cautelosos em privilegiar o elitismo penal, um termo que Victor Shammass usa para se referir a uma supervalorização da opinião científica ou de especialistas e à desvalorização de um público considerado emocional, irracional ou simplista. Essa autorreflexividade, então, exige que os sociólogos se sintam à vontade para contestar narrativas dentro de grupos de atores sociais e entre os supostos campos do espectro político e moral que compõe o público. ■

Contato com Filomin C. Gutierrez <[fcgutierrez@up.edu.ph](mailto:fcgutierrez@up.edu.ph)>

# > Fazendo sociologia pública nas Filipinas

Por Phoebe Zoe Maria U. Sanchez, SMAG/CriDIS, UC Louvain, Bélgica, e Universidade das Filipinas Cebu, Filipinas e membro do Comitê de Pesquisa em Sociologia Política da ISA (RC18)



Membros de organizações religiosas, científicas e da sociedade civil se juntam às manifestações de rua contra a comemoração da Lei Marcial, em 2018.

**P**ilhas de cadáveres foram montadas sob o atual regime de Duterte (*Rappler*, dezembro de 2018). Mais concretamente, esse regime iniciou um impressionante esquema de acordo político com uma rede de famílias políticas feudais e compradores em cargos públicos, apoiando-o como porta-voz ousado, junto com a polícia filipina e a burocracia militar do Estado. Isso é mostrado na forma como Duterte reuniu enorme maioria dos membros da Câmara dos Deputados das Filipinas e demitiu um chefe de justiça em 2018.

Os estudiosos chamam isso de “populismo autoritário”, dado que, em parte, disseram ser intercalado com programas populares e progressivamente desenvolvimentistas, apesar de seu apelo aberto ao “assassinato” como estratégia em suas políticas anticrime. Mas o regime entroniza um tipo de dinâmica política que é uma forma “direta e crua” de autoritarismo. Recentemente, aumentou a interdição policial, militar e paramilitar nas comunidades filipinas, conforme se estabeleceram políticas sujas por meio de

fraude eleitoral, suborno e corrupção e se empreendeu um tumulto drástico de assassinatos com isca à la McCarthy como justificativa para assassinar ativistas sociais, pessoas religiosas, defensores dos direitos humanos, advogados, professores, professores universitários, camponeses, jovens e outros.

Uma prática substancial na sociologia filipina desde a primeira ditadura do regime de Marcos é o emprego da *sociologia pública* como uma resposta necessária à invisibilidade percebida da sociologia para o público filipino. Isso deriva do ponto de vista de que a sociedade filipina é confrontada com uma crise de ditadura permanente, do regime de Marcos ao regime de Duterte. Isso traz à tona questões sobre a natureza da chamada EDSA People Power Revolution [Revolução do Poder Popular, também conhecida em português como Revolução EDSA], em 1986, que derrubou a ditadura de Marcos e se isso realmente preparou o caminho para uma transição democrática. Infelizmente, agora parece uma conclusão precipitada de

>>

que a primeira EDSA *People Power Revolution* não possuía as ferramentas para uma genuína democratização, dado o estabelecimento de uma ordem fascista 33 anos depois. Isso sugere uma crise de autoritarismo permanente, desafiando a Sociologia Filipina Cebuana a repensar se os anos seguintes à 1ª Revolução EDSA foram realmente anos de aperfeiçoamento de uma transição democrática completa ou anos de fortalecimento da forma de ditadura revivida hoje. De que outra forma a prática autoritária anterior poderia se tornar viva em sua forma atual e com um efeito ainda mais letal? Pois, comparado aos assassinatos de Marcos – com um número pouco acima de 3.000 mortes –, o volume de mortes nos últimos tempos tem sido, em média, de 33 pessoas assassinadas diariamente, ou seja, mais de 30.000 mortos nos primeiros três anos do governo Duterte (*Rappler*, dezembro de 2018).

A sociologia pública praticada na Universidade das Filipinas Cebu vincula: a) Sociologia Profissional, b) Sociologia Crítica e c) Sociologia das Políticas Públicas. Isso ressoa com a Sociologia Pública de Burawoy (2004), que se situava nas quatro divisões do trabalho sociológico, a saber: a) sociologia profissional, b) sociologia crítica, c) sociologia pública (os vários públicos) e d) sociologia da política. A sociologia profissional fornece mecanismos para o ofício da sociologia no desenho da pesquisa e no emprego dos métodos e técnicas apropriados, isto é, estudos de caso, sociografias, etnografias, observação participante, integração básica de massa, etc. Isso permite que sociólogos e estudantes testem suas teses e participem de conversas sobre políticas sociais e públicas, instituições sociais, culturas, grupos, organizações e processos de interação entre pessoas que trabalham juntas. Da mesma maneira, convida os cientistas sociais a reimaginar os problemas sociais além do construcionismo social, estendendo a conversa pública filipina às ruas e fornecendo mecanismos para registrar e publicar modelos de articulação de interesse público. Isso se mantém na prática política local ou indígena de governança, onde a sociologia crítica permite o entendimento da luta pelo poder entre e dentre os grupos envolvidos em conflitos por determinados recursos limitados. A sociologia crítica pondera estruturas – quer seja dominante ou dominado, quem controla ou quem está sendo controlado. Seu objetivo é a criação de uma massa crítica filipina que possa ser mobilizada em manifestações públicas atuais organizadas para criar um movimento social. Esse movimento social, por sua vez, torna-se o principal impulsionador necessário para o elo final que é avaliar e calcular o conteúdo e o contexto das políticas públicas na forma de sociologia da política.

A intrincada tecelagem dos elos acima mencionados faz o amálgama concreto de técnicas que permitem à sociologia pública funcionar como um campo científico. A sociologia pública ocorre quando as dinâmicas da democratização permitem setores marginalizados ter acesso a recursos

e desempenhar um papel importante na sociedade civil e no interior do Estado. Primeiro, assume a forma de um exercício acadêmico de imaginação sociológica, como um ponto de conversa entre estudantes e professores. Em seguida, estende-se para além das quatro paredes da sala de aula, para servir como uma ferramenta social e mecanismo de libertação de culturas de silêncio entre comunidades oprimidas por meio de extensas discussões, teorização e engenharia social, apoiando organizações entre indivíduos e comunidades pobres, em privação, oprimidos e violados. A capacidade de um sociólogo de reunir uma força ou um volume absoluto de pessoas é um meio de desmascarar as maneiras pelas quais o Estado direta e violentamente serviu como um instrumento para a proteção e preservação dos interesses da classe dominante.

Mais especialmente nas Filipinas de hoje, os sociólogos públicos precisam ser encorajados como precursores do processo de democratização, porque as Filipinas são confrontadas com um nível arraigado de déficit democrático e ausência do Estado de Direito. Desta vez, como na era Marcos, as Filipinas precisam de formações da sociedade civil que sejam auto-organizadas, voluntárias, autogeradoras, genuinamente autônomas do Estado e capazes de articular o interesse público, vinculado por uma ordem legal ou um conjunto de regras compartilhadas. Portanto, o ponto final da sociologia pública pode ser chamado de *sociologia da manifestação pública*. Essa sociologia da manifestação pública consiste em provas, ferramentas de persuasão, mecanismos transacionais e de coordenação, aparelhos cognitivos e racionais na forma de comunicadores eruditos coletivos sobre questões ou apoios públicos a causas e/ou aparelhos sociais de mobilização e competição na forma de uma massa de pessoas, ou bancos de votação. Essa sociologia da manifestação pública mede quão eficiente e efetiva é a sociologia pública que está sendo acionada. E o público em manifestações é uma sugestão para a instrumentação de políticas públicas, conforme fornece um ponto de encontro para avaliar e contabilizar a eficácia ou falha das políticas públicas de um governo.

Um dos principais objetivos da sociologia pública é resumir e teorizar a relação entre o governo e os governados (*Lascoumes e Le Galès, 2007; The American Sociologist, 2005*). Do ponto de vista do Sul Global, vem o governo atual no quadro de uma lógica nativa ou de compartilhamento e relacionamento coletivos comunitários em solidariedade. Esse enquadramento é então incorporado na criação de meios, regulamentação, geração de impostos e comunicação em massa de instituições governamentais sujeitos ao escrutínio público da sociedade civil e sua manifestação pública. ■

Contato com Phoebe Zoe Maria U. Sanchez  
<[phoebe.sanchez@uclouvain.be](mailto:phoebe.sanchez@uclouvain.be)>

# > Integrando Mindanao na sociologia filipina

Por **Mario Joyo Aguja**, Universidade Estadual de Mindanao, Filipinas, Presidente da Sociedade Filipina de Sociologia e Membro dos Comitês de Pesquisa da ISA sobre Forças Armadas e Resolução de Conflitos (RC01), Sociologia do Envelhecimento (RC11), Sociologia do Desenvolvimento Urbano e Regional (RC21), Sociologia das Artes (RC37) e Sociologia dos Desastres (RC39)



Participantes da conferência de 2019 da Sociedade Sociológica das Filipinas em Mindanao. Crédito: Sociedade Sociológica das Filipinas.

**A**s ilhas de Mindanao, muitas vezes referidas como o sul das Filipinas, sofreram mais com a marginalização em uma história nacional repleta de narrativas de marginalização. Mindanao, anteriormente sob os sultanatos de Maguindanao e Sulu, havia desenvolvido um sistema centralizado de governança e civilização avançada mais do que o resto do país antes da chegada dos espanhóis em 1521. Os sultanatos lutaram contra os colonizadores espanhóis por 300 anos nas amargas “Guerras Moras” (em português, as batalhas são conhecidas também como “conflito espanhol-moro”) e não foram colonizados. Mindanao tornou-se repentinamente parte das Filipinas quando os americanos assinaram o Tratado de Paris com a Espanha em 1898 e foram “legalmente colonizados” desde então. No entanto, foram os EUA como potência imperial que iniciaram o

trabalho colonizador devastador de Mindanao, resultando em sua marginalização econômica, política e cultural. Tais injustiças históricas cometidas contra o povo de Mindanao estão ligadas à amarga luta dos grupos separatistas moros e são responsáveis pelo terrível estado de bem-estar no sul das Filipinas. As injustiças cometidas contra os povos de Mindanao continuam sendo objeto de justiça de transição até hoje.

A ascensão de Manila (mais tarde a região metropolitana de Manila), no norte, como centro de fato do poder econômico, político, militar e cultural para os regimes colonial e doméstico perpetuou uma relação injusta de centro-periferia no país. A busca pela paz no Sul e a descentralização do governo em direção a um empoderamento econômico e político mais autônomo permanece indefinida. Embora abundante em recursos naturais, Mindanao tem altas taxas de pobreza e é atormentada pelo separatismo com as correntes do

conflito entre muçulmanos e cristãos. A recente paz trazida pelo Comprehensive Agreement on the Bangsamoro (CAB) [conhecido em português como Acordo Sobre Bangsamoro], de 2014, entre o Governo das Filipinas e a Moro Islamic Liberation Front (MILF) [Frente Moro de Libertação Islâmica], com a ameaça de extremismo violento ainda iminente, acrescenta aos marginalizados o status de periferia de Mindanao na nação filipina como sujeito e objeto importante da investigação sociológica.

### > **A narrativa centrista da Sociedade Filipina de Sociologia**

A narrativa nacional das relações centro-periferia afeta diferentes esferas de atuação no país, incluindo narrativas acadêmicas, científicas e profissionais. A Sociedade Filipina de Sociologia é um exemplo dessa narrativa. O desenvolvimento da sociologia nas Filipinas foi principalmente uma iniciativa centro-metropolitana. Seus membros e liderança foram dominados por sociólogos do centro. Sua publicação, *The Philippine Sociological Review*, apresentou principalmente autores do centro sobre tópicos de interesse do centro. Suas conferências foram realizadas principalmente no centro. Ultimamente, porém, essa tendência está mudando.

A Sociedade Filipina de Sociologia foi organizada principalmente por pessoas do centro que tinham programas de sociologia em suas universidades. A lista dos membros da Carta e suas afiliações institucionais reflete isso. Quando a Sociedade foi organizada em 1952, seus membros fundadores eram afiliados às seguintes instituições, todas localizadas na região metropolitana de Manila, a saber: Universidade De La Salle, Universidade das Mulheres das Filipinas, Associação Cristã Rural Filipina, Universidade do Leste, Colégio do Espírito Santo, Seminário Teológico da União e da Universidade das Filipinas.

Como consequência, a liderança da Sociedade Filipina de Sociologia foi direcionada a partir da metrópole. Dos seus 69 anos de existência, a presidência da organização foi ocupada pela região metropolitana de Manila 54 vezes, o resto, Luzon sete vezes e Mindanao oito vezes. As ilhas Visayas ainda precisam capturar a liderança da organização. A Universidade das Filipinas e o Ateneu de Manila competiram entre si por liderar a organização por 43 anos, enquanto Mindanao está à frente de sua liderança há apenas oito anos, ou 10,29% do tempo. A última vez que ocupou o cargo foi na década de 1980. Foi apenas novamente em 2019 e 2020 que teve a oportunidade de fornecer liderança e trazer uma forte perspectiva de Mindanao para o discurso sociológico no país.

### > **Um mandato em mudança**

A partir dos anos 2000, a Sociedade Filipina de Sociologia empreendeu muitas iniciativas em Mindanao. Isso é uma

resposta ao chamado dos tempos, mas também porque os mindanaoanos finalmente se tornaram parte da liderança. Tornou-se uma oportunidade para a Sociedade não apenas trazer seus membros para Mindanao, mas também familiarizá-los com os discursos de Mindanao como parte da narrativa nacional. Apesar das preocupações com a segurança, a conferência da Sociedade Filipina de Sociologia de 2014 foi realizada com sucesso na cidade de General Santos, a cidade mais ao sul de Mindanao, com o tema “Crises, resiliência, comunidade: sociologia na era dos desastres”. Ainda não contente e, de certa forma, como parte da “justiça de transição” da organização, a Conferência de 2015 com o tema “Sociologia da paz e dos conflitos: contexto e desafios” foi novamente realizada em Mindanao, na cidade de Iligan, na parte norte de Mindanao. O tema estava de acordo com o balanço da promessa do CAB, de 2014, entre o Governo das Filipinas e o MILF, bem como a tragédia do incidente de Mamasapano, onde 44 membros da Força de Ação Especial da polícia filipina foram mortos. Com a ascensão populista ao poder de Rodrigo Duterte em 2016, o primeiro presidente filipino de Mindanao, a Sociedade Filipina de Sociologia realizou sua conferência em sua cidade, Davao City, com o tema “Democracias imaginadas: transformação de poder e conhecimento na sociedade das Filipinas”. As Conferências de 2017 e 2018 foram realizadas nas Ilhas Visayas apenas para retornar em 2019 a Mindanao, na província de Bukidnon, com o tema “Cidadania engajada e identidades”.

As conferências de Mindanao proporcionaram uma oportunidade para instituições de ensino superior em Mindanao, que oferecem diplomas de sociologia, como anfitriões e se projetam como parte da narrativa nacional de treinamento de novos sociólogos. A Universidade Estadual de Mindanao - Cidade General Santos serviu como anfitriã da conferência de 2014, seguida pelo Instituto de Tecnologia MSU-Iligan em 2015 e pela Universidade Ateneo de Davao em 2016. A Universidade Central de Mindanao (CMU) e a Universidade Estadual de Bukidnon sediaram a Conferência Sociedade Filipina de Sociologia de 2019. Também se tornou uma oportunidade para os mindanaoanos que fazem sociologia utilizarem a plataforma para apresentar suas pesquisas, desenvolver relações e se tornar parte da transformação da Sociedade Filipina de Sociologia em direção a uma sociologia genuinamente nacional.

Hoje, os sociólogos filipinos têm maior consciência sobre Mindanao – sobre seu povo, lugares, riqueza cultural e discursos. Mindanao começou a quebrar a hegemonia metropolitana e se incorporou como “as outras Filipinas”, dignas de discursos sociológicos críticos e liderança. Com o trabalho árduo em Mindanao nos últimos anos, a Sociedade Filipina de Sociologia contribuiu imensamente para tornar a sociologia das Filipinas uma sociologia verdadeiramente nacional. ■

Contato com Mario J. Aguja <[mario.aguja@msugensan.edu.ph](mailto:mario.aguja@msugensan.edu.ph)>

# > Sociologia global na pandemia

Por **Geoffrey Pleyers**, Universidade Católica de Louvain, Bélgica, Vice-Presidente de Pesquisa da ISA, ex-presidente do Comitê de Pesquisa da ISA sobre Classes Sociais e Movimento Social (RC47) e membro dos Comitês de Pesquisa da ISA em Sociologia da Religião (RC22), Sociologia da Juventude (RC34) e Movimento Social, Ação Coletiva e Mudança Social (RC48)(RC48)

A pandemia do COVID-19 é uma crise social, ecológica e política mundial que exige uma sociologia global. Fonte: Creative Commons.



O coronavírus trouxe a ciência de volta ao centro do espaço público, mesmo em países onde os líderes populistas costumavam deslegitimá-la. Epidemiologistas, médicos e biólogos nos trazem fatos concretos: a pandemia progride todos os dias e é muito pior do que uma “gripe forte”. Os cientistas sociais descobriram fatos tão difíceis e inquestionáveis: enquanto o próprio vírus pode infectar qualquer um de nós, somos profundamente desiguais quando confrontados com ele. As políticas de saúde pública e as desigualdades sociais são tão importantes quanto a maneira como nossos corpos reagem quando se trata das consequências mortais do vírus. Cientistas sociais mostraram que a pandemia da COVID-19 não é apenas uma crise sanitária. É também uma crise social, ecológica e política.

A pandemia causou uma tendência de “des-globalização”. Os Estados

fecharam suas fronteiras. As viagens diminuíram acentuadamente. Grandes eventos internacionais – como o Fórum ISA – foram cancelados ou adiados. A prioridade dos governos nacionais é garantir o acesso a equipamentos de saúde e suprimentos básicos para “seu próprio povo”. As ciências sociais frequentemente seguiram esse caminho e se concentraram na escala nacional. Acadêmicos e especialistas realizaram estudos estatísticos nacionais, analisaram o impacto diferenciado do vírus entre classes e raças em seus países, monitoraram as respostas de seus governos à crise e contribuíram para o debate público nacional.

Esse retorno do nacionalismo metodológico é um paradoxo, pois a pandemia da COVID-19 é um fenômeno profundamente global. Ele não para em fronteiras fechadas e revela quão profundamente interdependentes nos tornamos. A colaboração inter-

nacional é crucial para lidar com a pandemia. Certamente, nas áreas da medicina e das ciências naturais, é verdade que é possível compreender melhor o próprio vírus, melhorar os tratamentos médicos e criar uma vacina. A colaboração internacional é igualmente crucial nas ciências sociais. Precisamos aprender com a experiência da pandemia de outros países e regiões do mundo. Essa perspectiva global não deve ceder ao “globalismo metodológico” e se limitar às macroanálises. Para ser útil no momento da pandemia, precisamos promover o diálogo global entre cientistas sociais de diferentes regiões, totalmente incorporado a uma realidade que é ao mesmo tempo local, nacional, regional e global.

Embora muitas vezes deixadas de lado pelos formuladores de políticas, as contribuições das ciências sociais ao lidar com a pandemia de coronavírus têm sido tão importantes quanto, e de

muitas maneiras complementares, às das ciências exatas. Essas contribuições se concentraram principalmente em quatro conjuntos de debates.

### 1. A pandemia como crise social

Cientistas sociais revelaram que, embora o vírus possa infectar todo e qualquer ser humano, a pandemia nos afeta de maneira diferente e a maneira como o vírus é tratado está intimamente ligada a fatores sociais. A pandemia da COVID-19 exacerba as desigualdades sociais e revela as estruturas sociais, notadamente em termos de classe, raça e gênero. Uma abordagem intersectorial é crucial para entender como a crise é vivida e por que a maneira como a enfrentamos é profundamente desigual e injusta. Em países ou favelas sem um sólido sistema de assistência social, a crise sanitária se transforma rapidamente em uma crise humanitária, com consequências mortais, já que as organizações humanitárias nacionais e internacionais não conseguem operar como de costume.

### 2. Governança da COVID-19

Um segundo conjunto de contribuições analisa a maneira como os formuladores de políticas e os regimes políticos lidam com o surto. Os Estados-nação se impuseram como os principais atores encarregados de lidar com a pandemia. Instituições internacionais desapareceram na crise global, incluindo a ONU e a União Europeia. A pandemia revelou os pontos fortes e as limitações dos sistemas políticos nacionais. A falta de eficiência de um governo nacional ou os discursos reiterados de um líder de estado que zombam

das medidas de pandemia e adiam o lockdown resultaram em centenas de mortes adicionais. Confrontado com a pandemia, cada governo estabeleceu sua própria necropolítica. A maioria não conseguiu fornecer proteções básicas contra o vírus que se espalhou para seus profissionais de saúde. Por meio de suas políticas, os governos dão menos oportunidades para algumas pessoas lidarem com o vírus do que outras, enquanto as pessoas que morrem em lares de idosos não aparecem nas estatísticas públicas da maioria dos países.

A pandemia e o *lockdown* transformaram a relação entre cidadãos e governo. Os cidadãos recorrem aos governos nacionais para proteção, cuidados e diretrizes contra a pandemia. Muitos deles aceitam um controle social mais forte por parte do Estado e novas tecnologias de vigilância e reconhecimento facial como o preço a pagar para controlar a pandemia.

### 3. Como a sociedade reage

Um terceiro conjunto de contribuições analisa a maneira como os indivíduos e a sociedade civil lidam com a crise. Sociólogos exploram os profundos impactos do lockdown na vida, subjetividade e nas relações sociais das pessoas. As relações intergeracionais assumiram novas formas e significados. As tecnologias digitais assumiram um papel importante na manutenção das relações sociais. As medidas de distanciamento social colocam a solidariedade em risco e muitas vezes reduzem os limites da comunidade dentro da qual ela ocorre. Embora novas redes de solidariedade tenham surgido nos bairros e nas cidades,

também testemunhamos a limitação da solidariedade às comunidades nacionais fechadas ou às famílias.

### 4. Um novo mundo surgirá da crise?

O quarto conjunto de análises trata do impacto a longo prazo da pandemia. Como uma crise global, a pandemia da COVID-19 abriu horizontes de possibilidades e pode ser uma oportunidade para remodelar o mundo de uma maneira diferente. Muitos cientistas sociais enfatizam a necessidade de um mundo mais sensível aos seres humanos, assistência e desigualdades sociais, e com sistemas públicos de saúde mais fortes. No entanto, a crise também pode pavimentar o caminho para outros modelos sociais. Até agora, o aumento da concorrência prevaleceu sobre as novas solidariedades na gestão da crise. Pacotes maciços de ajuda econômica concentraram-se em resgatar empresas nacionais em vez de fortalecer os serviços públicos de saúde. A pandemia também pode abrir o caminho para uma nova era autoritária, com a biopolítica fundamentada em novas tecnologias.

A maneira como a humanidade superará a pandemia da COVID-19 dependerá da medicina e das ciências, principalmente para encontrar uma vacina. Também dependerá da maneira como a sociedade, os formuladores de políticas e os cidadãos lidam com esta crise e semeiam as sementes do mundo que sairão dela. ■

Contato com Geoffrey Pleyers  
<[Geoffrey.Pleyers@uclouvain.be](mailto:Geoffrey.Pleyers@uclouvain.be)>

# > COVID-19: primeiras lições da atual pandemia

Por Klaus Dörre, Universidade de Jena, Alemanha



A pandemia atingiu especialmente as pequenas empresas, entre elas restaurantes e varejistas. Crédito: Russ Loar / flickr.com. Alguns direitos reservados.

Isso depende da rapidez com que outros países, como a China e os vizinhos europeus da Alemanha, se recuperam. As ações do governo federal alemão são contraditórias: ele deveria estar interessado em ajuda rápida na UE, mas está bloqueando títulos em euros como um meio de gerenciamento de crises.

Há muito com que se preocupar. Nada sobre esta crise é bom: está ameaçando a morte de milhares, fará com que milhões percam seus empregos e está privando temporariamente bilhões de pessoas de importantes direitos básicos. Quanto mais durar essa pandemia, mais sérios serão seus efeitos destrutivos sobre a cultura, a sociedade e a economia. Portanto, o seguinte deve se aplicar às grandes e pequenas empresas: sem demissões, mas, preferencialmente, com demissões temporárias subsidiadas. Em geral, a proteção do emprego será importante. Na Alemanha, existem medidas testadas e comprovadas sob a forma de trabalho de longo prazo e de curta duração.

**E**m abril de 2020, enquanto escrevo, a economia está caminhando para uma recessão. Ninguém pode fazer uma previsão exata sobre os desenvolvimentos nos próximos meses, pois não se sabe quanto tempo durará a pandemia. Mas provavelmente não é exagero antecipar uma profunda queda na economia. A única questão é quão profunda será a queda.

## > Evolução econômica e impactos no trabalho

Na melhor das hipóteses, a abertura, na maioria dos países, terminará após um mês. Mesmo assim, a Alemanha, por exemplo, teria que contar com quedas de crescimento como as observadas durante a crise

de 2007-9. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica - ifo, uma paralisação de três meses pode levar a uma queda no crescimento de até 20%, com até 5,5 milhões de pessoas em trabalho de curta duração (o que é chamado *Kurzarbeit* em alemão, como funcionários na Alemanha não são demitidos durante uma recessão, mas o horário de trabalho pode ser reduzido para 0, enquanto o governo paga por parte de sua renda perdida). Mas as muitas pequenas e microempresas não conseguirão sobreviver por muito tempo sem assistência financeira direta. Esse é um problema específico para áreas com economia de pequena escala. Para um campeão mundial em exportações como a Alemanha, não se sabe se haverá um rápido crescimento após o fim da pandemia.

Os processos de produção dependem da cooperação, que inclui o contato entre as pessoas; contatos sociais no trabalho são importantes para muitas pessoas. Mesmo uma atividade monótona e fisicamente exigente é mais fácil de tolerar quando a química entre os trabalhadores é boa. Isso agora desapareceu. "Mantenha distância!" basicamente significa uma dessocialização radical ou mesmo "descomunitarização".

Por outro lado, nos empregos atualmente considerados sistemicamente relevantes em hospitais, supermercados, casas de repouso, agricultura, etc., dificilmente o contato físico pode ser completamente evitado. Pode-se seguir as regras e proteger os vendedores com folhas de acrílico, por exemplo, mas para todos que não trabalham em casa, o risco para a saúde é desproporcionalmente maior. Essa é uma das razões pelas quais motoristas de ônibus, funcionários de caixas, prestadores de cuidados e enfermeiros agora estão recebendo mais reconhecimento dos clientes e do público em geral. Só podemos esperar que isso continue e no futuro também se reflita em melhores salários, mais funcionários e melhores condições de trabalho nessas áreas. De qualquer forma, os Estados que melhor enfrentarão a crise são aqueles com um sistema de saúde robusto e um Estado de bem-estar social à prova de crise. Isso também deixa claro quais países do continente europeu serão mais afetados pelas consequências dessa crise - os do sul e do sudeste. As altas taxas de mortalidade dos infectados com o coronavírus na Espanha e na Itália também estão ligadas aos cortes no setor de saúde impostos pela política de austeridade europeia.

### > **Um enfraquecimento da democracia?**

Atualmente, os EUA são o centro da pandemia global. A direita radical está naturalmente tentando tirar proveito da situação. Todos os tipos

de teorias da conspiração estão sendo divulgados online. Aqueles que acreditam neles arriscam não apenas sua própria saúde, mas também a de outras pessoas. Mas as pessoas verão que, onde quer que populistas de direita como Trump ou radicais de direita como Bolsonaro estejam no poder, o gerenciamento de crises está falhando completamente. Acredito, portanto, que a crise levará a uma enorme derrota para os populistas e radicais de direita.

Em vez disso, há uma preocupação diferente quando se trata de processos democráticos: as mudanças climáticas podem acarretar uma série de choques externos, que também exigem gerenciamento de crises em larga escala. Portanto, devemos ter cuidado para que o estado de emergência não se torne a norma. A democracia precisa de discussões, debates, manifestações e greves públicas. Esses direitos fundamentais devem ser salvaguardados perpetuamente – apesar das crises.

### > **Mudanças necessárias**

Depois do coronavírus, o mundo - e o mundo do trabalho - serão diferentes. Os dogmas da política econômica que foram considerados incontestáveis nas últimas décadas foram agora varridos: teto da dívida - passado! O "black zero" de um orçamento governamental equilibrado - que foi ontem: a dí-vida pública é muito popular. Essa mudança de paradigma continuará após a pandemia. Estava atrasada e a crise do coronavírus apenas a acelerou. As pessoas também se perguntarão como interpretar o fato de que, pela segunda vez em dez anos, a economia de mercado capitalista teve que ser resgatada por métodos que pertencem à economia de não mercado. Não será possível descartar eventos como um "cisne negro" no futuro. Também será mais fácil para todos nós decidir o que realmente precisamos. Até eu posso viver perfeitamente bem sem o futebol da Bundesliga. Mas

não poderíamos viver sem padeiros, agricultores, assistentes médicos, caminhoneiros e vizinhos prestativos. Isso mostra que todos nós precisamos de uma infraestrutura social que funcione bem. Isso deve se tornar um bem público bem financiado. Se você comparar a renda mensal do futebolista profissional Jadon Sancho com a de uma enfermeira geriátrica, fica imediatamente claro que algo não está certo em nossa sociedade. Os serviços sociais devem ser atualizados socialmente – financeiramente, mas também dentro da pirâmide de reconhecimento.

Em relação aos desafios das mudanças climáticas, a crise decresce com o desastre. Como em 2009, as emissões prejudiciais ao clima e talvez também o consumo de recursos diminuam. Por causa da crise, a Alemanha pode, finalmente, até atingir suas metas climáticas. No entanto, isso não tem absolutamente nada a ver com a revolução da sustentabilidade que tão urgentemente precisamos. Podemos ver agora muito claramente que o Estado é assertivo em tempos de crise. Pode restringir as liberdades que exercemos à custa de outros, através de regras obrigatórias, para o benefício de todos! Mas, como mencionado acima, é sempre crucial que a ação estatal esteja sujeita à tomada de decisões democráticas. A liberdade tem uma dimensão social vinculativa e isso também se aplica às liberdades empresariais. No futuro, essas liberdades devem estar estritamente vinculadas às metas de sustentabilidade. A única coisa que é melhor do que não dirigir um SUV é não produzi-lo! E melhor do que não exportar equipamentos militares é não fabricá-los em primeiro lugar. Os exemplos deixam claro: após a crise, precisamos de um debate fundamental sobre nossa ordem econômica - e esse debate não deve ser conduzido exclusivamente por economistas e políticos de carreira. ■

Contato com Klaus Dörre  
<[Klaus.doerre@uni-jena.de](mailto:Klaus.doerre@uni-jena.de)>

# > Sociologia no mundo pós-corona

Por **Sari Hanafi**, Universidade Americana de Beirute, Líbano e Presidente da Associação Internacional de Sociologia (2018-22)



Devido ao coronavírus, o mundo está mudando e com ela a teoria e a análise sociológicas. Fonte: Creative Commons.

Antropoceno e do Capitaloceno; e, finalmente, estabelecer uma agenda melhor para reconhecimento e obrigação moral.

## > Focos multiníveis, da comunidade à humanidade

Primeiro, a situação à luz do coronavírus revelou claramente como o mundo está verdadeiramente interconectado, transformando a imagem de uma vila global de uma metáfora para uma realidade. Mas ainda precisamos gerar *mais solidariedade global* e *mais globalização humanística*. Para fazer isso com sucesso, é necessária uma *conceitualização em várias escalas*. Gilles Deleuze argumentou que a esquerda (incluindo a maioria dos cientistas sociais) percebe o mundo em termos de relacionamentos que começam dos mais distantes e se movem em direção ao interior. A desigualdade social, por exemplo, tem sido entendida como um fenômeno global amplo de exploração que pode ser rastreado em direção ao interior, através do imperialismo e do colonialismo. Por causa disso, a maioria dos cientistas sociais pede para enfrentar as estruturas do imperialismo e do colonialismo, a fim de lidar adequadamente com o sofrimento das classes sociais (abstratas) afetadas.

Contrário a isso, existem alguns movimentos de política identitária (isto é, alguns movimentos islâmicos

e movimentos de extrema direita e conservadores) que veem os relacionamentos como começando de um ponto próximo e se movendo para os mais distantes. Eles acreditam no trabalho comunitário e nas relações familiares e de vizinhança. Por exemplo, os apoiadores de Trump acreditam em sua capacidade de lidar com as desigualdades sociais enfrentadas pelas comunidades esquecidas dos americanos brancos rurais. Atualmente, as organizações religiosas no Líbano são as ONGs mais proativas que lidam com famílias que perderam seus empregos durante o *lockdown*. No caso de outros movimentos de política identitária (focados em etnia, gênero, sexualidade etc.), suas lutas podem variar consideravelmente dependendo do contexto, mas muitas vezes estão ancoradas na luta da comunidade, armadas com a doutrina universalista dos direitos humanos. No entanto, para Richard Rorty, ao avançar uma agenda cultural do pluralismo, essa luta da “esquerda cultural” pela justiça de classe social às vezes é muito pequena (como é o caso dos EUA).

Vejo a sociologia pós-corona como capaz de reinventar como a sociologia tradicionalmente comandava seu foco (de fora para dentro ou de dentro para fora) na criação de métodos que usem focos em várias escalas: repensando a importância da família, da comunidade e da ética do amor, da hospitalidade e do cuidado e, em seguida, evoluindo para o nível do Estado-nação e da humanidade como um todo.

**A** atmosfera surreal da pandemia da COVID-19 expôs linhas de falha na confiança entre seres humanos, entre países e entre cidadãos e governos; está nos pressionando a levantar grandes questões sobre nós mesmos, nossos relacionamentos sociais e a vida em geral. Essa crise não se limita apenas à saúde pública e ambiental ou à economia; o que estamos testemunhando é um momento de verdade em relação à crise da modernidade tardia e seu sistema capitalista em uma escala ampla e abrangente. Não seremos capazes de simplesmente voltar aos “negócios como de costume” depois de passarmos por essa crise, e as ciências sociais devem se esforçar para analisar e se envolver ativamente na abordagem dessas novas realidades.

Qual será a sociologia no mundo pós-corona? Eu gostaria de enfatizar três tarefas para a sociologia: criar enfoques de vários níveis que se ramificam da comunidade para a humanidade; adotar uma abordagem ativa no combate às doenças do

## > Lutando contra o Antropoceno/Capitaloceno

A COVID-19 é uma doença não apenas da globalização, mas também do Antropoceno. O credo do consumismo humano está esgotando recursos que nosso planeta Terra não pode renovar, e esse vírus é apenas um episódio (embora significativo) desse consumismo. Como sabemos, esse vírus foi transmitido de animais não domesticados (como civetas, pangolins e morcegos) para os seres humanos através do consumo desses animais. Eles são realmente tão saborosos? Bourdieu consideraria isso como um sinal de distinção, apontando para a quantidade significativa de objetos desnecessários e luxuosos que nós, classe média e baixa-média, consumimos. Aqui, para muitos libaneses, férias se tornam sinônimos de viajar para o exterior.

Esse consumismo voraz é induzido pelo que o sociólogo francês Rigas Arvanitis chamou de acesso *mitológico à felicidade*, que, em última análise, serve como um acelerador eficaz para mais problemas de saúde, epidemias, mortes e desastres. O exame desses relacionamentos em várias escalas não pode ser feito sem reconectar o indivíduo, a sociedade e a natureza. Por exemplo, abordar as mudanças climáticas e o sistema econômico político não pode ser feito sem aumentar a conscientização do público sobre o relacionamento das pessoas com a Terra e a humanidade. Jason Moore propõe a noção de “Capitaloceno” como uma espécie de provocação crítica à sensibilidade do Antropoceno. Para ele, o capitalismo está organizando a natureza como um todo: é a ecologia do mundo que une a acumulação de capital, a busca pelo poder e a coprodução da natureza em sucessivas configurações históricas.

Essa abordagem em várias escalas requer reconectar o econômico ao social e conectá-lo ao político e ao cultural. Precisamos reviver o conceito de inserção social de Karl Polanyi. Polanyi introduziu três formas de integrar a sociedade à economia: troca, redistribuição e reciprocidade.

Assim, nossas ciências sociais devem repensar seriamente esses três termos, pois o mercado (um lugar de troca) precisa ser moralizado, o que inclui o estabelecimento de um controle social firme contra todas as formas de especulação. A redistribuição não pode ser feita sem tomar medidas significativas para impedir a concentração de riqueza em uma minoria de empresas em cada setor, sem estabelecer impostos pesados sobre altos níveis de capital e riqueza e sem passar para uma economia de crescimento lento e seus corolários (incluindo a necessidade de transporte público barato e com baixo nível de emissão de carbono, vendo os serviços públicos como investimentos e não como passivos, e aumentando a segurança dos mercados de trabalho). Deixarei a questão da reciprocidade para a próxima seção deste artigo.

Estamos cientes de que a luta pelo meio ambiente é inseparável de nossa escolha de economia política e da natureza de nosso sistema econômico desejado – e essas conexões entre seres humanos e natureza nunca foram tão imediatas ou intimamente conectadas como estão agora. Há uma crise aguda do crescimento rápido que foi expressa com muita clareza pelo ex-presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, quando disse: “[aqui] não existem limites para o crescimento, porque não existem limites para a capacidade humana de inteligência, imaginação e admiração”. Em uma edição anterior do *Diálogo Global*, James Galbraith e Klaus Dörre sugeriram que há, de fato, limites ao crescimento e delinear uma nova economia conscientemente lenta que incorpora os fundamentos biofísicos da economia em seus mecanismos funcionais.

## > Uma política de reconhecimento e obrigação moral

Agora, vou abordar a questão da reciprocidade na inserção social de Polanyi. Polanyi a definiu como a troca mútua de bens ou serviços como parte de relacionamentos de longo prazo,

onde reciprocidade, obrigação moral e preocupação são adicionadas às relações contratuais. A reciprocidade exige uma política de reconhecimento entre grupos e / ou redes que aceitem a identidade dos outros, que trabalhe de acordo com o paradigma do pluralismo e multiculturalismo. A reciprocidade funcional depende da força ou da fraqueza das obrigações morais nas relações sociais. Relações sociais fortes podem ser vistas nas redes de solidariedade postas por Mark Granovetter, que argumenta que, às vezes, relacionamentos fortes de rede são relacionamentos baseados em presentes. Relacionada, e expandindo isso, está a visão de Alain Caillé, que defende uma hipótese antiutilitária, em que o desejo dos seres humanos de serem valorizados como doadores significa que nossos relacionamentos não se baseiam apenas no interesse, mas no prazer, no dever moral e espontaneidade.

A sociologia pós-corona só terá sentido se estiver armada com uma utopia que, mesmo que não seja totalmente realizável, direcionará nossas ações. Não existe vida ética sem utopia, e a diferença entre a pregação clerical e a utopia de um sociólogo é que este último não denuncia necessariamente a visão antiutópica de outros, e pode até procurar trabalhar com aqueles que acreditam nela. Essa sociologia deve, portanto, apreciar e aprofundar a relação de dom e a obrigação moral Maussianas que ligam as ciências sociais à filosofia moral.

Essa crise global pode ter motivado novas estratégias para reforçar a exploração, desapropriação e o capitalismo neoliberal, além de aumentar o alcance de nossa ganância e egoísmo, mas também nos deu a oportunidade de explorar e fornecer novas maneiras de entender e recuperar nossa justiça social e humanidade. ■

Contato com Sari Hanafi  
<[sh41@aub.edu.lb](mailto:sh41@aub.edu.lb)>

# > Espaço urbano generificado em Bangladesh

Por **Lutfun Nahar Lata**, Universidade de Queensland, Austrália e membro do Comitê de Pesquisa ISA sobre Desenvolvimento Urbano e Regional (RC21)



Mulheres da favela de Sattola estão vendendo vegetais dentro da favela.  
Crédito: Lutfun Nahar Lata.

comerciantes informais enfrentam muitos desafios no uso do espaço público em Dhaka para a subsistência.

Entre as inúmeras barreiras impostas pela informalidade às oportunidades de obtenção de renda estão as barreiras de acesso ao espaço público para a realização de negócios, inclusive em locais próximos às habitações e assentamentos dos pobres. Vários estudos em todo o mundo exploraram a importância do espaço público para atividades de venda e revelaram que o acesso ao espaço público para a subsistência é muito importante para os pobres urbanos do Sul Global. No entanto, na maioria das cidades do Sul Global, as práticas de planejamento e governança urbana não deixaram espaço para o crescente número de pobres urbanos. Além disso, devido ao crescimento contínuo da população, oriundo principalmente da migração rural-urbana e da demanda por terras para o desenvolvimento imobiliário, a pressão sobre a terra é muito alta. Como resultado, o acesso ao espaço público é um dos principais desafios para futuras pesquisas sobre meios de subsistência em megacidades.

**A**s megacidades que mais crescem no mundo não estão conseguindo sustentar os meios de subsistência dos pobres urbanos. Consequentemente, a informalidade, que se refere a atividades que em grande parte permanecem não reconhecidas por regimes “formais” e inclui práticas de moradia e de subsistência, é uma grande parte das economias das cidades do sul. As pessoas pobres dependem do setor informal para obter rendimentos, geralmente com status legal ambíguo. A economia informal fornece 60 a 80% dos empregos urbanos e até 90% dos novos empregos em muitas cidades. Dhaka, uma megacidade do sul, não é exceção. Exceto os envolvidos no setor de vestuário e outros empregos mal remunerados, a maioria dos moradores de favelas em Dhaka não tem acesso a oportunidades econômicas formais. Pesquisas existentes mostram que a maioria das estratégias de planejamento e desenvolvimento do governo em Dhaka se concentrou mais em infraestrutura e desenvolvimento imobiliário para atender às economias formais e às necessidades de moradias de elite, e menos em atender às necessidades de moradia e emprego dos pobres urbanos. Portanto, o setor informal tornou-se a opção de subsistência mais importante para os pobres. No entanto, os

O espaço urbano é socialmente construído: diferentes atores têm interesses, necessidades e desejos diferentes e poder diferencial para dominar o espaço. Como a apropriação de espaços públicos para a venda de produtos é formalmente ilegal em Dhaka, os pobres urbanos são despejados regularmente dos espaços públicos, violando a segurança dos meios de subsistência e seu direito à cidade. Outro problema persistente é o uso de espaço por gênero. O discurso sobre espaço e gênero mudou consideravelmente desde a década de 1970, com a quebra do antigo construto de homem público e mulher privada, devido ao frequente acesso e uso pelas mulheres do espaço público urbano. No entanto, o acesso ao espaço público para obter renda ainda é um problema para

&gt;&gt;

as mulheres. O acesso ao espaço público para as mulheres depende de normas sociais, valores, práticas religiosas e vocações de gênero determinadas social e culturalmente. A participação das mulheres pobres na economia informal de Dhaka é importante para a sobrevivência das famílias pobres que vivem nas favelas, pois uma única renda normalmente não é suficiente para manter a família. No entanto, o acesso das mulheres pobres ao espaço público é frequentemente restrito, pois as ideologias de gênero dominantes ainda enxergam o lugar das mulheres como estando em casa.

Embora a maioria dos estudos sobre cidades do sul da Ásia revele o envolvimento das mulheres pobres no trabalho doméstico, alguns estudos exploraram o uso do espaço público pelas mulheres como meio de subsistência. Realizei um estudo etnográfico na favela de Sattola, em Dhaka, para explorar os aspectos de gênero da apropriação do espaço público urbano para a subsistência. Realizei o trabalho de campo por quatro meses, de novembro de 2015 a fevereiro de 2016, e entrevistei 94 trabalhadores informais (18 mulheres e 76 homens). Minhas descobertas ilustram como as mulheres carregam o triplo fardo de estigma social, barreiras religiosas e patriarcado no acesso ao espaço público para obter uma renda.

Minha pesquisa descobriu que a maioria das mulheres em Sattola não estava envolvida em nenhuma atividade geradora de renda; estas são desencorajadas pelas normas religiosas da *pardah* - um costume muçulmano que restringe os movimentos das mulheres, as escolhas de roupas e de atividades de trabalho. O envolvimento em atividades de geração de renda ao ar livre também é considerado um sinal de extrema pobreza. Como resultado, apenas 3% das mulheres rurais trabalham em empregos assalariados, em comparação com 24% dos homens rurais; e a participação das mulheres no setor não agrícola pago é de 18%. Isso ocorre porque o trabalho remunerado das mulheres não é tão valorizado quanto seus papéis reprodutivos na prestação de cuidados e em outras tarefas domésticas. As mulheres, mesmo as idosas, que quebraram essas fronteiras de gênero e foram além de suas casas para ganhar uma renda, enfrentaram assédio sexual e verbal, outros tipos de assédio e maus-tratos. Os homens falavam mal de seu caráter por violar normas sociais. A maioria das participantes, que estavam envolvidas em negociações informais, já havia experimentado isso, apesar de vender produtos e legumes sentadas perto de suas casas diariamente. Por exemplo, uma das participantes da minha pesquisa disse: *“Como sou uma mulher que faz negócios, muitas pessoas falam mal. Ainda depois disso, tenho que administrar esta loja para educar meus filhos”*. Outra participante disse: *“Quando eu vendo chá, alguns homens me irritam. Eles às vezes tocam meu corpo para me assediar”*. Algumas mulheres simplesmente ignoraram as opiniões de outras pessoas, porque eram muito pobres e vulneráveis para prestar atenção a elas. Como disse uma vendedora de ovos cozidos, *“Pessoas diferentes têm uma mentalidade diferente e eu não me importo com isso”*. Muitas vezes, as mulheres pobres operavam negócios nas ruas

porque não tinham outras alternativas para ganhar a vida. Por exemplo, o marido de Moyna estava doente e incapaz de fazer qualquer trabalho, e seu filho era viciado em drogas e não morava com eles, então ela teve que operar o negócio. Quando os funcionários do Conselho de Pesquisa Médica de Bangladesh (BMRC) os expulsaram da calçada adjacente do BMRC, ela começou a vender na rua principal da favela de Sattola, em Dhaka.

Meu estudo descobriu ainda que muitas mulheres enfrentam extremo assédio sexual por homens. Se as mulheres circulam em um espaço específico para vender mercadorias ou alimentos, às vezes os homens as tratam como “trabalhadoras do sexo”. Como resultado, a maioria das participantes do sexo feminino que operavam negócios, fora da favela, era acompanhada por seus irmãos mais velhos, vizinhos, maridos ou filhos. Por exemplo, quando Tahera iniciou um negócio de flores, seu vizinho de Noakhali a acompanhava para que ela não sofresse assédio verbal e sexual por outros homens. Costuma-se argumentar que o emprego e os ganhos das mulheres as capacitariam. No entanto, isso parece ser um mito para as mulheres mais pobres de Dhaka, onde sua segurança (física) depende de ter um companheiro masculino.

O governo de Bangladesh está orgulhoso de sua conquista do 47º lugar entre 144 países no Relatório de Diferenças Globais entre Gêneros, de 2017. Ainda, o governo tem se concentrado principalmente em melhorar a vida e os meios de subsistência das mulheres pobres da zona rural e tomou medidas para fornecer treinamento de geração de renda para as mulheres da zona rural e das cidades pequenas. Até o momento, o governo e as ONGs enfatizaram os “interesses estratégicos de gênero” das mulheres, que surgem da identificação das mulheres em sua posição de subordinação aos homens. O governo e as ONGs também têm trabalhado para ajudar a participação das mulheres no trabalho, concedendo-lhes pequenos empréstimos para cumprir seus “interesses práticos de gênero”. “Interesses práticos de gênero” emergem como uma resposta a uma necessidade imediata percebida pelas mulheres em um contexto específico, de acordo com seus papéis socialmente aceitos na sociedade, em vez de gerar uma meta estratégica de longo prazo, como a emancipação das mulheres. No entanto, é necessário melhorar as condições de trabalho das mulheres urbanas e fornecer outras instalações, como creches, que possam permitir a participação da força de trabalho das mulheres. Mais importante, o governo precisa tomar medidas para garantir a segurança física das mulheres e empreender iniciativas para construir uma cidade segura primeiro. Se o governo e as ONGs falharem em garantir a segurança física das mulheres nos espaços públicos, todos os seus esforços – todas as regras e regulamentos que o governo introduziu para o empoderamento das mulheres até agora – não produzirão resultados significativos. ■

Cotnato com Lutfun Nahar Lata <[l.lata@uq.edu.au](mailto:l.lata@uq.edu.au)>

# > Internacionalismo trabalhista e livre circulação de capital

Por Raquel Varela, Universidade Nova de Lisboa, Portugal



Foto de Nick Bastian / flickr.com.  
Alguns direitos reservados.

## > Migração laboral no centro da reestruturação laboral europeia

Numa sociedade mercantilizada - onde a força de trabalho é em si uma mercadoria - os trabalhadores competem não apenas dentro de um setor, mas também no mercado de trabalho nacional e internacional para vender sua força de trabalho. A migração laboral está ligada a um fator objetivo; o valor do salário e o direito de ter um emprego. A ausência de partidos políticos fortes que representem interesses internacionais da classe trabalhadora deixou essa questão refém de duas variantes de políticas nacionalistas: uma tendência racista/proibicionista (extrema direita) e outra que promove o livre movimento da força de trabalho (liberal, conservadora, partidos sociais-democratas), incluindo algumas vezes alguns direitos sociais (no caso de partidos sociais-democratas). Hoje não há políticas radicais internacionalistas com influência real sobre esse assunto nas sociedades europeias. As políticas migratórias dos Estados europeus responderam primariamente aos imperativos de gestão da força de trabalho, e não fundamentalmente a considerações humanitárias ou multiculturais. Sem laços efetivos de solidariedade entre quem ganha mais a favor de quem ganha menos, o racismo e a xenofobia terão motivos sociais para crescer.

A globalização criou concorrência entre os trabalhadores, diminuindo os salários em todo o mundo, mas também pode ter criado as condições para o seu oposto: o internacionalismo. Se um grupo de trabalhadores na Dura Carregado pode romper uma greve na Alemanha, os estivadores de toda a Europa podem, a um custo mínimo, fazer greve pelos estivadores de Portugal, ajudando-os a vencer a batalha.

## > Dando suporte a uma greve além das fronteiras

O *International Dockers Union* (IDF) [Sindicato Internacio-

>>

**N**o verão de 2016, a multinacional americana Dura Automotive, fornecedora global de componentes automotivos que opera em vários países, comprometeu-se a fornecer componentes para a Chrysler, Audi e BMW. Os pedidos estavam aumentando e Dura corria o risco de pagar multas altas se os trabalhadores não aceitassem horas extras aos finais de semana para cumprir os pedidos. Os trabalhadores alemães da Dura Plettenberg decidiram que só o fariam se a Dura aceitasse um acordo coletivo com o IG Metall, o sindicato dos metalúrgicos alemães; a fábrica foi ameaçada com a mudança da Alemanha para Portugal e outros países e uma redução de 1.000 para 700 empregos. Os gerentes da Dura reagiram com uma forma radical de *dumping* - pediram a 260 trabalhadores portugueses da Dura Carregado que fossem à Alemanha para trabalhar em julho de 2016. A viagem foi inicialmente impedida pela pressão local: trabalhadores alemães ameaçaram fechar a fábrica. Mas em outubro de 2016, após várias negociações, cerca de 300 trabalhadores portugueses chegaram à Alemanha para produzir os pedidos no sábado e domingo por quase 2 meses.

Muitos trabalhadores os receberam com protestos. Enquanto isso, o IG Metall levou o caso ao tribunal. O tribunal declarou uma sentença sem precedentes: a operação era legal porque durante a semana a Dura na Alemanha era alemã, e durante o fim de semana era portuguesa! Em uma entrevista, um trabalhador português disse que, quando chegaram, o ambiente era "tenso" e as máquinas haviam sido parcialmente sabotadas pelos trabalhadores locais.

nal dos Estivadores], atualmente com 140.000 membros, foi fundado há 20 anos em Liverpool, Inglaterra. Em 29 de setembro de 1995, 500 estivadores de Liverpool com contratos permanentes se recusaram a romper o piquete de cerca de 50 trabalhadores precários. A *Mersey Docks and Harbor Company* (MDHC) demitiu todos eles, iniciando uma disputa que teria um alcance global entre 1995 e 1998.

A disputa de Liverpool pode ser considerada o primeiro movimento internacionalista de trabalhadores na Europa contra o neoliberalismo – e tais lutas têm sido raras. Foi também um conflito que uniria os trabalhadores precários e flexíveis aos trabalhadores com proteção em uma mesma luta por meio de ações coletivas que mobilizavam solidariedade ativa entre os dois grupos. A mesma estratégia e princípio levaria ao fato de que, em 2013, a lista encabeçada por António Mariano, o estivador português que participou mais ativamente do movimento de apoio a Liverpool, vencesse a eleição para a liderança sindical em Lisboa. Desde o início, a União Internacional dos Estivadores tem sido caracterizada por gestos genuínos de solidariedade internacional que vão além das palavras diplomáticas – muito comuns em outras confederações – com greves internacionais ou regionais de solidariedade ativa, estratégias comuns em reuniões e assembleias locais e globais.

Entre 2013 e 2016, o sindicato desenvolveu uma série de greves e lutas que levaram ao emprego seguro de trabalhadores anteriormente precários no Porto de Lisboa, contrariamente à lei que liberalizou a contratação fora dos portos a pedido da *Troika* (a Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional) durante a crise financeira portuguesa.

Em 1 de agosto de 2012, o governo português aprovou um novo código trabalhista que repudiava o Acordo Coletivo de Trabalho e instituiu: uma proposta para novas relações industriais; o fim do limite de contratação de trabalhadores casuais; o cancelamento das categorias mais qualificadas de trabalhadores; o aumento do horário de trabalho e a redução da taxa salarial de 1.700 euros para cerca de 550 euros; e demissões. A liderança sindical respondeu com uma estratégia clara: subsidiou os trabalhadores precários demitidos por meio do fundo de greve dos trabalhadores fixos e teve como objetivo convencer o Conselho Internacional de Trabalhadores em Docas (IDC) a organizar uma greve na Europa em fevereiro de 2014.

Em 4 de fevereiro de 2014, sob a iniciativa do IDC, foram realizadas assembleias em vários portos da Europa para informar todos os trabalhadores sobre o que estava acontecendo em Lisboa. Durante essas assembleias, o trabalho foi interrompido em todos os portos para expressar sua solidariedade. A greve de duas horas terminou com uma vitória dos portuários no porto de Lisboa – a promessa de que os 47 trabalhadores precários seriam reestabelecidos, alguns em melhores condições do que antes. Esta greve

de solidariedade internacional e a greve da Ryanair em toda a Europa em junho de 2018 foram, até onde sabemos, as únicas greves internacionais que demonstraram solidariedade em toda a Europa após a crise de 2008. Em outros casos, as abordagens nacionalistas dos sindicatos em seus países prevaleceram.

A meu ver, o que foi decisivo na derrota da Dura e no sucesso dos estivadores de Lisboa é a evolução dos sindicatos e sua liderança política e sindical. Mas essa conclusão não é autoexplicativa. A questão é: quais condições históricas criaram um programa internacionalista em um lugar e uma ideologia nacionalista em outro? Para responder a isso, precisaremos de uma análise caso a caso de cada fator em particular.

### > Solidariedade: não apenas palavras

A globalização criou um modelo de produção mundial – nunca ficamos tão dependentes um do outro. No século XIX, se uma fábrica entrasse em greve e o chefe quisesse impedi-la, ele pagava à própria polícia – alguns mercenários locais. Mas no século XIX, não apenas a repressão era local; o mesmo ocorria com a produção diária: matérias-primas, trabalhadores, peças, manutenção, tudo dentro da mesma fábrica ou nas proximidades. Este não é mais o caso. Um porta-contêineres pode ser construído na Coreia do Sul, com aço da Espanha, motores de origem finlandesa, tintas produzidas na Alemanha, e projetado em universidades dos EUA.

Os estivadores perceberam a tempo que a precariedade dos jovens trabalhadores casuais seria uma bomba-relógio de curto prazo para si mesmos e tomaram consciência de sua força. Como sociedades complexas funcionam em um modelo de cadeia, interromper essa cadeia por um certo tempo bloqueia toda a produção a um grande custo. Assim, todo o país pode ser parado e toda a produção pode ser abalada até o seu âmago. Não são apenas os trabalhadores do transporte que têm esse poder potencial. O mesmo vale para médicos, professores, funcionários administrativos e magistrados.

O crescente terreno para a autodeterminação dos trabalhadores em todo o mundo tem algo a ver com o reconhecimento de necessidades e possibilidades diferenciais entre o “movimento social como um todo”. A análise da dinâmica da acumulação capitalista e do uso estratégico das fronteiras no mercado mundial deve nos levar a uma metodologia verdadeiramente internacionalista. Essa perspectiva internacionalista precisa ser construída com base na organização do trabalho, independentemente do capital. *Verba non sufficient ubi opus est factum*. Palavras não são suficientes; atos concretos devem segui-las. ■

Contato com Raquel Varela <[raquel\\_cardeira\\_varela@yahoo.co.uk](mailto:raquel_cardeira_varela@yahoo.co.uk)>

# > Portugal enfrenta a extrema direita

Por **Elísio Estanque**, Universidade de Coimbra, Portugal, e membro do Comitê de Pesquisa do ISA sobre Classes Sociais e Movimentos Sociais (RC47)



Manifestação durante o período da Troika em Lisboa, 2012. Foto de Elísio Estanque.

dimensões sociológicas que podem explicar a natureza dessa mudança: a história de uma longa ditadura; a revolução democrática radicalizada em abril de 1974; e a consequente reestruturação da estrutura de classes, juntamente com a persistência das desigualdades sociais.

## > Contexto histórico

**E**m seu livro de 2017, *On Extremism and Democracy in Europe* [Sobre Extremismo e Democracia na Europa], Cas Mudde argumenta que a principal luta dos partidos de direita radicais populistas é aumentar a relevância de “seus” assuntos, como corrupção, imigração e segurança. O populismo de extrema direita, negando a existência de interesses distintos em uma população e impondo uma noção monolítica e essencialista de “povo” contra uma “elite” corrupta, leva a uma visão maniqueísta e polarizada da cultura política. Também mobiliza o eleitorado contra a elite política, culpando-a por não impedir as “ameaças” externas, representadas pelo “outro”, “estranho”, “negro”, “cigano” ou “imigrante”. No contexto de uma força de trabalho industrial em declínio, o déficit de reconhecimento experimentado por setores da classe trabalhadora que não são mais capazes de reivindicar interesses economicamente distintos pode dar origem a subjetividades ressentidas. Como observou Klaus Dörre (2019), essa experiência específica de classe pode se tornar “material para a formação de um bloco populista de direita”.

Embora Portugal fosse considerado até agora um caso raro na Europa, pois não possuía partidos ou movimentos fascistas, isso pode estar mudando. Aponto três importantes

Sob o conservadorismo integralista do regime do “Estado Novo”, oficialmente instituído em 1933, mas cuja gênese remonta ao golpe militar de 1926, o movimento da classe trabalhadora popular desencadeado pela queda do regime monárquico em 1910 foi o principal alvo de ataque. Sob a cobertura da Igreja Católica, que procurou se vingar do ataque a seus antigos privilégios por republicanos, socialistas e anarquistas ao longo da década de 1920, a concepção moralista de Salazar manteve o país educacional, cultural, econômica e industrialmente atrasado, penalizando principalmente as classes populares e perseguindo, prendendo e torturando a oposição por mais de quatro décadas. Apesar do aparato repressivo e de censura, no entanto, no início dos anos 70, algumas ações grevistas surgiram e estruturas sindicais clandestinas foram consolidadas, em grande parte sob a influência do Partido Comunista Português e de alguns setores progressistas ligados à Igreja. A Guerra Colonial na África e os protestos dos estudantes em Lisboa, Coimbra e Porto na década de 1960, tocados pelos ventos vindos do exterior, aumentaram o descontentamento (especialmente entre os jovens, as primeiras vítimas da guerra), que ajudaram a espalhar a centelha de esperança para a democracia dentro do país.

O golpe militar de 25 de abril de 1974 por um grupo de capitães que se recusou a continuar a guerra e lutou por um país democrático e mais desenvolvido foi crucial, mas foi a

fase seguinte da mobilização popular (greves e ocupações, debates ideológicos e profundas clivagens políticas) que se tornaram a grande “escola” da democracia. Essa escola de formação democrática e cívica, no entanto, estava cheia de contradições, ilusões e conflitos abertos nos quais o “socialismo” estava no centro da disputa e a rejeição do “fascismo” era o principal fator unificador. A unidade antifascista não impediu o ódio estrutural entre comunistas e socialistas, um ódio que durou até 2015 e só terminou com o advento da aliança rotulada como *geringonça* (engenhoca).

### > A erosão da democracia

Com 46 anos de democracia e 35 anos após ingressar na UE (em 1986), o país mostrou um progresso social e institucional significativo. No campo político, os governos sempre foram apoiados por maiorias parlamentares que oscilavam entre os partidos de centro-direita (PSD e CDS) e de centro-esquerda (PS), com a direita parlamentar sendo representada essencialmente pelo CDS (Centro Social e Democrático, inspirado pela democracia cristã). Sua expressão eleitoral alcançou 16% em 1976 (sob o líder moderado Freitas do Amaral, fundador do partido, que nos últimos anos se aproximou do Partido Socialista), mas vem perdendo peso e hoje é de 4,25%.

O discurso mais radical, com referências ao salazarismo e às práticas xenófobas, foi restrito até recentemente a grupos muito pequenos: PNR (Partido Nacional da Renovação), fundado em 2000 (mesclando pequenos grupos radicais), que nunca ultrapassou 0,2%, e foi até levado ao tribunal por motivos de violência, xenofobia e posse ilegal de armas; e a Nova Ordem Social, fundada em 2014 e liderada por Mário Machado, um dissidente do PNR, anteriormente condenado por violência xenofóbica. Em agosto de 2019, uma reunião anunciada anteriormente como “o maior evento nacionalista de Portugal” reuniu algumas dezenas de pessoas, incluindo representantes de partidos neofascistas europeus. Esta reunião foi objeto de uma manifestação contrária, com centenas de ativistas nas portas do hotel onde estava ocorrendo.

Como sabemos, os programas políticos da UE, apesar de seus impactos positivos em Portugal, renderam-se ao longo do tempo a uma orientação mais geral em relação ao capitalismo neoliberal e à união monetária. Isso criou distúrbios profundos na economia do país. Com a recente crise, as desigualdades sociais aumentaram e, com elas, a precariedade, a pobreza e a persistência da estagnação geral dos salários (o salário médio em 2018 estava no nível de 2008). À medida que as expectativas da classe média e dos grandes segmentos da força de trabalho caíam, a sociedade portuguesa foi alcançada pela resignação e pelo ressentimento silencioso, gradualmente começando a se desconectar da ação e das associações políticas. Isso pode

ser observado nos crescentes níveis de abstenção eleitoral nas eleições parlamentares, de 8,3% em 1976 para 51,4% em 2019. Insegurança, vulnerabilidade e medo levaram a uma predisposição à reverência ao poder social e aos líderes oportunistas, o campo mais fértil para o florescimento do populismo de direita.

### > A ameaça populista

A vida democrática portuguesa não é, portanto, imune à narrativa populista. A cobertura política da mídia, o jornalismo sensacionalista dos tabloides e a crescente popularidade de figuras da televisão (algumas devido à presença sistemática em programas de entretenimento e / ou discussões sobre futebol, por exemplo) já trouxeram dividendos políticos a alguns desses protagonistas. O presidente Marcelo Rebelo de Sousa é um bom exemplo - teve um programa de TV semanal por mais de dez anos e ganhou popularidade em todo o país. Um dos protagonistas mais controversos do populismo de extrema direita de hoje, André Ventura, emergiu precisamente do coração do espectro político hegemônico (ex-membro do PSD, o Partido Social Democrata, afiliado aos liberais no Parlamento Europeu). Ele ganhou visibilidade quando, como candidato desse partido a um município nos arredores de Lisboa, propôs combater a comunidade cigana com violência policial e até prometeu esterilizar as mulheres ciganas, alegando que a comunidade é essencialmente violenta, sobrevive de atividades ilícitas, e se beneficia de políticas sociais em detrimento de recursos públicos. Posteriormente, ele deixou o PSD e, nas últimas eleições, fundou um novo partido chamado “Chega” (legalizado em 2019), que concorreu ao parlamento; ele foi o único deputado eleito, obtendo 1,3% dos votos. O partido de Ventura também conta com o apoio de velhos quadros e ideólogos conhecidos por sua conexão com as violentas forças neofascistas e grupos nostálgicos de Salazar.

O discurso nacionalista, xenófobo e anti-imigrante tornou-se radicalizado e a linguagem radical e moralista contra o Estado desrespeitou repetidamente as regras democráticas e a dignidade do Parlamento. O “Chega” promove batalhas verbais de guerrilha e uma postura de vitimização constante contra a elite política. Além do aumento da cobertura da mídia, possibilitada por sua presença no Parlamento, as últimas pesquisas de opinião já apontam para intensidades de votação de 6% (Expresso / SIC pool, 14 de fevereiro de 2020). De fato, existem sinais preocupantes indicando que Portugal deve deixar de ser considerado uma exceção no que diz respeito à presença de partidos neofascistas. ■

Contato com Elísio Estanque <[elisio.estanque@gmail.com](mailto:elisio.estanque@gmail.com)>